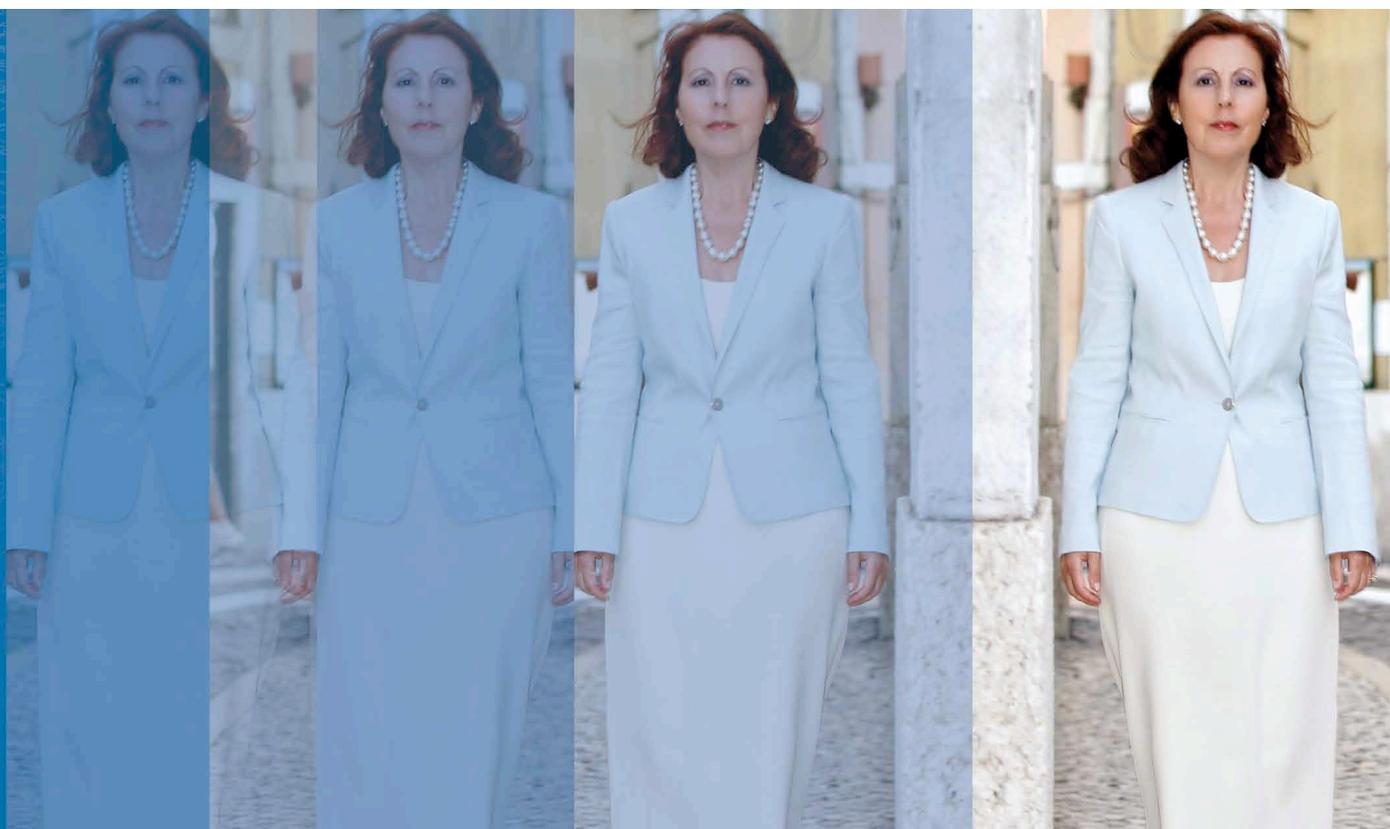


MARIA DA GRAÇA CARVALHO

# ALÉM DO HORIZONTE





MARIA DA GRAÇA CARVALHO

# ALÉM DO HORIZONTE

*Aos meus pais*

# NOTA DE ABERTURA



A Professora Maria da Graça Carvalho desenvolveu no Parlamento Europeu um trabalho importante em prol da União Europeia e de Portugal. O seu desempenho produziu uma marca assinalável na estrutura dos programas e dos regulamentos da União Europeia, sobretudo na área da ciência e inovação, mas também nas políticas relativas à energia e alterações climáticas.

Já conhecia a Professora Maria da Graça Carvalho pois ela tinha sido minha Ministra da Ciência e do Ensino Superior entre 2003 e 2004 e, assim, eu estava ao corrente das suas qualidades de inteligência,

dedicação e capacidade de trabalho. Nestes últimos 10 anos enquanto Presidente da Comissão Europeia acompanhei o seu percurso nas instâncias europeias e testemunhei o apreço e a admiração que granjeou junto dos mais destacados representantes da União Europeia. O trabalho que desenvolveu foi especialmente apreciado pelas Comissárias responsáveis pelas áreas a que mais se dedicou, a Comissária da Investigação, Inovação e Ciência, Máiree Geoghegan-Quinn, e a Comissária da Educação, Cultura, Multilinguismo e Juventude, Androulla Vassiliou.

O trabalho no Horizonte 2020, especificamente o relatório relativo à simplificação, as múltiplas diligências no sentido de melhorar a estrutura do programa e de aumentar o orçamento consagrado à ciência e inovação, contribuíram para definir a actuação das instâncias europeias nesta área durante os próximos sete anos. As medidas que incorporou no Horizonte 2020 e o financiamento que defendeu no Parlamento Europeu para este e para outros programas europeus, como os programas do espaço, motivadas em grande parte pela sua preocupação constante em criar condições para o crescimento do emprego, sobretudo do emprego jovem, constituem um contributo essencial para o aumento da competitividade das PME e da indústria europeias.

O Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia beneficiou largamente das iniciativas que a Maria da

Graça Carvalho levou a cabo – como por exemplo a criação do Grupo de Amigos do EIT – no sentido da sua promoção e consolidação.

Durante o seu mandato de deputada europeia, Maria da Graça Carvalho manteve uma ligação constante com as instituições da sociedade portuguesa – universidades, associações empresariais, autarcas, grupos de cidadãos – canalizando uma parte importante da sua actividade para esclarecer os agentes nacionais sobre o funcionamento das instâncias europeias e sobre a melhor forma de poderem usufruir dos mecanismos europeus de apoio. Mantendo sempre o referencial do projecto europeu, a Maria da Graça conseguiu combinar de forma harmoniosa a agenda europeia com os interesses nacionais.

Ao colocar a sua formação académica e científica ao serviço das causas por que se bateu, conferiu aos resultados da sua actividade política uma profundidade e abrangência pouco comuns, como podemos constatar ao ler o presente livro.

O livro é o relato de um mandato bem conseguido no Parlamento Europeu. Penso que o seu conteúdo será útil não só para os que vierem a desempenhar funções no Parlamento Europeu, sejam elas políticas ou administrativas, como também para todos os que trabalham há vários anos nas instituições europeias e para os que desejem conhecer melhor o universo e as potencialidades da União Europeia.

**José Manuel Durão Barroso**



# 1 - INTRODUÇÃO

Ao ser eleita deputada ao Parlamento Europeu recebi dos portugueses um voto de confiança. Um voto de confiança que me esforcei por retribuir da melhor forma durante os cinco anos do meu mandato como deputada europeia representando Portugal e os interesses de todos os portugueses no Parlamento Europeu. Fi-lo através de um total empenho e dedicação no trabalho que desenvolvi nas Comissões e Delegações do Parlamento Europeu defendendo causas em cinco áreas que anunciei publicamente no início do meu mandato: ciência e inovação, energia e alterações climáticas, emprego jovem, regiões desfavorecidas e países em desenvolvimento.

As causas reflectem a minha visão sobre aquilo que considero verdadeiramente importante e prioritário na política europeia. A razão que me levou a adoptá-las prende-se com a minha formação académica, com o trabalho que desenvolvi como investigadora na área do ambiente e da energia e com a experiência política que fui adquirindo ao longo dos anos.

Trabalho há mais de 30 anos nas áreas da energia, ambiente e alterações climáticas mantendo uma atenção permanente às questões da investigação, da inovação e das políticas de ensino superior e da ciência. A minha formação académica - o curso, o doutoramento, a agregação - e todo o meu trabalho

de investigação científica e actividade de ensino efectuaram-se nestas áreas.

Nos cargos que desempenhei antes de ser eleita para o Parlamento Europeu, na direcção do Instituto Superior Técnico (Conselho Directivo e Conselho Científico), na Ordem dos Engenheiros e enquanto membro dos XV e XVI Governos Constitucionais, dediquei a maior parte do meu labor às políticas de Ensino Superior, Ciência e Inovação e de qualificação dos jovens. Durante a minha actividade na Comissão Europeia, enquanto conselheira principal do Presidente José Manuel Durão Barroso, participei, desde a primeira hora, no desenvolvimento da Estratégia Europeia de Energia e de Luta contra as Alterações Climáticas.

A minha formação académica levou-me a concluir que as áreas que mencionei acima seriam aquelas em que poderia dar o contributo mais relevante enquanto deputada ao Parlamento Europeu. Claro que, como sempre acontece na vida política, as causas foram evoluindo à medida que os acontecimentos se sucediam. Apesar disso nunca me desviei do rumo que escolhi e nem da orientação que pretendia imprimir às minhas causas.

No Parlamento Europeu existem 20 comissões sectoriais, cuja missão é elaborar, alterar e adoptar as



## “DEFENDI O INTERESSE VITAL DE REFORÇAR UMA POLÍTICA INDUSTRIAL QUE APOIE AS PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS”

---

propostas legislativas e os relatórios de iniciativa que são posteriormente apresentados em plenário. Existem também 41 delegações que asseguram o relacionamento do Parlamento Europeu com as Assembleias e Parlamentos de países terceiros. É nestes *fora*, constituídos por várias dezenas de deputados europeus, que se desenvolve o trabalho do Parlamento Europeu. Foi aqui que me bati pelas minhas ideias e defendi as minhas causas, ora assumindo o papel de relatora em assuntos cruciais, tais como o Relatório de Simplificação das regras de acesso aos programas europeus de ciência e inovação ou o Relatório do programa específico HORIZONTE 2020, ora através de intervenções com o objectivo de contribuir para a melhoria da regulação de áreas importantes na União Europeia, como por exemplo a da energia.

Enquanto membro efectivo na Comissão da Indústria, Investigação e Energia (Comissão ITRE) bati-me pelos interesses de todos os europeus, e em particular dos portugueses, nestas matérias e defendi uma Europa e um Portugal mais independentes em termos energia através da aposta na diversificação das fontes renováveis e da consolidação do mercado interno de energia. Penso ter dado também um contributo assinalável para o combate à poluição e para a luta contra as alterações climáticas e contra a falta de segurança no abastecimento de energia. Nesta Comissão defendi o interesse vital de reforçar uma política industrial que apoie as pequenas e médias empresas, bem como de criar novas infraestruturas de energia e telecomunicações e desenvolver as já existentes.

Na qualidade de membro suplente na Comissão dos Orçamentos (Comissão BUDG) fui designada relatora principal permanente do PPE para a área do Espaço (programas GALILEO, COPERNICUS e SST), tarefa de enorme responsabilidade quanto mais não seja pela grandeza dos fundos envolvidos, e relatora sombra permanente para todas as matérias relacionadas com a Ciência e Inovação, Energia, Ambiente e Alterações Climáticas.

Em 2010 fui nomeada membro suplente da Comissão Especial sobre os Desafios Políticos e os Recursos Orçamentais para uma União Europeia Sustentável após 2013 (Comissão SURE). Esta Comissão temporária teve enorme importância pois foi criada especialmente para desenvolver o orçamento europeu para 2014-2020. Aqui foram decididos os fundos estruturais que viriam a ser atribuídos ao nosso país bem assim como os fundos comunitários, geridos pela Comissão Europeia, a que o nosso país iria poder concorrer.

Estou certa de que nos próximos anos Portugal irá conseguir ultrapassar os problemas de endividamento e de baixa competitividade que afectam o aparelho de Estado e a economia do país. Por isso, nas minhas intervenções, alertei reiteradamente para a necessidade de os dirigentes políticos e as instituições começarem a preparar o período pós-crise. Este processo teve um dos seus pontos altos no início de 2013 quando Portugal começou a preparar a estratégia de acesso aos fundos da União Europeia.

Tive também a oportunidade de defender activamente a causa dos países em desenvolvimento no âmbito da Assembleia Parlamentar Paritária ACP-EU (África, Caraíbas, Pacífico - União Europeia), nomeadamente enquanto membro efectivo da Delegação do Parlamento Europeu à Assembleia Parlamentar Paritária ACP-EU, na qual fui eleita co-Presidente da Comissão do Desenvolvimento Económico, Finanças e Comércio. Actualmente, sou também membro suplente da Delegação à Assembleia Parlamentar da União para o Mediterrâneo (EUROMED).

Os eurodeputados vivem uma realidade multifacetada que se manifesta nas diferentes línguas que utilizam no seu dia-a-dia e na diversidade de contactos que mantêm com as mais diversas personalidades do mundo político, intelectual, económico e social. O seu trabalho político institucional traduz-se em iniciativas (propostas, relatórios, intervenções, declarações orais, perguntas à Comissão Europeia e ao Conselho Europeu, declarações de voto, etc.) desenvolvidas nas sessões plenárias ou nas comissões parlamentares.

Em paralelo desenvolve-se todo o trabalho de contacto com os cidadãos - representantes da sociedade civil, funcionários, observadores e jornalistas - e de audições e consultas públicas a organizações di-

“ESTOU CERTA DE QUE NOS PRÓXIMOS ANOS PORTUGAL IRÁ CONSEGUIR ULTRAPASSAR OS PROBLEMAS DE ENDIVIDAMENTO E DE BAIXA COMPETITIVIDADE QUE AFECTAM O APARELHO DE ESTADO E A ECONOMIA DO PAÍS”

---



versas e parceiros sociais - associações, empresas, sindicatos. Existe ainda a oportunidade de convidar grupos de cidadãos europeus a visitar o Parlamento Europeu e outros órgãos da UE dando assim corpo a uma política de reforço da proximidade entre as instituições europeias e os cidadãos. No meu caso ficou decidido no início do mandato que me dedicaria

a reforçar a ligação do PE às regiões do Alentejo e do Algarve, tarefa que executei com particular satisfação por ser oriunda do sul do país.

Durante os 5 anos de mandato continuei a desenvolver a análise científica dos temas em que estava a trabalhar no Parlamento, o que conduziu a um conjunto de publicações de cariz científico que incluí em anexo no final do livro. Tive a preocupação constante de divulgar os resultados desta actividade em inúmeros seminários e em publicações de cariz menos técnico dirigidas a um público mais alargado.

Em termos quantitativos posso dizer que no período do meu mandato, que se iniciou a 14 de julho de 2009 e termina a 1 maio 2014, a minha actividade traduziu-se na elaboração e apresentação de: 7 relatórios, 3 enquanto relatora e 4 como relatora sombra; 13 pareceres, 3 enquanto relatora e restantes como relatora sombra; 8 propostas de resolução, 4 declarações escritas e 32 questões parlamentares. No plenário do Parlamento Europeu fui autora de 1100 declarações (orais e escritas). Dei a conhecer a minha actividade e o meu trabalho no Parlamento Europeu a 18 grupos de visitantes.

Como parte da minha actividade parlamentar organizei 95 seminários, proferi 200 lições convidadas em conferências, publiquei 107 artigos em jornais e revistas de divulgação e 4 capítulos de livros. Em paralelo publiquei 20 artigos em revistas científicas internacionais e proferi 5 lições em conferências científicas internacionais.

Quando concorri a deputada europeia tinha objectivos bem definidos. De facto, durante a campanha eleitoral que antecedeu as eleições de 2009 para o Parlamento Europeu, reafirmei amiúde a minha inten-



*A receber o prémio de melhor eurodeputado 2011 na área da investigação e inovação atribuído pela revista The Parliament Magazine*

“AS CAUSAS REFLECTEM A MINHA VISÃO SOBRE AQUILO QUE CONSIDERO VERDADEIRAMENTE IMPORTANTE E PRIORITÁRIO NA POLÍTICA EUROPEIA”

ção de me bater pela concretização dos objectivos contidos nos dez compromissos programáticos do PSD: representar Portugal; garantir o emprego e criar riqueza: apostar na economia; mais segurança, justiça e liberdade: construir a europa dos cidadãos; reforçar a coesão económica e social; colocar os jovens portugueses na frente da construção europeia; dar prioridade ao ambiente e à energia; reafirmar Portugal na liderança europeia; defender o português como língua oficial da União Europeia e assumir uma estratégia marítima europeia.

Hoje posso afirmar com orgulho e satisfação que a minha actividade enquanto deputada europeia contribuiu, em vários casos de forma decisiva, para o cumprimento de cada um dos objectivos enunciados. Aliás, penso poder afirmar que cumpri integralmente

a parte dos compromissos programáticos que dependia da minha actuação. Espero que a leitura do presente livro torne completamente clara a razão pela qual o sentimento que hoje me preenche relativamente ao mandato europeu que os portugueses me conferiram ser o de dever integralmente cumprido.

Penso não exagerar ao afirmar que cumpri o meu dever também relativamente ao Parlamento Europeu que tantas vezes representei em Portugal, na Europa e no mundo. A revista The Parliament Magazin reconheceu o facto ao nomear-me por duas vezes para melhor eurodeputada do ano. Em 2011 fui eleita melhor eurodeputada na área da investigação e inovação e no ano 2013 fui nomeada para o prémio de melhor eurodeputada na área da energia.

Apresentar contas da actividade desenvolvida durante o exercício do mandato é uma obrigação de todo o responsável político. Foi algo que fui fazendo ao longo do mandato, mas não me dispensei de o fazer de forma mais abrangente e sistemática no seu final. É o que farei neste livro.

Espero que o livro possa ser útil aos futuros eleitos para o cargo de deputado ao Parlamento Europeu, sobretudo aos que venham a assumir as causas que defendi ou outras próximas destas. Ao expor os vários projectos em que me envolvi durante os cinco anos de mandato tive o cuidado de acompanhar a descrição com referências às fontes onde o leitor pode encontrar informação mais detalhada sobre os assuntos abordados no texto. Além disso introduzi no próprio texto algumas passagens que elucidam de forma sucinta algumas particularidades do funcionamento da União Europeia. Espero com isto ter tornado o livro profícuo também para um público mais vasto.

O **SEGUNDO CAPÍTULO** é dedicado ao meu combate por um sistema europeu de estímulo ao desenvolvimento científico e à inovação. Este processo começou com o meu combate pela simplificação das regras de acesso aos fundos europeus para a ciência e inovação. Percorri um longo e sinuoso caminho para conseguir que as 67 medidas aos regulamentos europeus que propus fossem aprovadas na Comissão ITRE, depois no Parlamento Europeu e posteriormente inseridas no programa europeu de ciência e inovação da União Europeia para o período 2014-2020, designado HORIZONTE 2020. Houve emendas particularmente difíceis de fazer passar. Foi o caso da elegibilidade do IVA dos projectos científicos. Em Portugal existiam instituições com grandes problemas nos seus orçamentos devido á incapacidade de pagar 23% de IVA sobre projectos de investigação financiados pela União Europeia. A aprovação desta emenda exigiu que o regulamento financeiro da União tivesse de ser alterado, algo que teve de ser apreciado em reunião dos Ministros das Finanças da UE.



*No 100º aniversário do dia internacional da Mulher com Maria do Céu Patrão Neves, Regina Bastos e o Presidente da Comissão Europeia José Manuel Durão Barroso*

Depois da aprovação das medidas elaborei um documento de acompanhamento destas medidas e desenvolvi uma acção persistente para que as mesmas fossem integralmente adaptadas pela Comissão Europeia.

Este processo, de que dou conta no primeiro capítulo do livro, culminou na aprovação do HORIZONTE 2020, um programa de 79.4 mil milhões de Euros que é hoje o maior programa mundial de apoio à investigação e inovação.

O caminho para alcançar a aprovação do HORIZONTE foi árduo e exigiu a convergência de apoios diversificados, tanto de dentro do Parlamento Europeu como do mundo académico, empresarial e da sociedade civil. A acção estratégica que desenvolvi no sentido de reunir todos estes apoios acabou por permitir que o investimento inicialmente previsto para a ciência e inovação, de 52 mil milhões, aumentasse para 79.4 mil milhões de Euros. Um resultado tanto mais expressivo quando constatamos que o montante global do orçamento europeu desceu 10%.

Ao cabo de um trabalho persistente de reformulação das regras herdadas dos programas anteriores, consegui que o mecanismo de acesso ao financiamento do HORIZONTE 2020 fosse substancialmente simplificado e que o programa fosse estruturado de forma a apoiar o reforço da competitividade das PME e a empregabilidade dos jovens. Consegui também que praticamente todas as prioridades relevantes para Portugal na área da ciência e inovação fossem incorporadas no HORIZONTE 2020.

O **TERCEIRO CAPÍTULO** tem duas partes. Na primeira é descrita a estratégia europeia para a energia e as alterações climáticas – um objectivo que

prossegui desde os meus anos de conselheira da Comissão Europeia – e as várias etapas que levaram à sua adopção, aprovação e implementação. Na segunda é explicada a política europeia externa na área da energia e alterações climáticas, bem como a forma como esta última fez o seu caminho nas várias reuniões das Nações Unidas (COPs 15, 16, 17 e 18).

No **QUARTO CAPÍTULO** é abordada uma das maiores preocupações da actualidade europeia – o problema do desemprego jovem qualificado. São explanadas as questões da mobilidade e do empreendedorismo jovem, bem como o papel de alguns programas europeus, como por exemplo o Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia (EIT).

O **QUINTO CAPÍTULO** é dedicado às políticas de apoio às regiões desfavorecidas. Neste capítulo é analisado o papel do **Quadro de Referência Estratégica Nacional** - QREN (Fundos europeus de política regional alocados a Portugal no período 2007-2013) e a importância da sua reprogramação. Finalmente é perspectivada a forma como o novo **Quadro Estratégico Europeu – Portugal 2020** (Fundos europeus de política regional para o período 2014-2020) poderá contribuir para ultrapassar a crise que afecta o país através de uma aposta decisiva na ciência, na inovação, nas PME, na indústria, na energia e no combate às alterações climáticas.

O **SEXTO CAPÍTULO** relata o trabalho desenvolvido com a finalidade de apoiar os países em desenvolvimento, tanto no plano económico como nos planos político e social, na senda da transição para ou da consolidação de sociedades mais justas e democráticas, respeitadoras dos direitos humanos, em particular, dos direitos das mulheres.

CAPÍTULO 2

# CIÊNCIA E INOVAÇÃO





## 2- CIÊNCIA E INOVAÇÃO

### 2.1 INTRODUÇÃO

---

A ciência é hoje aceite como fonte de enormes benefícios reais e potenciais para a humanidade. A descrição e a compreensão científica da realidade estão na base da forma como a maioria das sociedades modernas actua sobre os recursos envolventes, colocando-os ao serviço do progresso social e do desenvolvimento da economia.

Na União Europeia a ciência e a inovação são um factor determinante da competitividade. Para melhorarem a produtividade e tornarem-se mais competitivas, as empresas europeias têm de apostar em produtos e processos inovadores e enveredar por actividades que lhes tragam maior valor acrescentado. É pois fundamental que as empresas encontrem um ambiente favorável à inovação, sustentado tanto pelo sector privado como pelo sector público.

A inovação é vital para o crescimento da economia, para a criação de emprego e para a manutenção da qualidade de vida na Europa. Mas para assegurar um ambiente propício à inovação é necessário que o investimento em I&D se mantenha em níveis adequados. Além disso é fundamental que existam instituições de investigação científica de elevada qualidade capazes de colaborar com a indústria no desenvolvimento de produtos, procedimentos e tecnologias inovadoras. É este o caminho que permitirá aos Estados europeus ultrapassar as baixas

taxas de crescimento de que padecem, sobretudo aqueles que apresentam maiores dificuldades em termos de produtividade e competitividade.

A aposta na ciência e na inovação deverá ser perspectivada em dois planos complementares. Por um lado, é necessário assegurar que a Europa no seu todo acompanhe o ritmo acelerado do mundo globalizado e, por outro, os Estados europeus menos avançados deverão ter a possibilidade de ultrapassar as suas dificuldades e convergir com os Estados que lideram na área da inovação.

Actualmente a União Europeia alberga 7% da população mundial e representa 29% da economia do planeta. Além disso, a União Europeia é responsável por 24% da despesa com I&D e por 33% das publicações científicas<sup>1</sup>. Mas no mundo existem muitas regiões em rápido desenvolvimento e a importância relativa da Europa tende a diminuir. Prevê-se que em 2050 a UE represente apenas 17% da economia mundial<sup>2</sup>.

Dados da Comissão Europeia<sup>3</sup>, posteriores à crise económica, mostram um declínio da intensidade do investimento em I&D na economia e um aumento da divergência entre os 27 estados membros em indicadores chave da inovação. Isto contraria o cenário de melhoria paulatina que caracterizou a década passada. Não obstante, a partir de 2012 já existem sinais de recuperação no sector privado, cujo investimento em I&D já retomou os valores pré-crise de 2008<sup>4</sup>.

No presente capítulo exponho os pressupostos, as etapas e os resultados da minha intervenção no Parlamento Europeu com a finalidade de potenciar o papel da ciência e inovação como factores

decisivos da competitividade europeia e no bem-estar dos cidadãos. Alicercei o meu contributo num diagnóstico do estado da ciência e inovação na UE no contexto internacional (secção 2) e na análise das forças e fraquezas europeias em termos de inovação (secção 3). O diagnóstico do caso português (secções 4 e 5) tornou patente a necessidade de reforçar a convergência dos países que ainda se debatem com fragilidades na área da inovação.

A primeira grande batalha foi travada por ocasião do meu primeiro relatório sobre a simplificação e desburocratização do acesso aos fundos comunitários para a ciência e inovação (secção 6). Os resultados obtidos neste processo foram aprofundados e incorporados no Programa-Quadro de ciência e inovação para 2014-2020. A fim de fazer face aos cortes no orçamento europeu para 2014-2020, que se tornaram previsíveis em consequência da crise económica, desenvolvi um conjunto de iniciativas com a finalidade de evitar que os cortes se repercutissem na componente do orçamento destinada à ciência e inovação (secção 7).

Qualquer programa de investimento que permitisse aos países europeus voltar ao crescimento deveria ser baseado na aposta na inovação e esta está intimamente ligada ao desenvolvimento da investigação científica e da formação superior altamente especializada. Assim conseguiu-se reunir no mesmo programa o investimento europeu em ciência e investigação, em competitividade e inovação e no Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia, dando origem ao programa HORIZONTE 2020 que é hoje, simultaneamente, o terceiro maior programa da União Europeia e o maior programa mundial de apoio à investigação e inovação.

O programa HORIZONTE 2020 está estruturado de forma a constituir um contributo decisivo para manter e reforçar a liderança europeia na ciência, na actividade industrial e de forma a fazer face aos diversos desafios que a sociedade europeia enfrenta internamente (secção 8).

Não podia terminar este capítulo dedicado a um factor tão importante da competitividade europeia como a ciência e a inovação sem mencionar os programas europeus do espaço. Também neste caso consegui que fossem aprovados reforços significativos dos orçamentos, os quais permitirão um desenvolvimento adequado dos programas do espaço (secção 9).

## 2.2 - CIÊNCIA E INOVAÇÃO NA EUROPA

### BREVE DIAGNÓSTICO

---

Apresentei as minhas propostas na área da ciência e inovação com base num diagnóstico do estado da ciência e da inovação na União Europeia. O diagnóstico passou pelo exame da quantidade e distribuição dos recursos humanos afectos a actividades de I&D, do número de publicações científicas, do número de patentes registadas, do volume e intensidade do investimento em I&D e pela análise dos indicadores de inovação. Este último factor parece-me particularmente importante e penso que deveria ser motivo de uma atenção especial.

## Recursos Humanos

Em 2007 os recursos humanos ocupados na área de I&D constituíam 1.57% do emprego total na UE-27<sup>5</sup>. Ao nível nacional os valores mais elevados registavam-se na Finlândia e no Luxemburgo, 3.19% e 2.74%, respectivamente.

Entre 2003 e 2008 os recursos humanos afectos a I&D aumentaram em média 3.3% ao ano na EU-27. Também aqui se registaram diferenças assinaláveis entre Estados Membros. Os aumentos mais significativos, de mais de 10%, verificaram-se em Malta (17.0 %), Portugal (14.0 %), República Checa (12.7%) e Eslovénia (11.2 %). Em três países registou-se um declínio deste indicador – na Finlândia (-0.2 %), na Polónia (-0.6 %) e na Roménia (-1.7 %).

Na UE o tipo de entidades que acolhem os quadros envolvidos em actividades de I&D apresenta um padrão variado. Por exemplo, na Bulgária o sector governamental acolhe a maior parte do pessoal



Com a Comissária Europeia para a Investigação, Inovação e Ciência  
Maire Geoghegan-Quinn

afecto a I&D, enquanto na Estónia, Grécia, Chipre, Letónia, Lituânia, Polónia, Portugal e Eslováquia a maior parte dos investigadores se encontra nos estabelecimentos de ensino superior. Em 2008, em termos globais, na EU-27, 45.9% dos investigadores estavam empregados em empresas, enquanto 40.4% encontravam-se no ensino superior e 12.5% no sector governamental<sup>6</sup>.

## Investimento

Podemos afirmar que ao longo dos últimos vinte anos a Europa apresentou bons resultados no que se refere a I&D. Para tal contribuiu o aumento paulatino do investimento nesta área. Entre 2003 e 2008 o investimento da UE-27 em I&D cresceu a uma média de 3.3% ao ano, alcançando 237 mil milhões de Euros em 2008<sup>7</sup>. Em conjunto, países como a Alemanha, a França, a Itália e o Reino Unido foram responsáveis por mais de metade deste investimento.

Em 2007 o investimento médio europeu em I&D, em percentagem do PIB da UE-27, era de 1.85%. No ano seguinte passou para 1.90 %, permanecendo, ainda assim, bastante abaixo da meta dos 3% que a Estratégia Europeia 2020 havia projectado para ser alcançada em 2020.

Entre os Estados membros da UE apenas a Suécia (3.75%) e a Finlândia (3.73%) excederam o objectivo de alocar 3 % do PIB ao investimento em I&D. Estes países ultrapassaram inclusivamente o Japão (3.44% em 2007), os Estados Unidos (2.76% em 2008) e a Coreia do Sul (3.21% em 2007). É justo realçar que a Dinamarca (2.72%), a Áustria (2.67%) e a Alemanha (2.63%), embora não tendo alcançado a meta dos 3%, se posicionaram claramente acima da média da UE-27<sup>8</sup>.

No entanto, a intensidade do investimento total em I&D na UE-27 (1.90% do PIB em 2008) é bastante inferior à do Japão (3.44 % do PIB em 2007), da Coreia do Sul (3.21% do PIB em 2007) e dos Estados Unidos da América (2.76% do PIB em 2008). Se desagregarmos o investimento em público e privado e observarmos a tendência do investimento privado, verificamos que as diferenças entre os países são explicadas crescentemente pelo diferente dinamismo do investimento privado.

Na análise do investimento em I&D é muito importante considerar a medida em que o sector empresarial participa no investimento, pois este indicador permite aferir o grau em que o mundo empresarial valoriza o efeito da I&D no tecido produtivo. Em 2008, o sector das empresas e dos negócios da UE-27 foi responsável por 55% do investimento em I&D<sup>9</sup>.

Ao nível nacional verificou-se que apenas três Estados Membros alcançaram a segunda meta estabelecida na Estratégia Europa 2020, designadamente a meta de possuir dois terços do investimento em I&D financiado pelo sector empresarial. Trata-se do Luxemburgo (76.0%), da Finlândia (70.3%) e da Alemanha (67.9%). Convém referir que em alguns países a maior parte do investimento em I&D realizado pelas empresas foi canalizado para o sector industrial. Foi o caso da Alemanha, da Eslovénia e da Finlândia onde o sector industrial recebeu, respectivamente, 88.7%, 88.2% e 80.0% do investimento em I&D<sup>10</sup>.

As grandes empresas europeias apostam continuamente em I&D, uma vez que consideram que este investimento lhes confere uma grande vantagem competitiva. Apesar de no período de crise o sec-

tor privado em I&D ter apostado menos em I&D, em 2012 os valores da despesa em I&D voltaram a atingir os valores de 2008. É de realçar que os sectores que investem mais intensamente em I&D tendem a demonstrar uma taxa de empregabilidade acima da média.

## Patentes

Entre 2002 e 2007 o número de patentes registadas pelos Estados Membros da UE-27 aumentou em média 2.7 % ao ano. Durante este período, com a única excepção do Reino Unido, todos os Estados Membros aumentaram o número de patentes registadas por milhão de habitantes, numa média anual compreendida entre 1.0% e 36.6%. No final deste período, em termos absolutos, a Alemanha era o país europeu que havia registado mais patentes (23929), seguiam-se-lhe a França (8421), o Reino Unido (5422) e a Itália (5107). Numa abordagem mais realista, que considera os dados sobre patentes relativizados à população dos Estados Membros, o cenário é ligeiramente diferente. Neste caso a Suécia ostenta o maior número de patentes por milhão de habitantes (298), enquanto a Alemanha e a Finlândia apresentam, respectivamente, 291 e 251 patentes por milhão de habitante<sup>11</sup>.

O desempenho dos Estados Membros da UE em termos de produção de patentes tem progredido positivamente, mas a desejada convergência entre Estados não se está a verificar e começam a ser detectados sinais preocupantes de divergência. Constata-se que o desempenho dos melhores tem vindo a melhorar enquanto os piores não têm evoluído de forma a diminuir a distância que os afasta dos outros Estados Membros.



*Sessão Plenária após votação do Horizonte 2020 com Christian Ehler, Teresa Riera Madurell, Jack Metthey Director na Direcção Geral de Investigação e Inovação da Comissão Europeia*

Fora da Europa, o número mais elevado de patentes em 2007 foi apresentado pelos Estados Unidos (31908), seguidos do Japão (20657) e da Coreia do Sul (5607)<sup>12</sup>.

## Inovação

Relativamente ao seu desempenho na área da inovação os Estados Membros da UE podem ser classificados em quatro grupos: líderes em inovação, seguidores em inovação, inovadores moderados ou inovadores modestos<sup>13</sup>. Em 2013, à semelhança do que acontecera em anos anteriores, existiam quatro Estados Membros cujo desempenho na área da inovação se encontrava bastante acima (20%) da média da UE-27, nomeadamente a Dinamarca, a Finlândia, a Alemanha e a Suécia. Estes Estados são considerados líderes em inovação.

Um outro conjunto de Estados Membros (Áustria, Bélgica, Chipre, Estónia, França, Irlanda, Luxemburgo, Holanda, Eslovénia e Reino Unido) apresenta um desempenho em termos de inovação próximo

da média da UE-27, quer ligeiramente acima quer ligeiramente abaixo, sendo considerados seguidores em inovação. O desempenho dos restantes Estados Membros em termos de inovação está claramente abaixo da média europeia, embora um grupo de Estados Membros (República Checa, Grécia, Hungria, Itália, Lituânia, Malta, Portugal, Eslováquia e Espanha) apresente resultados que os posicionam mais próximo da média – os chamados inovadores moderados. Os outros (Bulgária, Letónia, Polónia e Roménia) encontram-se bastante abaixo da média europeia.

Se descermos ao nível regional verificamos também uma grande diversidade nos graus de inovação. A maior parte dos Estados Europeus têm regiões com desempenhos muito diferentes em termos de inovação. Portugal e a França apresentam um cenário particularmente diversificado, uma vez que possuem pelo menos uma região em cada um dos quatro graus de inovação referidos acima. Outros Estados Membros, como sejam a República Checa, Finlândia, Itália, Holanda, Noruega, Espanha, Suécia e Reino Unido incluem pelo menos uma região em três dos diferentes graus de desempenho em inovação<sup>14</sup>. O cenário diferenciado da UE-27 no que toca à inovação a nível regional torna urgente um desenho mais adequado dos programas dirigidos às regiões dos Estados Membros.

Não posso deixar de realçar que as regiões com melhor desempenho em inovação são aquelas que possuem instituições de ensino superior e centros de investigação de maior qualidade e excelência.

Internacionalmente os Estados Unidos, o Japão e a Coreia do Sul apresentam um desempenho em termos de inovação superior ao da UE-27 e são os



*Intervenção em plenário*

líderes mundiais nesta área. Actualmente a Coreia do Sul ultrapassou o Japão e tornou-se, a par dos Estados Unidos, o país mais inovador do mundo<sup>15</sup>. Ainda assim a UE-27 tem vindo a aproximar-se dos Estados Unidos no indicador de inovação, principalmente desde 2008.

Não obstante, os líderes mundiais na área da inovação - os Estados Unidos, o Japão e a Coreia do Sul - são particularmente dominantes relativamente à UE-27, não só nos indicadores que reflectem o grau de investimento das empresas em I&D, nas publicações conjuntas entre o sector público e privado e em patentes registadas, mas também na percentagem da população com educação superior.

A EU-27 ainda mantém a liderança na inovação relativamente à Austrália, ao Canadá e a todos os BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul). No entanto, esta liderança começa a ser posta em causa pelo desempenho da China, que se tem vindo a aproximar da EU-27. Relativamente aos restantes BRICS, a liderança da Europa mantém-se estável.

Infelizmente as melhorias registadas nos últimos anos não garantem à Europa uma posição confortável no actual mundo globalizado. Como referi, além dos Estados Unidos e do Japão, existem hoje outros países e regiões que apresentam progressos assinaláveis no que toca à ciência e inovação. Em consequência, a União Europeia está hoje sujeita a desafios mais diversificados e, caso não adopte políticas adequadas à evolução da situação, pode vir a ser ultrapassada por outras regiões do globo.

## Publicações

No que respeita ao impacto das ideias inovadoras na sociedade e a medida em que são assimiladas pelo tecido empresarial, a União Europeia ainda tem um caminho considerável a percorrer. Em termos de publicações científicas de alta qualidade, a União Europeia lidera na quantidade (33% das publicações científicas a nível mundial contra 31% dos Estados Unidos da América), mas quando se tem em conta factores de qualidade esta situação inverte-se.

## Apreciação geral

Apesar dos progressos registados, nos tempos que correm apenas 20% dos investigadores de todo o mundo trabalham na Europa e apenas 30% das patentes do mundo são registadas no continente europeu. Em valores absolutos número de pedidos de patentes na União Europeia tem crescido, mas a proporção de patentes registadas por cientista residente na União Europeia tem vindo a diminuir face ao resto do mundo.

Em contrapartida, os países emergentes têm vindo a progredir de forma notável. Por exemplo, na China o número de investigadores duplicou ao longo

dos últimos 6 anos. As publicações científicas na China mais do que duplicaram em 6 anos, tendo agora ultrapassado as do Japão. O sector privado chinês tem registado um crescimento muito grande e o número de patentes e de publicações em parceria entre o sector público e o sector privado tem vindo a aumentar.

Os desafios que a Europa enfrenta são pois enormes. Analisemos então em pormenor quais são as forças e as fraquezas da Europa na área que constitui o mais importante factor da sua competitividade – a inovação.

## 2.3 - FORÇAS E FRAQUEZAS DA EUROPA AO NÍVEL DA INOVAÇÃO

---

O factor determinante do desenvolvimento europeu é hoje a inovação. Só apostando na inovação e desenvolvendo novos produtos e serviços a Europa conseguirá tornar-se mais competitiva e gerar mais emprego.

Todavia, para inovar são necessárias ideias e conhecimentos novos, cuja emergência pressupõe uma aposta clara na I&D. A crise económica que atingiu a Europa levantou alguns obstáculos a este processo. Aos cortes no investimento em I&D

acresceram os cortes na educação praticamente em todos os Estados europeus.

Não obstante, na minha opinião, estas não foram as piores consequências da crise. Em termos de ciência e inovação, a consequência mais negativa residuiu no efeito que ela teve no enquadramento da própria inovação. A burocracia permaneceu excessiva, a regulamentação demasiado complexa e a aversão ao risco acentuou-se. Tudo isto criou obstáculos à iniciativa privada e retirou dinamismo ao trabalho das empresas que se viram obrigadas a canalizar os seus investimentos para actividades menos inovadoras e menos exigentes em termos de incorporação de conhecimento científico novo. Concomitantemente, perante o agravamento das condições de contexto, as entidades públicas sentiram uma dificuldade acrescida em justificar e realizar financiamentos competitivos.

Grande parte do meu mandato foi dedicado a tentar criar condições para minimizar e, em última análise, ultrapassar os constrangimentos que mencionei, os quais, aliás, já existiam antes da crise. Bati-me pelo incremento do investimento, pela simplificação dos procedimentos e por instrumentos que fomentassem a transferência dos resultados da investigação para a economia potenciando assim o papel da inovação nos produtos das empresas.

Na secção anterior abordei várias questões que podem explicar a dificuldade da Europa em alcançar os níveis de competitividade de outros líderes globais: a intensidade do investimento em I&D, quer público quer privado; a fragmentação, burocracia e falta de quadro legal favorável à inovação.

Durante a minha permanência no Parlamento Europeu foquei a minha actuação na superação dos factores estruturais que impedem a UE de alcançar os níveis de competitividade dos outros grandes parceiros internacionais, como sejam os EUA, o Japão ou a Coreia do Sul.

### Um dos aspectos de especial relevância para a inovação é a legislação relativa à propriedade intelectual

Neste processo o desenho dos mecanismos de financiamento da ciência e da investigação, bem assim como o fomento da inovação, tornou-se uma preocupação central do meu trabalho. Foquei-me essencialmente nas problemáticas da convergência em termos de desempenho em inovação nos diferentes Estados Membros, da desburocratização dos programas de I&D e na criação das condições que enquadram o desenvolvimento de ecossistemas de inovação.

Um dos aspectos de especial relevância para a inovação é a legislação relativa à propriedade intelectual. Nesse sentido, constitui com as colegas Amelia Andersdotter (eurodeputada sueca, do Partido Pirata) e Catherine Trautmann (eurodeputada francesa, do Partido Socialista) um grupo de trabalho informal e interpartidário para discussão destes temas. A este grupo de trabalho juntaram-se outros colegas eurodeputados de todos os quadrantes políticos e realizaram-se diversas reuniões de trabalho com peritos na área<sup>16</sup>.

Propus também a criação de outro grupo de trabalho dedicado à ciência e inovação no âmbito do think tank European Ideas – Network do Grupo Parlamentar do PPE. Este think tank é presidido pelo meu colega chefe da delegação espanhola do PP, Jaime Mayor Oreja, sendo Guillermo Martinez Casan o seu Director. Tive o privilégio de presidir este grupo de trabalho e lançar temas de debate como as ajudas de estado no âmbito da investigação e demonstração de tecnologias<sup>17</sup>.

Não posso deixar de sublinhar que a União Europeia, embora se debata com as dificuldades que assinala, também apresenta reconhecidas potencialidades ao nível da ciência e da inovação. A Europa possui centros de investigação e universidades de grande qualidade e excelência. As empresas europeias lideram os sectores industriais do automóvel, da aeronáutica e da indústria química. A sociedade europeia ostenta uma cultura aberta, diversificada e dinâmica, extremamente rica em tradições e valores. Os valores da defesa do ambiente, da qualidade de vida, dos direitos humanos, do modelo social europeu, são largamente reconhecidos e aceites na Europa. Acresce que a União Europeia é hoje o maior mercado interno do mundo, comprometido com o apoio ao desenvolvimento dos países mais pobres e projectando no mundo os seus ideais de liberdade e vivência democrática.

Todos desejamos que a próxima geração de políticas europeias permita tirar partido destes pontos fortes e simultaneamente ultrapassar as fraquezas existentes. Darei conta dessas políticas a partir da secção 6 deste capítulo.



*Com o Prémio Nobel de Medicina 2011 Jules Hoffman durante a conferência imprensa sobre orçamento europeu para ciência e inovação.*

## 2.4 - CIÊNCIA E INOVAÇÃO EM PORTUGAL

### BREVE DIAGNÓSTICO

Nos últimos 20 anos Portugal registou um progresso notável nos indicadores relativos à ciência e à inovação.

#### Recursos Humanos

Em Portugal os recursos humanos afectos a I&D têm registado um aumento constante nos últimos anos. Actualmente o país ocupa o 4º lugar a nível Europeu em número de investigadores por cada mil habitantes activos. Em 2012 Portugal contabilizava 9.2 investigadores por cada mil habitantes activos - um valor superior à média europeia, que fica por 6.8 investigadores por mil habitantes ac-

tivos. Contudo, Portugal encontra-se abaixo da média europeia quando consideramos o total de recursos humanos em I&D - 10.2 pessoas por cada mil habitantes activos contra 10.9<sup>18</sup>.

#### Investimento

Entre 2007 e 2009 o investimento do país em I&D cresceu muito acima da média da EU-27, atingindo em 2009 o máximo de 1.64% do PIB<sup>19</sup>. Importa ainda referir que ao longo dos últimos anos houve uma alteração da distribuição deste investimento por parte dos sectores públicos e privados, notando-se desde 2010 um ligeiro decréscimo do investimento total essencialmente devido ao desinvestimento por parte da indústria nacional. Hoje Portugal investe 1.5% do seu PIB em I&D<sup>20</sup>.

Os indicadores relativos às actividades empresariais e os indicadores que reflectem o benefício que os avanços na área da ciência e da inovação têm para o conjunto de economia melhoraram ligeiramente, mas ainda se situam muito abaixo da média europeia.

#### Patentes

Em 2007 o número absoluto de patentes registadas por Portugal colocava o país no vigésimo lugar da UE-27 e o número de patentes por milhão de habitantes guindava o país ao décimo sexto lugar. Apesar de não ser uma situação muito satisfatória é importante referir que este resultado culmina um crescimento médio anual de 24.1% registado entre 2002 e 2007, o quarto melhor da UE-27. Actualmente o país continua ainda longe da média europeia. Entre 2012 e 2013 registou-se uma diminuição dos rendimentos provenientes de licenças e patentes<sup>21</sup>.

## Inovação

Em 2013 Portugal manteve a posição de inovador moderado, obtida essencialmente graças ao elevado número de doutoramentos e co-publicações científicas internacionais. Entre 2012 e 2013 o número de doutorandos oriundos de fora da UE aumentou 15% e o número de co-publicações científicas internacionais aumentou 12.5%. Os valores indicados culminam um crescimento sustentado da produção científica nacional em todos os domínios científicos e tecnológicos. Nos últimos cinco anos os domínios tecnológicos com maior taxa de crescimento médio anual (número de publicações) foram, por ordem decrescente, as Ciências Médicas e da Saúde, as Ciências Naturais, as Ciências Agrárias, as Ciências da Engenharia e Tecnologias, as Ciências Sociais (Gestão e Economia) e as Ciências Exactas<sup>22</sup>.

## 2.5 - FORÇAS E FRAQUEZAS DE PORTUGAL AO NÍVEL DA INOVAÇÃO

---

Hoje o factor determinante do desenvolvimento do nosso país deve ser a diferenciação e a inovação. A inovação tem de ser uma componente essencial da nossa economia e é com ela que teremos de alavancar a produtividade e a competitividade de forma a criar mais emprego e melhor qualidade de vida. Mas para inovar, como sabemos, é

necessário fazer uma aposta clara na ciência e na investigação.

Como referi na secção anterior, nos últimos anos Portugal registou um progresso notável nos indicadores de excelência científica: o número de publicações científicas cresceu, o número de investigadores e de doutorados em percentagem da população activa aumentou substancialmente. Neste último indicador o país chegou a ultrapassar a média europeia, o que constitui um feito notável para um país que partiu de uma situação muito insatisfatória.

O país possui universidades de reconhecida qualidade, posicionadas a meio da tabela nos rankings mundiais. O papel das universidades e dos politécnicos como centros de desenvolvimento de competências, de transmissão de conhecimentos e de criação de ideias é absolutamente crucial para a ciência e a inovação.

Actualmente o país encontra-se dotado de boas infra-estruturas de I&D e conta com um número significativo de unidades e instituições de I&D que foram classificadas como excelentes em avaliações internacionais. O país possui uma região classificada como líder em inovação (Lisboa) e outra como seguidora (Região Centro), sendo as outras regiões inovadoras moderadas (Norte, Alentejo e Algarve) ou modestas (Açores e Madeira)<sup>23</sup>. Embora o facto denote uma forte assimetria regional, não deixa de ser relevante o país ter sido considerado no seu todo como inovador moderado.

Existe no país um número crescente de PME com serviços e processos inovadores e registou-se um aumento do número de parcerias entre empresas,



*Celebrando 40 anos do cubo Rubik com o Prof. Rubik, o Presidente Durão Barroso, as comissárias Máire Geoghegan-Quinn e Androulia Vassiliou e a assessora do Gabinete Barroso, Raquel Lucas.*

universidades e institutos de investigação, ainda que predominantemente promovidas por apoios públicos.

Todavia – e este é o lado menos bom – Portugal é o único país europeu em que os avanços mencionados tiveram um impacto meramente residual na economia, na produção de riqueza, no PIB. Durante a crise económica, as consequências desta circunstância não se fizeram esperar e acabaram por se reflectir, nomeadamente, no desemprego jovem e na saída de jovens cientistas para outros países.

A questão do impacto do desenvolvimento da investigação científica na economia real, na produção de riqueza, é tanto mais relevante por ela abordar directamente a questão da eficácia das políticas

de investimento em investigação e inovação. De facto estas políticas não podem visar apenas a melhoria de alguns indicadores que nos comparam com outros países. A melhoria destes indicadores é estimulante e, à primeira vista, parece ser, só por si, algo positivo, mas os mesmos devem também contribuir para a melhoria da competitividade da economia, da produção de riqueza e, em última análise, para o desenvolvimento do país e do bem-estar dos cidadãos.

Antes de mais recordemos que para o período 2014-2020 existem condições para que o país possa registar uma melhoria significativa neste domínio. O Quadro Estratégico Europeu contempla 27.8 mil milhões de Euros de financiamento destinado a Portugal. É fundamental que o financiamen-



*Com o Director-geral da DG Investigação e Inovação da Comissão Europeia Robert-Jan Smits*

to europeu seja aproveitado para consolidar a qualidade do nosso sistema de ensino e reforçar o sistema científico de excelência. Todavia, em paralelo, devem ser adoptadas medidas que catalisem o financiamento privado da investigação e a contratação de investigadores por parte das empresas. Esta abordagem permitirá, por um lado, apoiar a empregabilidade de jovens cientistas e, por outro, reforçar a capacidade das empresas em investir na melhoria da sua competitividade e em alcançar novos patamares de internacionalização.

Contudo, nada disto resulta se as condições de contexto não forem adequadas. Estas condições condicionam fortemente o nível de impacto que o investimento em ciência e inovação poderá ter na economia, na criação de riqueza e, em geral, na sociedade.

É fundamental assegurar condições propícias ao funcionamento e à competitividade das empresas - um sistema de crédito eficaz, um mercado com leis de concorrência justas e transparentes, uma administração pública eficiente e flexível, uma justiça eficaz e célere, leis de propriedade industrial simples, regras de licenciamento claras e licenciamento expedito, leis de imigração que permitam atrair cérebros e mão-de-obra especializada. Sem estas condições, por muito que o país invista em ciência e inovação, a sua situação só registará melhorias marginais.

Seria assim de todo recomendável que as reformas estruturais em curso no país tomassem em consideração os aspectos assinalados e que as políticas em desenvolvimento se preocupassem em potenciar as sinergias entre a educação, inovação e as empresas. A capacidade de Portugal para enfrentar os desafios da globalização, da competitividade das suas empresas, do crescimento económico e da criação de emprego depende da boa execução do programa de ajustamento em curso, mas também da forma como Portugal conseguir tirar partido das suas potencialidades naturais em termos de recursos endógenos, das excelentes infra-estruturas de que dispõe e da excelência do potencial científico, potenciados pela aplicação apropriada do próximo quadro comunitário.

Grande parte da minha actividade no Parlamento Europeu foi dedicada exactamente a este último aspecto, como ficará claro nas secções seguintes.

## 2.6 - SIMPLIFICAÇÃO

---

Uma das grandes dificuldades dos sistemas europeus de ciência é a excessiva burocracia. Em 2010 cerca de 13 mil investigadores europeus subscreveram uma petição que exigia dos serviços europeus maior confiança e uma simplificação substancial dos procedimentos relativos aos projectos de investigação que se candidatam a financiamento europeu. Eu própria era testemunha das dificuldades apontadas por estes investigadores no meu trabalho como professora do Instituto Superior Técnico.

O sistema então em vigor baseava-se numa análise de custos executada com uma precaução que raiava a desconfiança e com uma quase completa aversão ao risco. A situação era insustentável sobretudo para as entidades menos apetrechadas, como é o caso das pequenas e médias empresas, das start-ups de alta tecnologia e das instituições de menor dimensão. Além disso, a componente burocrática era dominante e absorvia só por si uma parte considerável do financiamento. Por exemplo, o sétimo Programa-Quadro (2007-2013), então em vigor, tinha um financiamento de 52 mil milhões de euros, mas em média em cada projecto de I&D, cerca de 25% do financiamento era alocado a tarefas burocráticas, reduzindo assim em um quarto o financiamento disponível para a Ciência. Quando o programa terminou cerca de 13 mil milhões tinham sido gastos em procedimentos administrativos e burocráticos.

Havia que recentrar o processo na confiança e na assunção do factor risco. A oportunidade surgiu

quando o Parlamento Europeu e a Comissão Europeia encetaram a reprogramação intercalar do sétimo e a preparação do oitavo Programa-Quadro para a Investigação, o HORIZONTE 2020.

Em maio de 2010 fui nomeada pelo PE relatora para a Simplificação das Regras de Participação dos actuais e futuros Programas Europeus de Ciência e Inovação<sup>24</sup>. O objectivo era redefinir as regras de participação não só no sétimo Programa-Quadro de Investigação, mas também nos programas de Ciência e de Inovação incluídos no orçamento da UE para o período 2014-2020, de modo a simplificar o acesso ao financiamento.

*A simplificação do acesso aos fundos para a investigação e a inovação deverá assentar numa parceria de rigor, avaliação e confiança entre todos os envolvidos, pois todos comungam do desiderato de tornar a Europa um espaço privilegiado para viver e trabalhar.*

A fim de assegurar a participação das universidades, centros de investigação e empresas na preparação do relatório, abri um processo de consulta pública durante o qual foram debatidas as principais regras de participação nos Programas Europeus de Ciência e Inovação e identificadas as respectivas fraquezas de modo a definir as alterações a introduzir. Com este propósito foram levadas a cabo diversas iniciativas públicas a nível nacional e europeu. Em Portugal foi realizado um seminário no Porto e outro em Lisboa. O processo culminou

numa audição no Parlamento Europeu. O meu sítio de eurodeputada, [www.gracacarvalho.eu](http://www.gracacarvalho.eu), serviu de plataforma para receber todas as propostas, comentários, sugestões, críticas, em geral, todos os contributos para elaborar o relatório.

Salientei a importância de simplificar o controlo do aspecto financeiro reforçando a avaliação técnico-científica e os mecanismos de aprovação pelos pares com base na excelência dos projectos. Em vez de existir um controlo centrado nos aspectos administrativos e financeiros, tínhamos de ser, por um lado, mais tolerantes ao risco, simplificando os procedimentos burocráticos de controlo, e, por outro, basear a avaliação dos projectos numa maior confiança na comunidade científica e empresarial. Outro tópico central era a harmonização das regras e dos procedimentos para os diferentes instrumentos utilizados nos programas da Comissão.

Em resumo, a simplificação do acesso aos fundos para a investigação e a inovação deverá assentar numa parceria de rigor, avaliação e confiança entre todos os envolvidos, pois todos comungam do desiderato de tornar a Europa um espaço privilegiado para viver e trabalhar.

Fui convidada para apresentar o relatório aos Ministros de Ciência dos 27 Estados Membros reunidos no Conselho “Competitividade” de 16 Julho de 2010<sup>25</sup>. Em Novembro do mesmo ano o relatório foi aprovado na Comissão ITRE por unanimidade e mais tarde por uma larga maioria de votos no plenário do Parlamento Europeu.

O relatório incluía 67 medidas, das quais destaco,



*Com o Primeiro Ministro Irlandês Enda Kenny*

por exemplo, recuperação do IVA nos projectos, anteriormente não elegível e por isso suportado pela instituição onde era desenvolvido o projecto.

Algumas destas melhorias foram implementadas ainda durante o 7º Programa-Quadro, outras requereram uma alteração do regulamento financeiro da UE, o que foi feito por minha iniciativa, tendo sido posteriormente introduzidas no programa HORIZONTE 2020.

Elaborei uma tabela de acompanhamento da implementação de cada medida (ver anexo A) e hoje posso afirmar que 65 das 67 medidas foram devidamente contempladas no programa HORIZONTE 2020.

## 2.7 - ORÇAMENTO EUROPEU PARA A CIÊNCIA E INOVAÇÃO

---

Tinha consciência que a crise e a resposta pela via da austeridade, escolhida pelos Estados Membros, iria conduzir a um corte no orçamento global europeu para ciência e inovação, o que acabou por acontecer, e que, se nada fosse feito, o orçamento europeu para o programa de ciência e inovação sofreria um corte. De salientar que o 7º Programa-Quadro de Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (2007-2013) teve um financiamento de 52 mil milhões de euros. No início do mandato falava-se de um financiamento para o oitavo Programa-Quadro de Ciência e Inovação de 45 mil milhões, muito aquém do valor de 79.4 mil milhões que conseguimos alcançar no final das negociações. Convicta de que qualquer programa de investimento que permitisse aos países europeus voltar ao crescimento deveria ser baseado na aposta na ciência e inovação, empreendi uma série de iniciativas para evitar que os cortes se repercutissem no orçamento europeu para 2014-2020.

Decidi desenhar uma estratégia com vista a assegurar o aumento do financiamento para a ciência e inovação no novo orçamento europeu 2014-2020. Convenci e mobilizei os colegas do PPE de forma a votarmos a favor da duplicação do financiamento do HORIZONTE 2020 em comparação com os programas anteriores. Granjeei alguns apoios cruciais, entre eles o do eurodeputado alemão Christian Ehler que se juntou à nossa causa de forma empenhada.

Partindo da proposta da Comissão Europeia de aumentar o orçamento da ciência e inovação para 80 mil milhões, tomámos a iniciativa de pedir um aumento para 100 mil milhões e, após inúmeras diligências, conseguimos que esta proposta se tornasse a posição oficial do PE. Contudo, o orçamento proposto pelo PE ainda tinha de ser aprovado pelo Conselho Europeu.

Algumas iniciativas foram especialmente marcantes. Organizei uma conferência com várias individualidades da área da ciência, entre as quais Sir Tim Hunt e Jules Hoffman, Prémios Nobel de Fisiologia/Medicina de 2001 e 2011, respectivamente, que exortaram os líderes da UE a defender o futuro orçamento para a investigação e inovação HORIZONTE 2020. Posteriormente estas individualidades entregaram uma carta aberta, subscrita por 44 prémios Nobel e 6 laureados com a medalha Field (conhecida como o prémio Nobel da Matemática), alertando contra as consequências dramáticas de um possível corte no orçamento para a investigação e inovação. Este grupo de distintos cientistas também chamou a atenção para a petição “No cuts on research” que apoiava a mesma causa e que, até à data, tinha sido assinada por mais de 131 mil cidadãos na Europa e em todo o mundo.

Esta acção estratégica acabou por condicionar a abordagem do Conselho Europeu. Tudo levava a crer que o orçamento iria ser reduzido, mas ao colocarmos a fasquia tão alta condicionámos o resultado final. O montante global do orçamento europeu desceu 10%, mas o investimento previsto para a ciência e inovação passou de 52 mil milhões para 79.4 mil milhões. Este não foi um resultado fortuito, foi um resultado determinado por um grande esforço focado na defesa do investimento em ciência e inovação realizado desde o primeiro minuto.

## 2.8 - HORIZONTE 2020

---

HORIZONTE 2020 é o nome do oitavo Programa-Quadro Europeu para a Investigação e Inovação que vigorará durante o período 2014-2020 e que constitui uma secção nuclear da Estratégia Europeia 2020. O HORIZONTE 2020 interliga três iniciativas autónomas: o sétimo Programa-Quadro para a Investigação (FP7), o Programa-Quadro para a Competitividade e Inovação (CIP) e o contributo da União Europeia para o Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia (EIT). No período de 2007 a 2013 estas três iniciativas coexistiram e correspondiam aos montantes de 52 mil milhões, 3.6 mil milhões e 308 milhões de Euros, respectivamente, sendo o último montante manifestamente insuficiente.

O montante final alocado ao HORIZONTE 2020 foi fixado em 79.4 milhões de Euros. O programa visa estreitar a ligação entre a investigação e a inovação com o objectivo de criar condições para a conversão dos avanços científicos em produtos inovadores, respondendo assim aos desafios colocados pela globalização como seja as alterações climáticas, a segurança energética e o envelhecimento da população. O HORIZONTE 2020 propõe-se ir ao encontro das necessidades das empresas, das universidades e dos institutos de investigação em termos de acesso rápido e simplificado ao financiamento.

As novidades mais significativas do HORIZONTE 2020 face aos anteriores programas consistem numa atenção reforçada aos desafios societários e à competitividade; à integração mais eficaz da in-

vestigação e da inovação (financiamento regular e coerente desde a ideia até à entrada em mercado) e ao reforço do apoio à inovação e às actividades mais próximas do mercado. Simultaneamente, o espírito da simplificação perpassa todo o programa. A arquitectura geral do programa foi simplificada: existe um único conjunto de regras, menos burocracia, um modelo mais simples de reembolso de custos, menos documentação, menos controlos e menos auditorias a par de um acesso alargado a novos parceiros e a cientistas jovens e promissores.

Desde a sua génese como proposta da Comissão Europeia, até à aprovação final do HORIZONTE 2020 em plenário do PE, decorreram dois anos de trabalho intenso. A proposta do HORIZONTE 2020 foi preparada na Comissão Europeia em 2011 tendo sido adoptada definitivamente como proposta da Comissão em Novembro desse ano. Depois de enviado para o PE, o grupo do PPE do PE adquiriu o relatório do programa específico de execução do HORIZONTE 2020, fazendo uso os créditos que lhe são atribuídos no início da legislatura em quantidade proporcional ao número de deputados que elegeram), e a proposta baixou à Comissão ITRE, onde, em Fevereiro de 2012, a coordenadora do PPE nesta Comissão, Pilar del Castillo, conferiu-me o privilégio de ser a relatora do Programa Específico de execução do HORIZONTE 2020<sup>26</sup>.

Esta decisão da coordenadora do PPE-ITRE foi o corolário de uma estratégia que desenvolvi desde que cheguei ao PE para alcançar esta posição. Em todas as reuniões do PE, das Comissões parlamentares, em todos os eventos – conferências, debates, etc. – onde fossem tratados assuntos da área da ciência e inovação pedi sempre a palavra para fazer uma intervenção substantiva.

O relatório que elaborei, contendo várias dezenas de emendas, foi apresentado na Comissão ITRE em Junho de 2012. Seguiu-se um período de um mês para apresentação de emendas. As cerca de mil emendas propostas pelos eurodeputados foram debatidas em inúmeras reuniões dos vários grupos políticos e foram condensadas em emendas de compromisso. Ao cabo deste processo o relatório foi aprovado por unanimidade na Comissão ITRE em Dezembro de 2012 e, enquanto relatora, fiquei com o mandato para iniciar a sua negociação com o Conselho, onde, entretanto, a proposta da Comissão havia tramitado num processo paralelo.

As negociações prolongaram-se por 6 meses respeitando o procedimento de co-decisão que consiste nas negociações entre o Parlamento Europeu e o Conselho Europeu com a participação dos representantes da Comissão Europeia. Ao cabo de 9 trilogos, tendo o último terminado às 4 horas da manhã, após 11 horas de reunião, foi alcançado um acordo e a proposta do HORIZONTE 2020 foi votada em Plenário do PE.

O montante final alocado ao HORIZONTE 2020 foi fixado em 79.4 milhões de Euros. É de assinalar que, apesar do valor final ter ficado um pouco aquém tanto da proposta inicial da Comissão Europeia como bastante abaixo da proposta do Parlamento Europeu, o HORIZONTE 2020 será o terceiro maior programa da União Europeia e o maior programa do mundo de apoio à investigação e inovação.

Para alcançar os seus objectivos o programa HORIZONTE 2020 repousa sobre três pilares ou prioridades – excelência científica, liderança industrial e desafios sociais – encontrando-se cada um deles subdividido em várias metas e actividades bem definidas.

## Excelência científica

Irei mencionar apenas os resultados principais das negociações relativas ao Programa Específico de Implementação do HORIZONTE 2020.



*Na Cerimónia de assinatura do Horizonte 2020 com o Presidente do Parlamento Europeu Martim Schulz, o Vice ministro dos assuntos europeus Lituano Vytautas Leskevicius, Christian Ehler, Teresa Riera Madurell e Marisa Matias.*

O pilar 1 do programa HORIZONTE 2020 tem por finalidade consolidar a posição da União Europeia enquanto líder mundial na ciência. Este pilar consiste de quatro subprogramas: Conselho Europeu da Investigação, Tecnologias Futuras e Emergentes, acções Marie Skłodowska Curie e Infraestruturas de Investigação.

O Conselho Europeu de Investigação tem por finalidade a atribuição de bolsas individuais (bolsas ERC) a investigadores excelentes que apresentem ideias brilhantes. As bolsas podem ser atribuídas

em diferentes estágios da carreira do investigador: Inicial, Consolidado, Sinergia Avançada (2-4 investigadores) e Prova de Conceito.

O programa Tecnologias Futuras e Emergentes (FET) foi desenhado para financiar ideias inovadoras de alto risco, mas com elevado potencial de impacto social e tecnológico. Este programa apoia a investigação desenvolvida em colaboração e distingue três tipos de projectos que são classificados de acordo com a sua dimensão: FET Domínio Aberto (bottom-up), FET Proactivas (com tópicos pré-definidos e a criação de comunidades de multidisciplinares de investigação) e FET Embleáticas (de grande escala).

As Ações Marie Skłodowska Curie foram delineadas com o intuito de reforçar o ensino através da mobilidade. Para o efeito existem quatro categorias de bolsas: formação inicial de investigadores, formação ao longo da vida e progressão na carreira, dimensão industrial e dimensão internacional ou “World Fellowships”. Durante as negociações tomei a iniciativa de propor a criação da rubrica das Bolsas de Retorno no âmbito as Acções Marie Skłodowska Curie. Concebi estas bolsas para apoiar a reintegração de investigadores que tenham finalizado uma experiência internacional, sobretudo quando os investigadores retornam a regiões com menor desempenho em inovação.

O subprograma Infra-estruturas de Investigação irá apoiar as infra-estruturas existentes, tornando-as acessíveis a todos os investigadores, bem assim como promover o desenvolvimento de novas infra-estruturas de investigação. O objectivo é promover o potencial das infra-estruturas de investigação

já existentes e o respectivo capital humano, reforçando a política Europeia de investigação e a cooperação internacional.

## Liderança industrial

A política industrial europeia é financiada através do HORIZONTE 2020, especialmente através do pilar 2 que é consagrado a garantir a liderança industrial na inovação e nas tecnologias-chave e a apoiar as PME's no acesso ao financiamento. As medidas desenvolvidas neste âmbito deverão permitir ultrapassar as dificuldades registadas na transferência de conhecimento para as empresas e para a economia em geral, bem assim como as debilidades que já referimos relativas no dinamismo do investimento privado em I&D.

Este pilar está dividido em três subprogramas: Tecnologias Facilitadoras e Industriais, Instrumentos Financeiros e de apoio específico às PME's.

O programa Tecnologias Facilitadoras e Industriais foi concebido para apoiar as actividades de investigação e inovação em tecnologias estratégicas promovendo assim a inovação em setores existentes e emergentes. Estas incluem as tecnologias facilitadoras-chave tais como as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), as Nanotecnologias, os Materiais Avançados, a Biotecnologia, a Produção e o Processamento Avançados, e ainda o Espaço.

O programa Instrumentos Financeiros visa atrair o investimento privado em investigação e inovação. O programa inclui um Mecanismo de Dívida (empréstimos e garantias para projectos de alto risco, implementados pelo BEI e pelo FEI) e um

Mecanismo de Capital Próprio (investimento na fase inicial e na fase de crescimento através de capitais de risco e “Business Angels”).

O programa Tecnologias Facilitadoras e Industriais foi concebido para apoiar as actividades de investigação e inovação em tecnologias estratégicas promovendo assim a inovação em setores existentes e emergentes

O Instrumento PME é um subprograma dedicado ao apoio às PME inovadoras. Este subprograma está dividido em três fases: Conceito e avaliação de viabilidade; Demonstração, Replicação no Mercado e I&D; Comercialização.

Durante as negociações os representantes do PE conseguiram melhorar substancialmente o programa Instrumento PME. Assim, ficou acordado que as PME beneficiarão de, pelo menos, 7% do orçamento combinado dos subprogramas Liderança em Tecnologias Facilitadoras e Industriais e dos Desafios Societais de que falaremos na secção seguinte. Acresce que o PE insistiu num orçamento dedicado com uma estrutura de gestão específica para o Instrumento PME.

Por minha iniciativa ficou igualmente decidido que um esquema simples e célere de “Vouchers Inovação” financiará as actividades de investigação e inovação na segunda fase (Demonstração, Replicação no Mercado e I&D) do Instrumento PME. Este instrumento promoverá a criação de start-ups e melhorará as actividades de investigação e inovação nas PME existentes.

Existe ainda uma meta suplementar para assegurar a participação das PME em projectos de investigação e inovação em consórcio – e não apenas no Instrumento PME. Esta meta consiste em garantir que 20% do orçamento combinado da Liderança em Tecnologias Facilitadoras e Industriais (parte do pilar 2) e dos Desafios Societais (pilar 3) seja executado por PME.

### Desafios societais

O pilar 3 aborda as grandes preocupações partilhadas por todos os europeus, as quais se traduzem em seis temas chave: saúde e desafio da demografia e do bem-estar; segurança alimentar, agricultura sustentável, investigação marinha e marítima e bioeconomia; energia segura, limpa e eficiente; transporte inteligente, verde e integrado; acção climática, recursos eficientes e matérias-primas; e sociedades inclusivas, inovadoras e seguras.

Durante as negociações foi possível melhorar o documento inicial em vários aspectos. Foram assumidas novas linhas de actuação nos assuntos marinhos e marítimos, bem assim como no estudo da “herança cultural e identidade Europeias”. As Ciências Sociais e Humanas e a Segurança, inicialmente englobadas num único desafio, passaram a ser consideradas desafios societais distintos – uma alteração importante que evita ambiguidades na alocação do financiamento a cada uma das áreas.

Foi introduzida uma clarificação importante de prioridades no desafio societal da saúde recentrando o mesmo nas doenças das crianças e dos idosos; nas doenças neuro-degenerativas, músculo-esqueléticas e crónicas; nas doenças relacio-



*Com a Comissária Europeia para Investigação, Inovação e Ciência Máire Geoghegan-Quinn e o Prof Mark Ferguson, Director-Geral da Science Foundation Ireland em Dublin.*

nadas com a pobreza, com o envelhecimento e o bem-estar; e na medicina personalizada e nas doenças raras.

O orçamento da energia foi aumentado de 7.2% para 7.7% do orçamento do HORIZONTE 2020. Ainda na área da energia foi decidido afectar 70% do orçamento da energia às energias renováveis, eficiência energética, redes inteligentes e armazenamento de energia e mais 15% a actividades dirigidas à absorção pelo mercado das tecnologias existentes de energias renováveis e eficientes (antigo Programa Energia Inteligente - Europa).

Foi aberta uma linha independente de actuação, com um orçamento dedicado (1.06% do orçamento do HORIZONTE 2020), dirigida a “Alargar a Participação”. Esta linha irá promover iniciativas de

formação de redes e de geminação de instituições de investigação, a fim de estabelecer e reforçar as parcerias entre as unidades de investigação regionais, nacionais e principais congéneres europeias. As acções levadas a cabo neste âmbito facilitarão a participação em projectos de pequenos, mas excelentes, grupos de investigação e start-ups. Foi também contemplada uma linha independente de actuação com um orçamento dedicado (0.6% do orçamento do HORIZONTE 2020) para “Ciência com e para a Sociedade”.

Uma medida específica no âmbito do HORIZONTE 2020 consiste na atribuição de um Selo de Excelência a projectos excelentes que, por restrições orçamentais, não chegaram a ser financiados. O Selo de Excelência tornará mais fácil ao consórcio encontrar outras fontes de financiamento, quer públicas quer privadas.

Finalmente, foi estabelecida a criação de Painéis Científicos para a área da Saúde, liderados por investigadores e médicos de topo, que contribuirão para a estruturação e o desenho das políticas de investigação nesta área. Ao mesmo tempo, estes painéis irão promover o diálogo, a troca de boas práticas e a partilha de resultados de investigação. A maior colaboração entre cientistas e a Comissão Europeia visará acelerar os resultados da investigação e a inovação.

Existem dois aspectos importantes desenvolvidos no HORIZONTE 2020, nomeadamente as sinergias entre este programa e os outros fundos europeus e a promoção do emprego jovem, que, pela sua relevância, foram tratados em detalhe na secção 8 do capítulo 5 e na secção 6 do capítulo 4, respectivamente.

## Consulta pública

O sucesso da votação do meu relatório sobre o programa específico de execução do HORIZONTE 2020 deveu-se em larga medida a todo um trabalho prévio no sentido de gerar consensos amplos envolvendo a sociedade civil.

O processo de consulta pública realizado durante a preparação do relatório foi particularmente participado. Foram organizadas audições públicas e efectuada uma consulta electrónica assegurando assim o envolvimento das universidades, centros de investigação e empresas. Tiveram lugar dezenas de iniciativas públicas a nível nacional e europeu – audições em universidades, politécnicos, centros de investigação, associações empresariais, sindicatos, autarquias e ONGs. Em Portugal os eventos realizaram-se um pouco por todo o país. O mesmo aconteceu na Bélgica, Luxemburgo, Polónia, Irlanda, Croácia e Dinamarca.

Em paralelo com o trabalho de audições e consulta públicas convidei para se deslocarem ao Parlamento Europeu instituições e organizações portuguesas (CRUP, CSISP, IMM, Health Cluster, Manufuture, Galp, REN, EDP), promovi workshops e exposições (por exemplo, JTI - Joint Technology Initiatives e FET - Future and Emerging Technologies) e seminários com a participação de instituições europeias congéneres e associações europeias (por exemplo, LERU, EUA, CLORA, Business Europe, CEFIC).

Convidei ainda grupos de visitantes compostos por cientistas, empresários e estudantes que tiveram a oportunidade de assistir a algumas das reuniões em que foi discutido o HORIZONTE 2020 e de partilhar as suas experiências em Programas-Quadro anteriores.

O meu sítio de eurodeputada, [www.gracacarvalho.eu](http://www.gracacarvalho.eu), serviu de novo de plataforma para receber todas as propostas, comentários, sugestões, críticas – em geral, todos os contributos relevantes para elaborar o relatório. Das consultas realizadas resultaram sugestões no sentido de incluir no relatório diversas áreas que são prioritárias para Portugal.

Este trabalho de ligação à sociedade civil continuou depois de aprovação do HORIZONTE 2020 com a finalidade de divulgar o programa e de facilitar a entrada de parceiros nos consórcios internacionais. A título de exemplo refiro as reuniões que promovi em Portugal com a presença de altos funcionários das instituições europeias responsáveis pelas políticas de ciência e inovação:

A visita a várias instituições portuguesas de I&D (IST e Fundação Champalimaud) do Director Geral da Ciência e Inovação da Comissão Europeia, Robert Jan Smits;

O evento de apresentação de grupos de investigação portugueses na área das doenças raras, sida, malária e tuberculose com a presença da chefe da unidade de doenças infecciosas e saúde pública da Direcção Geral da Ciência e Inovação da Comissão Europeia, Line Matthiessen;

O encontro com cientistas que trabalham em Portugal na área dos medicamentos inovadores com o Director Executivo da Parceria Público-Privada para os Medicamentos Inovadores (IMI), Michel Goldman, e com a chefe da unidade de medicina personalizada e inovadora da Direcção Geral da Ciência e Inovação da Comissão Europeia, Irene Norstedt.

## 2.9 - POLÍTICA ESPACIAL EUROPEIA

---

Na qualidade de membro suplente na Comissão BUDG fui designada relatora principal permanente do PPE para a área do Espaço (programas GALILEO, COPERNICUS e SST)<sup>27-29</sup>.

O programa GALILEO cria um sistema de navegação por satélite muito avançado que garante um serviço de posicionamento altamente preciso e fiável. Trata-se de um projecto emblemático da UE desenvolvido no espírito da Estratégia Europa 2020. Durante a minha intervenção na Comissão BUDG propus que o projecto recebesse um financiamento adequado de 6.3 mil milhões de Euros o que foi aprovado pelo PE e pelo Conselho. O programa GALILEO tem como objectivo proporcionar às empresas e aos cidadãos europeus o acesso directo a um sinal de navegação por satélite produzido pela Europa.

COPERNICUS é o programa da UE desenhado para fornecer informação proveniente da observação espacial destinada à protecção civil, à segurança e à economia. Bati-me por um financiamento adequado para este programa e no final o PE e o Conselho aprovaram um montante de 3.8 mil milhões de Euros – o dobro do que era destinado a este programa há sete anos atrás.

O programa SST (Space Surveillance and Tracking) surgiu muito tarde e não foi possível desenhar um orçamento adequado ao mesmo. Propus um orçamento de 70 milhões para 7 anos, mas foi necessário



*Na inauguração da exposição que organizei “Made in Europe: ICT Building blocks tackling societal challenges” com a Vice Presidente da Comissão Europeu Neelie Kroes*

considerar a contribuição que os outros programas poderiam dar para este importante programa. Além disso consegui que a contribuição do HORIZONTE 2020 para o SST fosse perfeitamente circunscrita à investigação e inovação espacial. Adicionalmente propus a subdivisão do programa SST em sub-programas – rede de sensores, processamento de dados, serviços prestados aos utilizadores – para evitar excessos e facilitar o controlo e supervisão do PE sobre o programa.

Não é demais recordar que estes programas são de grande importância para as PME portuguesas na área do espaço, pois promovem o desenvolvimento de uma indústria espacial inovadora e competitiva na qual estas empresas já participam com sucesso assinalável.

CAPÍTULO 3

# ENERGIA E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS





## 3 - ENERGIA E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

### 3.1 - INTRODUÇÃO

À Europa nunca foram alheias as questões da energia. No acto fundador do projecto europeu – a criação da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço – estava bem patente a preocupação com a energia. Todavia, depois deste acto basilar, a energia só voltou a ser uma prioridade europeia passados muitos anos, no primeiro mandato do Presidente Durão Barroso. Na qualidade de conselheira principal do Presidente Barroso, entre 2005 e 2009, estive envolvida no desenvolvimento da estratégia europeia da energia e alterações climáticas. Na altura, cada Estado Membro tinha a sua política para a energia, uma política estritamente nacional, e não existia uma estratégia global da Europa. Todavia esta abordagem global impunha-se, porque a Europa era, e ainda é hoje, muito dependente da importação de energia.

Os inúmeros obstáculos nacionais a esta nova abordagem europeia só foram ultrapassados ao cabo de muitas negociações, quando foi possível conjugar três objectivos basilares: a segurança do abastecimento energético, a luta contra as alterações climáticas e o aumento da competitividade da indústria europeia.

O ano 2007 marcou um ponto de viragem na política europeia para a energia e as alterações climáticas. No

Conselho Europeu de 8 e 9 de Março de 2007, a União Europeia decidiu assumir a liderança internacional na área da energia e definir uma estratégia a nível mundial que, em última análise, se traduziu na fixação de metas.

A Estratégia Integrada para a Energia e a Luta contra as Alterações Climáticas, formulada em 2007 pela Comissão Europeia, foi aprovada no ano seguinte pelo Conselho e pelo Parlamento Europeu. A estratégia europeia defendia um corte de 20% nas emissões de gases com efeito de estufa (GEE) até 2020 e, caso fosse possível alcançar um acordo internacional em matéria de alterações climáticas, a UE comprometia-se ainda a reduzir 30% das suas emissões de GEE até 2020.

O objectivo europeu de redução de GEE até 2020 seria concretizado mediante a utilização de 20% de energias renováveis e de um aumento de 20% da eficiência energética. Os objectivos relativos à redução das emissões de GEE e ao aumento das energias renováveis eram obrigatórios, enquanto o objectivo do aumento da eficiência energética não era vinculativo.



Com o Presidente da Comissão Europeia, Dr. Durão Barroso, durante uma Sessão Plenária do Parlamento Europeu em Estrasburgo

Todos sabemos como é importante estabelecer metas, mas o seu significado esvai-se rapidamente se as mesmas não forem acompanhadas por medidas adequadas para as alcançar. Nesse sentido, a UE estabeleceu um conjunto de políticas e medidas na área da energia e alterações climáticas que lhe permitirão atingir as metas definidas. Estou a falar do aprofundamento do mercado interno, da promoção da eficiência energética e das energias renováveis, bem como da dinamização do mercado de emissões.

Acresce que os objectivos previstos na estratégia para o ano 2020 só podiam ser alcançados com um forte investimento nas áreas do triângulo do conhecimento (ensino superior, investigação científica, inovação) e através de um processo integrador que reforçasse progressivamente a investigação e a inovação europeias no domínio da energia. Ciente deste facto, a Comissão propôs, em Novembro de 2007, o Plano Estratégico Europeu para as Tecnologias de Energia – um plano destinado a estabelecer uma nova agenda de investigação para a Europa na área da energia.

A Comissão Barroso I estabeleceu metas ambiciosas e credíveis plasmadas na Estratégia Europeia para a Energia e Alterações Climáticas e a Comissão Barroso II desempenhou um papel fundamental na implementação dessa estratégia. A visão estratégica europeia em matéria de energia e alterações climáticas representa uma oportunidade soberana para reconfigurar a sociedade de um modo mais sustentável e equitativo, permitindo que a economia europeia avance ao mesmo tempo que são garantidos o aumento da competitividade da indústria, o combate às alterações climáticas e a segurança energética.

Durante o segundo mandato do Presidente Durão Barroso, que correspondeu ao meu mandato no PE, a estratégia europeia foi largamente consolidada. Neste período o mercado interno de energia e a política externa na área da energia conheceram um aprofundamento muito significativo e iniciou-se a preparação da estratégia Europeia de Energia e Alterações Climáticas para 2030 e 2050, bem assim como a participação da UE nas negociações conducentes a um protocolo internacional que desse continuidade ao Protocolo de Quioto.

No presente capítulo começo por expor sucintamente as grandes linhas da visão europeia de longo prazo (para 2050) na área da energia e das alterações climáticas, bem como a minha própria visão, largamente baseada no meu trabalho académico (secção 2). Para alcançar os objectivos ambiciosos com que a UE se comprometeu é fundamental existir um consenso razoável sobre a forma como devem ser organizadas as acções que conduzirão a esses objectivos. Com este propósito concebi vários cenários que levei a debate em diversos *fora* europeus e que permitiram estruturar a minha contribuição para a política europeia de energia e alterações climáticas para 2030 (secção 3).

Concomitantemente tornava-se necessário desenvolver todo um trabalho de curto e médio prazo, no plano do financiamento, adequando o orçamento europeu para 2014-2020 (secção 4), bem como no plano das políticas interna (secção 5) e externa (secção 6) de energia da EU, de forma a adequar os instrumentos da União à visão que a mesma assumiu para 2030 e 2050.

Os cidadãos europeus e as suas organizações locais e regionais são uma componente inalienável do



*No laboratório de Energia no Instituto Superior Técnico*

processo de transformação da sociedade europeia numa sociedade energeticamente mais eficiente e simultaneamente mais amiga do ambiente. As políticas de energia só poderão ser coroadas de sucesso se a sua implementação for assumida ao nível autárquico e regional (secção 7).

A Europa responde por apenas 11% das emissões de GEE, por isso uma parte muito significativa do combate às alterações climáticas tem de ser conduzida no plano internacional. Durante algum tempo a participação da UE nas negociações internacionais (COPs) sobre as alterações climáticas não foi além do sucesso moderado (secção 8). Porém, nos últimos tempos têm sido dados passos auspiciosos que poderão culminar num acordo global em 2015, ano em que a COP se realizará novamente na Europa (secção 9). Penso que uma abordagem sectorial do problema de controlo das emissões, que oportunamente propus, poderá ser um contributo importante para que negociações internacionais cheguem a bom porto (secção 10).

## 3.2 - ESTRATÉGIA EUROPEIA DE ENERGIA E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS 2050

Existe actualmente um consenso generalizado a nível mundial sobre a necessidade de reduzir as emissões de GEE em 50% até 2050. Este objectivo representa um corte de pelo menos 80% das emissões de GEE em todo o mundo industrializado. Torna-se assim necessário que, até 2050, tenha lugar uma reorganização considerável do modo de funcionamento da sociedade em matéria de trabalho, transportes, lazer, ordenamento urbano, habitação e produção de electricidade.

As instituições europeias vão deixar de restringir o seu horizonte de objectivos a 2020. As políticas europeias a serem decididas num futuro próximo irão ter em conta os objectivos de 2050 e todos os cenários que forem elaborados deverão respeitar não só a competitividade europeia como também o modelo social europeu.

Durante todo o meu mandato trabalhei este assunto tirando partido da minha formação académica. Tinha a consciência que em termos globais nos encontrávamos, e ainda nos encontramos hoje, num momento histórico em que confluíam duas crises - a crise da energia e a crise das alterações climáticas - e que se nada fosse feito perderíamos a oportunidade de criar as condições para que as próximas gerações vivam num

planeta mais sustentável em termos energéticos e climáticos.

A UE preparou um roteiro<sup>1</sup> para cumprir o objectivo de longo prazo de reduzir as emissões de GEE entre 80% e 95%, relativamente aos níveis de 1990, até meados do século. Era suposto os sectores responsáveis pelas emissões na Europa – geração de energia, indústria, transportes, edifícios e construção – prepararem, em conjunto, a transição para uma economia de baixo teor em carbono.

O roteiro aprovado enuncia as etapas, os desafios políticos, as necessidades de investimento e as oportunidades que irão emergir nos diversos sectores, tendo em conta que o objectivo de redução de 80% a 95 % das emissões na UE deverá de ser alcançado principalmente no plano interno. A análise dos diversos cenários revelou que a trajectória economicamente mais vantajosa seria reduzir as emissões internas cerca de 40 % até 2030 e cerca de 60 % até 2040, relativamente aos níveis de 1990, apontando para uma redução de 25 % em 2020.

A reforma do sector da energia é uma oportunidade para promover um mundo mais justo, mais equitativo e mais sustentável, estabelecendo as bases para uma sociedade de baixo carbono. O objectivo não é apenas garantir acesso a energia sustentável, mas também que essa energia seja produzida e distribuída de forma justa. As questões da competitividade não podem ser desligadas das preocupações sociais.

Um cenário de energias renováveis distribuídas representará, assim espero, uma revolução energética na Europa e no Mundo. Mas a que me refiro quando

falo de revolução energética? À semelhança da realidade criada pelas tecnologias de informação distribuídas e pela comunicação através da Internet, que transformou profundamente a economia e a sociedade em que vivemos, as pessoas vão ser chamadas a produzir energia renovável e a partilhá-la da mesma maneira que agora produzimos e partilhamos a informação. É sobretudo o carácter distribuído das diferentes formas de energias renováveis que pode representar uma oportunidade para conduzir a nossa sociedade no sentido da descentralização, da flexibilização e do reforço do poder do consumidor.

**A reforma do sector da energia é uma oportunidade para promover um mundo mais justo, mais equitativo e mais sustentável, estabelecendo as bases para uma sociedade de baixo carbono**

Relativamente à produção de energia devemos perspectivar um futuro no qual milhões de indivíduos podem produzir localmente energia renovável, em suas casas, escritórios, fábricas e veículos. As infra-estruturas devem ser capazes de recolher e produzir energia a nível local a partir das mais diversas fontes: sol, vento, resíduos urbanos, resíduos agrícolas e florestais, marés, ondas, mini-hídricas e fontes geotérmicas. Prevemos que o aproveitamento destas fontes venha a produzir energia suficiente para os consumos locais e que, além disso, venha a gerar excedentes que podem ser partilhados. Este modelo de produção de energia, desenvolvido em colaboração com Jeremy Rifkin, encontra-se detalhado em vários artigos académicos<sup>2,3</sup>.

O armazenamento da energia é um assunto central deste modelo. Para maximizar a utilização da energia renovável e minimizar os custos será necessário desenvolver métodos de armazenamento que, por sua vez, facilitarão o recurso a fontes energéticas intermitentes. Na próxima geração de programas europeus este assunto será, definitivamente, um dos temas-chave da investigação. Por esta razão introduzi a questão do armazenamento de energia no meu relatório sobre o Programa Específico que integra o Programa Ciência e Inovação - HORIZONTE 2020, atribuindo-lhe um estatuto prioritário.

Ao contrário dos combustíveis fósseis, que só podem ser encontrados em certos locais, as energias renováveis encontram-se distribuídas “democraticamente” por todos os países. Usando a tecnologia apropriada qualquer edifício pode recolher, armazenar e produzir energia suficiente para o seu próprio consumo e para partilhar com os outros consumidores. Graças ao desenvolvimento tecnológico, a rede de distribuição pode ser aperfeiçoada de forma a permitir que cada habitação compre ou venda energia à rede com a mesma facilidade e transparência com que é produzida e partilhada a informação na Internet.

Basicamente é nisto que consiste o fenómeno que alguns apelidam de “terceira revolução industrial”: energias renováveis, edifícios auto-suficientes, armazenamento de energia em pilhas de hidrogénio e uma rede inteligente de distribuição e partilha de energia.

### 3.3 - ESTRATÉGIA EUROPEIA DE ENERGIA E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS 2030

---

A fim de alcançar o objectivo de uma redução de 80% a 95% dos GEE até 2050, como foi referido anteriormente, o roteiro indica que uma transição gradual e eficaz em termos de custos exige uma redução de 40% das emissões de GEE no consumo doméstico até 2030. A UE devia começar a preparar quanto antes as acções adequadas para evoluir nessa direcção e preparar em concreto as políticas e medidas para 2030.

Tirando partido da minha formação académica nesta área, desenvolvi um trabalho de comparação de diferentes cenários, ponderando as vantagens e as desvantagens de cada um e sublinhando a importância de a solução ser eficiente em termos de custos e de assegurar um sistema de energia limpa, sustentável e acessível. Assim comparei os dois cenários clássicos - o cenário de um único objectivo vinculativo (redução das emissões de GEE) e o cenário de três objectivos vinculativos (redução das emissões de GEE, eficiência energética e energias renováveis) - com o cenário de quatro objectivos vinculativos, o qual inclui o objectivo de interligação dentro da UE, nomeadamente entre a Península Ibérica e a França. Comparei estes cenários também com outros mais inovadores, tais como o estabelecimento de metas combinadas para a produção de calor e electricidade; de metas combinadas para a



Com o Comissário Europeu para a Energia Gunther Oettinger e com os eurodeputados Sirpa Pietikainen, Graham Watson, Satu Hassi e Vittorio Prodi

eficiência energética e as energias renováveis ou a adopção de uma solução inovadora para as metas relacionadas com os transportes, incluindo a eficiência energética e as energias renováveis.

Apresentei os resultados da minha análise em inúmeros *fora*, alertando sempre para a necessidade e a urgência da UE tomar acções concretas com a finalidade de assegurar a estabilidade legislativa e a confiança dos investidores. Uma dessas ocasiões foi um debate organizado no PE, em Novembro de 2013, pela EUFORES, uma rede parlamentar europeia dedicada à promoção das energias renováveis e da eficiência energética, a cuja direcção pertence desde Setembro de 2010.

A análise que realizei constituiu a base para as

emendas que introduzi no relatório do PE sobre este assunto. No seguimento duma comunicação da Comissão Europeia<sup>4</sup>, que propõe uma redução de 40% das emissões de GEE e uma quota de energias renováveis de 27%, sem se comprometer com novos valores de eficiência energética, o PE aprovou, em 2014, um relatório com os princípios da Política Europeia de Energia e Alterações Climáticas para 2030. Contribuí para a resolução final com múltiplas propostas de emendas tendo sido a grande maioria incorporada no documento final. No plenário do PE os deputados aprovaram uma política<sup>5</sup> que agora contempla de forma vinculativa, o objectivo de reduzir as emissões domésticas de GEE em 40%, em comparação com 1990. Ficou estabelecido que esta meta deve ser alcançada através do compromisso de produzir pelo menos

30% do consumo final total de energia a partir de fontes renováveis e através do aumento da eficiência energética em 40%. Esta posição é mais ambiciosa do que a proposta da Comissão Europeia para a estratégia de energia e clima da UE até 2030. A proposta da Comissão Europeia elimina a imposição de metas nacionais para as energias renováveis, deixando os Estados Membros livres para fazerem as suas próprias opções energéticas. O PE não é favorável a esta posição.

Relativamente ao quarto objectivo - a interligação dentro da UE - constatei que a capacidade de interligação transfronteiriça ainda se encontra abaixo da meta assumida em 2002 no Conselho Europeu de Barcelona. Esta circunstância constitui um obstáculo à integração das energias renováveis, ao desenvolvimento do mercado interno da energia e contribui para a ineficiência do sistema de energia e para os preços elevados da energia eléctrica. Além disso a situação contrasta frontalmente com os principais objectivos da política energética da UE que preconizam custos de energia competitivos para a economia e para os cidadãos.

Na tentativa de contribuir para a correcção da situação, em conjunto com o colega Correia de Campos, apresentei uma emenda que exortava a Comissão Europeia a estabelecer metas vinculativas para a capacidade mínima de transmissão transfronteiriça e um prazo claro para sua implementação. Na sequência desta iniciativa, pela primeira vez, foi aprovada uma meta vinculativa de 10% para a interligação eléctrica entre Estados Membros. Esta meta vinculativa ficou plasmada no relatório do PE sobre a estratégia europeia para a energia e as alterações climáticas para 2030.

## 3.4 - ORÇAMENTO EUROPEU PARA A ENERGIA E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

A segurança energética e o combate às alterações climáticas na Europa irão exigir investimentos avultados. Para obviar aos riscos financeiros iniciais e os problemas de liquidez, é crucial estabelecer mecanismos de financiamento. O Banco Europeu de Investimento, o Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento, assim como os financiamentos do próximo Quadro Financeiro Plurianual da União Europeia para 2014-2020, irão desempenhar um papel fundamental neste processo. Estas instituições poderão fornecer os meios financeiros adicionais imprescindíveis ao desenvolvimento e implementação de tecnologias de energia eficientes e de baixo teor em carbono.

O Quadro Financeiro Plurianual da União antecipava o orçamento europeu para o período 2014-2020 reflectindo as prioridades políticas da EU. Sabia assim que uma parte significativa do orçamento da UE para 2014-2020 seria consagrada às políticas da energia e de combate às alterações climáticas, que passava pela aposta em infra-estruturas modernas e inteligentes em matéria de energia, na eficiência energética e em projectos para as energias renováveis, investigação científica, inovação e desenvolvimento tecnológico. Não obstante, havia que

assegurar que o investimento neste sector fosse de facto prioritário. Por isso, tanto na Comissão SURE como na Comissão dos Orçamentos, das quais sou membro suplente, bem como na Comissão ITRE, enquanto membro efectivo, sempre que se me apresentava oportuno, defendi que fosse conferida prioridade à energia, ao ambiente, ao combate às alterações climáticas, à ciência e à inovação no quadro financeiro da UE para 2014-2020. Nas comissões SURE e dos Orçamentos os grupos políticos atribuíam áreas temáticas aos seus membros e assim, como corolário das minhas intervenções, consegui que me fosse atribuída precisamente a área da energia, ambiente, alterações climáticas, ciência e inovação, e ainda a área do espaço, o que contribuiu significativamente para o reforço das minhas posições.

Também no Plenário do PE protagonizei várias intervenções que tiveram como pano de fundo as questões que me preocupavam. Por exemplo, durante o debate do Relatório Bendtsen<sup>6</sup> apresentei uma visão ambiciosa para a eficiência energética e propus a introdução de metas individuais bem definidas e incentivos positivos bem delineados. O relator realçou a necessidade de duplicar os fundos para a investigação científica, desenvolvimento tecnológico e demonstração na área da energia, bem assim como o reforço da utilização dos fundos estruturais em prol da eficiência energética, pugnando igualmente por que aquela se tornasse uma prioridade no orçamento da UE para 2014-2020. Tal veio a acontecer, nomeadamente, através da minha acção no programa HORIZONTE 2020.

## 3.5 - POLÍTICA INTERNA DA ENERGIA

---

### Eficiência Energética

A eficiência energética é um tema central das políticas europeias para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo. A transição para uma economia eficiente em termos de recursos não é possível sem eficiência energética. Além disso, a eficiência energética é uma das formas mais eficazes, em termos de custos, de reforçar a segurança do aprovisionamento energético e de reduzir as emissões de GEE. A eficiência energética pode ser encarada, em certa medida, como o único e mais importante “recurso energético” da Europa. Ainda assim, como referi atrás, o objectivo de aumento de 20% da eficiência energética não constitui uma meta obrigatória e, a certa altura, as estimativas da Comissão Europeia começaram a sugerir que a UE estava em vias de alcançar apenas metade do objectivo fixado. A fim de fazer face a este desvio, em 2012, a Comissão Europeia propôs a revisão da Directiva para a Eficiência Energética. A proposta da Comissão Europeia entrou no PE e o relatório sobre a nova Directiva foi atribuído ao grupo dos Verdes que escolheu como relator o eurodeputado Claude Turmes, com o qual tive o prazer de colaborar estreitamente durante o meu mandato. Participei activamente nos debates e nos trabalhos parlamentares relacionados com a revisão da Directiva para a Eficiência Energética<sup>7</sup> que foi aprovada pelo PE em Setembro de 2012 e entrou em vigor em 4 de Dezembro de 2012.

A nova directiva sobre eficiência energética obriga a renovar um número mínimo de edifícios públicos e impõe auditorias energéticas às grandes empresas. De acordo com as novas regras as companhias de energia também ficam obrigadas a apresentar planos de poupança. Estima-se que a redução do consumo energético da UE em 20% possa poupar cerca de 50 mil milhões de euros por ano. Em particular, a nova directiva, que os Estados Membros têm de transpor num ano e meio para a legislação nacional, exige que os governos renovem, todos os anos, 3% da superfície total dos edifícios com aquecimento e/ou sistema de refrigeração que se encontrem na propriedade do Estado ou que estejam a ser ocupados pela administração central.

Esta medida aplicar-se-á aos edifícios com uma superfície útil superior a 500 metros quadrados e, a partir de Julho de 2015, aos edifícios com mais de 250 metros quadrados. Os Estados Membros podem ainda recorrer a métodos alternativos para conseguir uma poupança energética equivalente.

Adicionalmente, os países da UE deverão impor às companhias energéticas existentes no seu território uma percentagem de poupança de energia mínima para 2020. A poupança não poderá ser inferior a 1.5% das vendas anuais de energia a clientes finais entre 2014 e 2020.

As vendas de energia destinadas ao transporte podem ficar excluídas e também se poderá recorrer a métodos alternativos sempre que a poupança energética seja equivalente.

As auditorias energéticas passam a ser um exercício regular. De quatro em quatro anos as grandes empresas deverão realizar uma auditoria energé-

tica. Estas auditorias começarão três anos após a entrada em vigor da Directiva e estarão a cargo de especialistas acreditados. As PME não estão sujeitas a estas regras.

Por fim, a Directiva incentiva os Estados Membros e as regiões a utilizar os Fundos Estruturais e os Fundos de Coesão para investir em medidas de eficiência energética.

Segundo o relator, esta legislação não só é essencial para conseguir os objectivos de luta contra as alterações climáticas como também para dar um impulso à economia e à criação de postos de trabalho.

Já em Maio de 2010 a UE tinha aprovado uma nova Directiva sobre desempenho energético dos edifícios<sup>9</sup>. Os edifícios representam o maior potencial de poupança energética. Como referi numa intervenção de maio de 2010 no Plenário do PE, o sector da construção na UE é responsável por 40% do consumo energético e por 35% das emissões de GEE. Na minha intervenção dei o meu apoio à nova legislação sobre o desempenho energético dos edifícios. As novas regras estipulam que, até 2020, os novos edifícios devem apresentar um consumo quase nulo de energia e que os edifícios existentes que sejam renovados devem cumprir requisitos mínimos de desempenho energético.

A nova directiva estabelece requisitos mínimos, mas cada Estado-Membro pode defender ou introduzir medidas mais ambiciosas. Dando seguimento a esta directiva de reformulação, a Comissão publicou, em Abril de 2013, um relatório que avalia a eficácia do apoio financeiro actual à eficiência energética dos edifícios<sup>9</sup>. Este relatório pretende também ajudar os Estados Membros a aplicar o requisito previsto na

directiva relativa à eficiência energética respeitante à elaboração, até Abril de 2014, de uma estratégia a longo prazo para a mobilização de investimentos na renovação do parque imobiliário nacional. A este respeito, o relatório mostra o modo como o apoio financeiro pode ser melhorado.

## Mercado interno de energia

Particpei activamente no debate sobre a consolidação do mercado interno de energia. As medidas necessárias para que este mercado se tornasse uma realidade foram por mim defendidas nos mais diversos *fora*, na Comissão ITRE e nos plenários do PE. Por exemplo, em Junho de 2013, numa audição sobre o mercado interno de energia, em que participei o comissário para a energia, Günther Oettinger, enunciei as medidas que, na minha opinião, poderiam assegurar o funcionamento regular e eficiente do mercado europeu de energia<sup>10</sup>.

Em primeiro lugar, a UE devia procurar desenvolver as tecnologias existentes e promover novas tecnologias de modo a melhorar o fornecimento de energia acessível, garantindo simultaneamente que as tecnologias de energia não produzissem um impacto negativo sobre o meio ambiente. A este respeito, o programa HORIZONTE 2020, a par das sinergias que vinham a ser aperfeiçoadas com os fundos estruturais, estava a ser elaborado para promover o desenvolvimento de tecnologias limpas e acessíveis.

Em segundo lugar, era importante garantir à indústria, através de actos legislativos, que os objectivos de realização do mercado de energia iriam abranger um período que ultrapassaria 2020-2030. Havia que definir novas metas para o futuro em termos de CO<sub>2</sub>,

energias renováveis e eficiência energética, mas também era imprescindível capacitarmo-nos com os meios necessários para atingir esses objectivos.

Em terceiro lugar, enquanto consolida e amplia as suas infra-estruturas de energia a UE deve implementar a legislação do mercado interno e reforçar as regras da concorrência. Era pois fundamental que a legislação fosse desenhada de modo a proteger os consumidores e a assegurar um mercado flexível. Era também inadiável construir as interligações necessárias a uma rede europeia de gás e de electricidade.

As medidas que referi são cruciais para a realização do mercado interno. Elas pressupõem uma maior diversificação em termos de gás e electricidade; diversificação em termos de fontes de energia (como gás, carvão, nuclear e energias renováveis) e diversificação em termos de países de origem e países de trânsito.

## Infra-estruturas

Uma estratégia para a energia a nível europeu exige uma política para as infra-estruturas energéticas. Uma rede europeia integrada de electricidade e gás apresentará enormes benefícios em termos de segurança no aprovisionamento e de estabilização dos preços para o consumidor.

Oportunamente, o Parlamento Europeu aprovou as linhas prioritárias para as infra-estruturas de electricidade, gás e petróleo<sup>11</sup> – um relatório da autoria do colega Correia de Campos. O mapa de prioridades serve hoje de base para a concessão de futuras autorizações e para as decisões de financiamento de projectos concretos na UE. A Europa favorece a cooperação regional entre os países, definindo



*Com o Comissário Europeu da Energia Gunther Oettinger e Presidente do Parlamento Europeu Jerzy Buzek numa Audição sobre Mercado Interno de Energia*

objectivos a longo prazo, como é o caso das auto-estradas europeias da electricidade. Por exemplo, o desenvolvimento de infra-estruturas na Península Ibérica e de infra-estruturas de ligação entre a Península Ibérica e o resto do Continente Europeu constituem hoje duas prioridades desta política.

Cerca de 200 mil milhões de Euros deverão ser investidos apenas no transporte de energia, em gasodutos e redes eléctricas. Estima-se que parte desse valor, presumivelmente metade, provenha do sector privado, ficando o restante a cargo do orçamento público europeu e dos Estados Membros.

A minha contribuição neste âmbito centrou-se na melhoria das interligações de electricidade e gás entre a Península Ibérica e o resto da Europa. Em conjunto com os eurodeputados Correia de Campos e Vidal Quadras (Espanha) introduzi em vários

relatórios um conjunto de emendas neste sentido. Por exemplo, em Janeiro de 2014, no relatório que traçou as linhas fundamentais da Política Europeia de Energia para 2030<sup>12-13</sup> apresentei um conjunto de emendas no sentido de estabelecer uma percentagem mínima obrigatória de ligações eléctricas entre a Península Ibérica e a França. As ligações transfronteiriças estavam a ser implementadas com uma baixa capacidade e isto constitui um obstáculo à integração das energias renováveis no mercado interno, além de resultar em ineficiências no sistema energético e em preços elevados da electricidade.

Com as emendas que propus em conjunto com os meus colegas no PE penso ter contribuído de forma significativa para que, no futuro, os custos da energia se tornem mais competitivos e menos onerosos para os cidadãos.

## Tributação

As taxas que pagamos pela energia que consumimos determinam em grande parte a forma como utilizamos a energia e o valor que atribuímos às fontes dessa energia. Tradicionalmente a energia é tributada para angariar receitas, influenciar o comportamento dos consumidores no sentido de assegurarem uma utilização mais eficiente e económica da energia e de optarem por fontes de energia mais limpas. Em 2003, com o objectivo de evitar distorções da concorrência no sector energético do mercado interno, foi adoptada a Directiva da Tributação da Energia (DTE) que, em certa medida, harmonizou os impostos sobre a energia a nível da EU.

Contudo, desde que a DTE foi adoptada, o quadro político subjacente alterou-se radicalmente. Nos domínios da energia e das alterações climáticas foram definidos objectivos políticos concretos e ambiciosos para o período até 2020.

Em Agosto de 2011 a Comissão Europeia apresentou uma proposta de alteração da DTE<sup>14</sup>. Em Setembro do mesmo ano fui nomeada pelo PPE relatora da Comissão BUDG para o projecto de parecer que iria definir o quadro comunitário para a tributação dos produtos energéticos e da electricidade.

O objectivo das alterações consistia em conciliar quatro aspectos: alterações climáticas, eficiência energética, mercado interno e promoção do crescimento e do emprego. Neste sentido foi proposta a divisão da futura tributação da energia em duas componentes: uma com base no teor de CO<sub>2</sub> e outra com base no teor energético.

No relatório alertei, entre outros aspectos, para as

possíveis repercussões sociais, salientando que as alterações não deveriam conduzir ao aumento das taxas com impacto nos preços cobrados aos utilizadores finais.

O assunto ainda se encontra em discussão no Conselho Europeu pois os Estados Membros não conseguiram alcançar um acordo.

## Segurança da exploração *offshore* de petróleo e gás

Não posso deixar de referir outro assunto em que a minha intervenção, segundo penso, foi relevante não só para a política externa europeia como também para a consolidação de uma instituição fundamental da UE sediada em Lisboa – a Agência Europeia de Segurança Marítima.

O desastre ambiental ocorrido no Golfo do México, a 20 de Abril de 2010, consequência de um colossal derramamento de petróleo para o mar, trouxe para a ordem do dia a preocupação com os riscos, as responsabilidades e a legislação que regula a exploração e a extracção de petróleo. Assim, na sessão plenária do Parlamento Europeu de Julho 2010, o comissário para a energia, Günther Oettinger, propôs o reforço da legislação sobre segurança na exploração *offshore* de petróleo e gás então em vigor.

Indo ao encontro das preocupações do comissário, propus, enquanto relatora do PPE para o relatório sobre Segurança da exploração *offshore* de petróleo e gás<sup>15</sup>, alargar as competências da Agência Europeia da Segurança Marítima de forma que a Agência pudesse desenvolver mecanismos de supervisão da segurança das plataformas petrolíferas europeias, localizadas no

Mar do Norte, no Mar Negro e no Mediterrâneo, e ficasse responsável pela prevenção de desastres ambientais relacionados com a exploração petrolífera. Além de apresentar esta sugestão ao comissário em plenário, introduzi-a no Relatório e formalizei-a por escrito, dias depois, numa carta que enviei aos comissários Oettinger (energia), Kallas (transportes) e Georgieva (resposta a situações de crise), na qual alertava para a importância da segurança e da protecção das nossas costas.

A Agência Europeia da Segurança Marítima presta apoio e assistência técnica à Comissão Europeia e aos Estados Membros no desenvolvimento e na aplicação da legislação comunitária em matéria de segurança e de protecção marítima, bem como na área da poluição causada por navios. Também lhe foram atribuídas tarefas operacionais nos domínios da resposta à poluição por hidrocarbonetos, do acompanhamento de navios e da identificação e seguimento de navios a longa distância.



*Com o deputado Nuno Reis no Parlamento Europeu em Bruxelas*

As novas competências de supervisão da exploração e extracção de petróleo, bem assim como de desenvolvimento e aplicação de legislação nestas áreas, não eram incompatíveis com as atribuições que a Agência já detinha, pelo contrário, iriam complementá-las. Não tinha pois sentido equacionar a criação de uma nova agência para assegurar competências que podiam ser incorporadas numa agência já existente, como alguns deputados europeus propunham. A atribuição a organismos distintos de competências semelhantes, ou que podem ser asseguradas por um único organismo mediante a ampliação do seu âmbito de acção, não só acarreta custos administrativos e logísticos mais elevados, como gera duplicações e sobreposições de competências que, de outra forma, são evitadas.

Foi para mim extraordinariamente gratificante verificar que a proposta legislativa da Comissão Europeia relativa a este assunto, que surgiu uns meses mais tarde, contemplou as sugestões que oportunamente apresentei. Foi um daqueles momentos gratificantes em que sentimos claramente que ao desempenhar o cargo de deputada europeia servimos simultaneamente a Europa e o nosso país.

## Ciência e tecnologia

Os objectivos da estratégia para a energia e as alterações climáticas só poderão ser alcançados através do reforço da investigação científica, da educação e da inovação europeias no domínio da energia. Em Novembro de 2007, a Comissão Europeia propôs um Plano Estratégico Europeu para as Tecnologias de Energia - o Plano SET<sup>16</sup> destinado a estabelecer uma nova agenda de investigação para a Europa na área da energia. As tecnologias de energia têm um papel essencial para garantir o aprovisionamento

energético da Europa e do mundo, mas para alcançar os objectivos fixados para 2020 e 2050, será necessário o desenvolvimento de tecnologias novas, mais eficientes e menos dispendiosas.

É inquestionável que a Europa dispõe do potencial necessário para desenvolver uma nova geração de tecnologias de energia de baixo teor em carbono, como a energia eólica *offshore* ou os biocombustíveis de geração avançada.

O Plano Estratégico Europeu para as Tecnologias de Energia representa uma nova abordagem, centrada num planeamento comum (a nível regional, dos Estados Membros e da União), utilizando de forma mais cabal as potencialidades do Espaço Europeu de Investigação e Inovação e explorando ao máximo as possibilidades oferecidas pelo mercado. O plano destina-se a desenvolver a investigação e a inovação industriais, alinhando as actividades sectoriais, nacionais e europeias.

Durante toda a legislatura defendi o apoio prioritário à ciência e inovação em geral e, em particular, à área da energia. O financiamento da investigação científica na área da energia tem diminuído na Europa desde 1984. Esta situação só foi corrigida com a presidência Barroso que colocou como grande prioridade dos financiamentos europeus 2014-2020 a ciência, inovação, energia e ambiente. Sempre que tive oportunidade defendi esta posição tanto em artigos de opinião como em intervenções no plenário do PE.

Por exemplo, em Dezembro de 2011, requeri um debate na sessão plenária do Parlamento Europeu em defesa do programa “Energia Inteligente - Europa”<sup>17</sup>. Este programa é de grande interesse para Portugal

e para a Europa em geral, pois debruça-se sobre as barreiras não tecnológicas às energias renováveis e à eficiência energética. Dirigi várias perguntas à Comissão Europeia com a finalidade de que a mesma se pronunciasse sobre a necessidade de realçar o papel do programa “Energia Inteligente - Europa” no futuro Orçamento Plurianual para 2014-2020 e sobre as medidas de melhoria, financiamento e enquadramento institucional que iria propor relativamente ao sucessor deste programa. O Comissário para a energia, G. Oettinger, assegurou aos deputados que o nível de financiamento do programa seria mantido.

Este debate em plenário foi parte de uma campanha mais alargada que conduzi em defesa da ciência e inovação na área da energia e do programa “Energia Inteligente - Europa”. Esta situação foi definitivamente resolvida com a aprovação do programa HORIZONTE 2020. O programa EIE está agora incorporado no HORIZONTE 2020. Como referi no capítulo anterior, enquanto relatora do programa específico HORIZONTE 2020 propus um aumento substancial do financiamento dos desafios societais relativos à energia e ao EIE, o que se veio a concretizar.

## 3.6 - POLÍTICA EXTERNA DA ENERGIA

---

A União Europeia importa mais de 60% do gás e mais de 80% do petróleo de que carece para o seu funcionamento. Num contexto de crescente procura de combustíveis a nível mundial, de aumento da concorrência e dos preços e, simultaneamente, dos

riscos ambientais, climáticos e de saúde pública, é cada vez mais urgente que a UE adote uma posição forte, eficaz e equitativa na cena internacional. Nesse sentido, em Setembro de 2011, a Comissão Europeia apresentou uma proposta ao PE acerca da segurança do aprovisionamento e da cooperação internacional na área da energia<sup>18</sup>. O documento visava consolidar a posição dos Estados Membros, reforçando o aprovisionamento energético e a competitividade da UE, evitando as debilidades dos acordos bilaterais, estabelecidos individualmente, que contribuem para uma fragmentação do mercado interno neste domínio.

É inquestionável que a Europa dispõe do potencial necessário para desenvolver uma nova geração de tecnologias de energia de baixo teor em carbono, como a energia eólica *offshore* ou os biocombustíveis de geração avançada.

O documento foi apresentado na Comissão ITRE e foi para mim uma honra ter sido nomeada relatora do PPE para a política externa da UE em matéria de energia. Depois de ter sido aprovado na Comissão ITRE, o relatório foi levado ao plenário do Parlamento Europeu em Estrasburgo em Junho de 2012 e foi aprovado.

Nas emendas que apresentei ao relatório sublinhei a necessidade de reforçar a dimensão externa do mercado interno da energia; de aprofundar as parcerias para uma energia segura, sustentável e competitiva; de melhorar o acesso a energias sustentáveis pelos países em desenvolvimento; e de promover as políticas da UE para além das suas

fronteiras. Acredito que a Europa deve ser mais independente do ponto de vista energético e que isso passa por uma maior coordenação no interior da UE em termos de política energética. Só falando a uma só voz, a UE poderá demonstrar que possui uma posição forte nas negociações com países terceiros, quer sejam países de trânsito quer sejam países produtores de energia.

Consegui que o relatório fizesse menção de várias áreas em que a política externa da UE deveria ser reforçada, entre as quais destaco as ligações da UE com a região do Atlântico Sul, nomeadamente com países tais como a Nigéria, Angola e Brasil e as relações da UE com a América do Sul a nível da política energética. Consegui ainda que fosse introduzida uma menção aos países em desenvolvimento, sobretudo aos países mais pobres. Consegui também que o relatório referisse o facto da energia dever constituir uma prioridade nas políticas europeias de ajuda ao desenvolvimento.

## 3.7 - IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS DE ENERGIA

O sucesso das políticas depende da sua aplicação e da forma como as pessoas as aceitam. Na área da energia e alterações climáticas, como em muitas outras, é crucial envolver as pessoas e as comunidades pois são elas os principais destinatários das políticas e os principais actores na sua implementa-

ção e eficácia. A divulgação, disseminação e criação de mecanismos que envolvem as comunidades são fundamentais para o sucesso da Estratégia Europeia para as Alterações Climáticas. Neste sentido dinamizei e participei em várias iniciativas de ligação às comunidades. O Pacto dos Autarcas e o Pacto das Ilhas, que refiro de seguida, foram dois bons exemplos desta linha de actuação.

## Cidades sustentáveis e o Pacto dos Autarcas

As cidades desempenham um papel fundamental no processo de implementação da Estratégia Europeia para a Energia e as Alterações Climáticas. Na União Europeia 80% da população já vive em cidades e, tal como em breve acontecerá no resto do mundo, a sua qualidade de vida, as suas condições de trabalho e a sua saúde dependem directamente do ambiente urbano. As cidades são hoje responsáveis por cerca de 75% das emissões de CO<sub>2</sub> e consomem cerca de 75% dos recursos naturais. Por outro lado, as cidades são também responsáveis por 80% do crescimento total da economia.

Durante o meu mandato no PE, organizei e participei em múltiplas iniciativas que, umas de forma mais directa outras de forma indirecta, visavam a criação de condições para a implementação das medidas da Estratégia Europeia para a Energia e Alterações Climáticas.

Várias iniciativas decorreram no âmbito das minhas atribuições de ligação às regiões do Alentejo e do Algarve. No início do mandato para o período 2009-2014 no PE, o Grupo Europeu do Partido Social Democrata decidiu organizar o trabalho de ligação ao País atribuindo responsabilidades por

sector e por região geográfica a cada deputado. Nesta distribuição, fiz questão em assumir a responsabilidade da ligação aos distritos de Beja, Évora, Faro e Portalegre. As autarquias de Beja, Évora e Faro já aderiram ao Pacto dos Autarcas.

O Pacto dos Autarcas é uma iniciativa de um conjunto de autarcas que têm como finalidade criar condições para que as suas cidades ultrapassem os objectivos propostos pela Estratégia Europeia para a Energia e Alterações Climáticas. Tinha pois todo o sentido dinamizar este movimento e manter os autarcas informados sobre as melhores formas de levarem a cabo o seu compromisso com a Estratégia para a Energia e Alterações Climáticas. Assim, organizei em Bruxelas e nas regiões do Alentejo e do Algarve um conjunto de iniciativas destinadas a promover a ligação da Europa a estas regiões, como foi o caso da Conferência intitulada “Energia e Ambiente nas Cidades” realizada na Biblioteca da Câmara Municipal de Silves a 16 de Abril 2011.

Em Março de 2014, entre os 5120 signatários europeus que integravam o Pacto dos Autarcas encontravam-se 75 cidades portuguesas. Todas estas cidades comprometeram-se a encarar a energia e a luta contra as alterações climáticas como uma prioridade. Ao assinarem o Pacto dos Autarcas, as cidades assumiram o compromisso solene de preparar, propor e implementar um Plano de Acção para a Energia Sustentável.

A concentração dos recursos nas cidades pode ser útil na luta contra as alterações climáticas. A produção descentralizada de energia, a integração das energias renováveis no ambiente urbano, a utilização das tecnologias de informação e de



*Durante uma votação com a eurodeputada espanhola Pilar del Castillo, coordenadora do PPE da Comissão ITRE*

comunicação para os sistemas de energia e o uso de veículos limpos são exemplos de alternativas inovadoras para as cidades. O Pacto do Autarcas é o modelo que a Europa deve seguir para combater as alterações climáticas. Para este fim são imprescindíveis compromissos voluntários, mas claramente assumidos, entre os vários parceiros, bem assim como o envolvimento das populações numa abordagem voluntária.

## Pacto das ilhas

Um outro instrumento que na minha opinião irá contribuir de forma significativa para a implementação da Estratégia para a Energia e Alterações Climáticas é o Pacto das Ilhas. O Pacto das Ilhas é um instrumento através do qual as autoridades das ilhas (países, regiões ou simplesmente ilhas) se comprometem a ajudar a alcançar as metas de sustentabilidade da União Europeia para o ano de 2020. O documento do Pacto das Ilhas está estruturado de forma semelhante ao Pacto dos Autarcas e tem em

consideração as especificidades das comunidades insulares europeias. As ilhas signatárias do Pacto das Ilhas assumem compromissos significativos, entre os quais avulta a intenção de ir além dos objectivos definidos pela UE para 2020, em matéria de energia e alterações climáticas.

Assim sendo considere-se ser da maior relevância criar condições para assegurar a visibilidade desta iniciativa no seio da UE e, em Setembro de 2011, em conjunto com outros membros do Parlamento Europeu, apresentei uma declaração escrita propondo guindar o Pacto das Ilhas ao estatuto de iniciativa oficial europeia. A declaração, assinada por mais de 400 deputados europeus, além de solicitar à Comissão Europeia que continuasse a prestar apoio às comunidades insulares europeias, tendo em vista a concretização dos objectivos da UE em matéria de sustentabilidade, insistia na presença de referências distintas e explícitas à sustentabilidade insular nos programas-quadro e nos textos políticos da UE, nomeadamente no Futuro Programa Quadro de Ciência e Inovação. Em Janeiro do ano seguinte o Pacto das Ilhas tornou-se iniciativa oficial europeia.

Acresce salientar que o Pacto das Ilhas é uma iniciativa de grande importância para Portugal, nomeadamente para os Açores e a Madeira. A existência de prioridades específicas para ilhas nos programas de financiamento da UE é fundamental para facilitar a participação de parceiros oriundos dos Açores e da Madeira nestes programas. Como tantas outras ilhas, os Açores e a Madeira apresentam uma oportunidade para a investigação e o desenvolvimento de assuntos específicos tais como as energias renováveis, a biodiversidade e os oceanos. As ilhas são particularmente vulneráveis às alterações climáticas.

Todavia, nas ilhas abundam fontes de energia renováveis, pelo que o desenvolvimento destas fontes pode ter um impacto significativo na redução das desvantagens estruturais permanentes das ilhas, proporcionando benefícios socioeconómicos aos seus habitantes.

Este trabalho foi particularmente gratificante pois surgiu como consequência natural do meu trabalho académico. Ao longo de vários anos desenvolvi modelos para otimizar a utilização de energias renováveis em ilhas e regiões isoladas. Apliquei esses modelos em diversas ilhas (Porto Santo, Corvo, Flores, ilhas de Cabo Verde, ilhas da Croácia). Estes trabalhos deram origem a publicações científicas<sup>19-26</sup>, várias teses de mestrado e doutoramento.

## Energia e desenvolvimento das regiões

Durante o meu mandato no PE desenvolvi uma actividade intensa de esclarecimento e divulgação das ideias que acima expus, quer a nível nacional quer a nível europeu e internacional. Referirei apenas um exemplo.

Em Maio de 2010 tive a honra e o grato prazer de contribuir para uma visão optimista da região do Alentejo, região onde nasci e fui educada, como uma sociedade de baixo carbono capaz de alcançar a independência energética através da aposta no desenvolvimento de fontes de energia renováveis.

O Alentejo é um espaço que apresenta um robusto potencial de crescimento e que pode tornar-se um factor determinante de desenvolvimento do país. Tudo depende da vontade e do empenho dos responsáveis locais, da qualidade dos projectos



*Com Alfredo Sousa de Jesus, Assessor do ITRE para o Partido Popular Europeu*

desenvolvidos e do dinamismo dos agentes económicos da região.

O advento da economia do baixo carbono constitui uma oportunidade que o Alentejo não pode enjeitar. O Alentejo, em virtude das suas condições naturais e aproveitando os recursos de que já dispõe, pode assumir uma posição de liderança no aumento da produção de energia renovável pela via da produção de biocombustíveis e pela via da produção de energia solar.

Como sabemos a Europa estabelece critérios para produção de energias renováveis. Ora o Alentejo pode satisfazer estes critérios sem grande dificuldade. Senão vejamos, o Alentejo tem um vasto território agrícola, tem água e tem condições climáticas que permitem o desenvolvimento de uma agricultura inovadora que pode potenciar de forma significativa a segurança energética e alimentar do país. Em termos de energia solar o Alentejo tem um enorme potencial renovável – o maior potencial de energia solar da Eu-

ropa – e o vasto espaço de que dispõe é um requisito essencial para as grandes centrais solares. Além disso o Alentejo conta com centros de conhecimento que podem assumir um papel fundamental no desiderato de baixar o custo das tecnologias utilizadas na produção de energias renováveis e de formar cientistas, engenheiros e técnicos necessários para estes projectos. Também neste domínio o Alentejo está bem apetrechado, basta pensar no Instituto Politécnico de Beja, no Instituto Politécnico de Portalegre e na Universidade de Évora, os quais, cada um por si ou, de preferência, em parceria e em associação com outras instituições portuguesas ou europeias, podem desempenhar um papel fundamental neste processo.

### 3.8 - POLÍTICA EXTERNA DA UE NA ÁREA DAS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

A política externa da UE em matéria de alterações climáticas está muito centrada no processo de negociação do acordo internacional que herdará as preocupações do Protocolo de Quioto. Obviamente, esta negociação é levada a cabo no âmbito das Nações Unidas.

A Conferência das Partes (COP) é o braço executivo de um acordo internacional em matéria de Alterações Climáticas que desenvolve a sua actividade no âmbito da ONU. Em 1979 realizou-se a Primeira

Conferência Mundial sobre Alterações Climáticas. Em 1994 entrou em vigor a Convenção-Quadro das Nações Unidas para as Alterações Climáticas (UNFCCC), um importante acontecimento na história da Humanidade. A Convenção-Quadro foi subscrita em 1992, na Cimeira do Rio, e até hoje já foi ratificada por 195 Estados. Em 1997, a terceira Conferência das Partes (COP3) reuniu-se em Quioto e adoptou o célebre Protocolo de Quioto – um tratado internacional com compromissos relativos à redução das emissões de gases com efeito de estufa. Este Protocolo entrou em vigor em 2005, sendo o primeiro período de cumprimento 2008-2012.

No contexto das negociações internacionais, a UE tem como objectivo reduzir 30 % das emissões de gases com efeito de estufa até 2020, relativamente aos níveis de 1990. Até à celebração de um acordo internacional, a UE assumiu de forma autónoma o compromisso firme de alcançar, até 2020, uma redução de pelo menos 20 % das emissões de GEE. No entanto, as emissões de CO<sub>2</sub> na UE representam apenas 11% das emissões globais, daí a importância de um acordo internacional.

Razões ambientais (cerca de 90% das emissões de GEE são emitidas fora da UE) e de competitividade da economia (a economia dos países emergentes e EUA não está sujeita às restrições ligadas à luta contra as alterações climáticas) fizeram com que considerasse esta área como prioritária no meu trabalho parlamentar. Neste contexto foi-me particularmente útil o trabalho académico que tinha desenvolvido na área dos mecanismos de Quioto<sup>27-29</sup> e a experiência que adquiri durante a Presidência Portuguesa da União Europeia de 2000 na negociação da entrada em vigor do primeiro período de cumprimento do Protocolo de Quioto (2008-2012). Como professora



*Com a minha equipa do Parlamento Europeu Sol de la Guardia, Amélia Areias, Maria João Albernaz e Paulo Afonso*

do IST colaborei com o Ministério do Ambiente nas negociações internacionais liderando os dossiers relacionados com os países em desenvolvimento – o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, a Capacitação e a Transferência Tecnológica.

Durante o meu mandato no Parlamento Europeu tive a oportunidade de aprofundar e tirar partido da minha experiência participando oficialmente em 4 COPs: COP15 – Copenhaga 2009; COP16 – Cancun 2010; COP17 - Durban 2011 e COP 18 - Doha 2012.

### COP15 – Copenhaga 2009

A Conferência de Copenhaga (COP 15) era crucial para chegar a um acordo que prolongasse o Protocolo de Quioto, mas terminou com um resultado muito diferente do esperado. Copenhaga representou muito mais do que uma Cimeira do Alterações Climáticas. Nesta cimeira jogou-se uma nova correlação de

forças a nível mundial, bem como o papel do multilateralismo do sistema da ONU. Confrontaram-se diferentes concepções do desenvolvimento e, no plano dos interesses, sobressaiu o conflito entre o interesse global e as soberanias nacionais.

Foi notória a influência crescente dos países emergentes como a China, o Brasil, a Índia e a África do Sul, que se juntaram aos EUA para a redacção de um documento que serviu de base às negociações. O Acordo de Copenhaga resultou assim de um processo completamente diferente do normalmente seguido nas negociações das Nações Unidas. O texto motivou a indignação de muitos países, especialmente dos pequenos Estados insulares e países africanos, que protestaram contra um processo em que as decisões eram impostas pelas grandes potências em vez de serem discutidas e partilhadas por todas as partes.

A Conferência de Copenhaga demonstrou a fraqueza do sistema onusiano nas discussões sobre alterações climáticas e o desenvolvimento mundial. A condução do processo negocial foi criticada por muitos países.

Outro facto significativo deveu-se à presença marcante do Presidente Obama que impôs a vontade dos Estados Unidos nos trabalhos da conferência. O Presidente Obama apontou a necessidade de um acordo não vinculativo, envolvendo todos os países que fossem grandes emissores, com três pontos fundamentais: transparência, acções de mitigação e financiamento aos países em desenvolvimento.

Importa referir também o papel destacado da China que se opôs ao escrutínio internacional das acções de mitigação, alegando questões de soberania. O Brasil também desempenhou um papel muito mais saliente que nas anteriores COP, merecendo o Presidente Lula um dos maiores aplausos de toda a COP ao afirmar a abertura do Brasil para auxiliar financeiramente os países mais pobres.

A Europa tinha todas as condições para liderar e brilhar em Copenhaga. Mostrou que estava muito bem preparada na parte técnica da negociação, mas na parte política aconteceu exactamente o contrário. A Europa deveria ter estabelecido previamente alianças fortes com os países mais atingidos pelas alterações climáticas, como os países africanos e os pequenos Estados insulares. Estes Estados apoiam a UE no seu combate às alterações climáticas, mas para poder tirar partido desta circunstância a actuação de uns e de outros têm de ser previamente articulada.

A fim de contribuir para esta articulação, durante a Cimeira de Copenhaga, organizei um evento, su-

bordinado ao tema “Capacitação, Transferência de Tecnologia e adaptação às alterações climáticas em África”<sup>30</sup>, que teve especial incidência nos países de língua oficial portuguesa. Estiveram presentes cerca de 35 representantes das delegações oficiais de Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau e Portugal tendo os participantes manifestado o desejo de reiterar esta troca de experiências em futuras Conferências das Partes.

A Conferência de Copenhaga mostrou que é preciso repensar o papel da Europa no Mundo. Não é aceitável que um acordo tão importante para o futuro da Humanidade e relativo a uma área em que os europeus são líderes e pioneiros, seja desenhado praticamente sem a contribuição dos europeus. Será imprescindível utilizar as possibilidades oferecidas pelo Tratado de Lisboa para que a Europa fale a uma só voz e negocie alianças estratégicas fortes e eficazes.

Não podemos esquecer que internamente, no combate às alterações climáticas, a Europa também tem pela frente tarefas de grande exigência, nomeadamente: aplicar toda a legislação aprovada; investir nas tecnologias limpas, na investigação científica e na eficiência energética; apostar numa nova política industrial baseada na eficiência dos recursos naturais e na inovação; promover uma política de cidades de baixo carbono, de transportes e mobilidade sustentável. Todavia, é necessário criar condições para que o sucesso deste processo no plano interno se reflecta no plano externo de forma mais visível.

## COP16 – Cancun 2010

A Conferência das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas realizada em Cancun (COP16), em

Dezembro 2010, alcançou resultados auspiciosos. Depois de intensas negociações, os 194 países representados na conferência, contemplaram os povos do mundo com deliberações que abriram o caminho para um futuro acordo vinculativo sobre o combate às alterações climáticas.

O simples facto de os acordos de Cancun terem voltado a ocorrer no âmbito da Convenção das Nações Unidas restaurou a confiança nas negociações internacionais e reforçou o papel da ONU como fórum internacional destinado a alcançar acordos multilaterais, algo que tinha ficado prejudicado após o desaire da Conferência de Copenhaga.

Relativamente à adaptação, a COP16 estabeleceu um quadro de apoio aos países em desenvolvimento para que estes pudessem fazer face a calamidades resultantes das alterações climáticas, como sejam, cheias, secas ou o aumento do nível do mar.

Os países desenvolvidos aceitaram o desafio de se tornarem mais ambiciosos nos objectivos de redução das emissões nos anos subseqüentes. Foram adoptadas medidas importantes de apoio financeiro célere aos países em desenvolvimento alicerçadas em instrumentos eficazes de administração e monitorização como o Fundo Verde Climático. E estes países, por sua vez, comprometeram-se a realizar acções de mitigação a nível nacional.

Todos os países apoiaram o objectivo de manter

o aumento da temperatura global abaixo do valor médio de 2 grau Celsius, em comparação com os níveis pré-industriais, assim como com a necessidade de rever este referencial até 2015 para a meta mais ambiciosa de 1.5 grau Celsius.

Falando de medidas concretas, existem três áreas que mereceram destaque: a adaptação, as florestas e a transferência de tecnologia.

Relativamente à adaptação, a COP16 estabeleceu um quadro de apoio aos países em desenvolvimento para que estes pudessem fazer face a calamidades resultantes das alterações climáticas, como sejam, cheias, secas ou o aumento do nível do mar.

Para preservar e proteger as florestas foi criado um mecanismo que visa evitar a deflorestação e a degradação das florestas.

Finalmente, com o objectivo de potenciar a capacidade tecnológica dos países em desenvolvimento, foi estabelecido um mecanismo que promove o desenvolvimento e a transferência de tecnologia para estes países.

No decorrer da conferência tive a oportunidade de testemunhar três circunstâncias que me permitiram redobrar a minha confiança num futuro mais risonho para o processo de luta contra as alterações climáticas. Em primeiro lugar, a COP16 restabeleceu o equilíbrio entre os dois caminhos de negociação existentes - a Convenção das Nações Unidas para as Alterações Climáticas e o Protocolo de Quioto. A Convenção conseguiu ancorar as promessas de redução formuladas na Conferência de Copenhaga num processo negocial das Nações Unidas.

Em segundo lugar, constatei uma maior disponibilidade da China e dos Estados Unidos para, de futuro, reforçarem a verificação dos esforços de redução de emissões.

Finalmente, tive a satisfação de assistir à reasunção da liderança por parte da União Europeia neste processo.

### COP17 - Durban 2011

A 17ª Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas realizada em 2011 alcançou um resultado importante. Após uma maratona negocial impressionante, a Conferência terminou com um resultado inesperado e importante para o futuro do planeta. Os 195 países membros da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas aceitaram o roteiro proposto pela UE conducente a um acordo global vinculativo sobre o combate às alterações climáticas. O roteiro substituiu o Protocolo de Quioto e adotou a denominação de Plataforma de Durban. A Plataforma de Durban constituiu a base para a definição dos instrumentos a adoptar em 2015 e a implementar em 2020.

Em Durban ficou decidida também a abertura de um segundo período de cumprimento no âmbito do Protocolo de Quioto, visto que o primeiro período de cumprimento expiraria a 31 de Dezembro de 2012. Assim, o segundo período do Protocolo de Quioto teve início a 1 de Janeiro de 2013.

Estas decisões, que asseguraram a continuidade entre o Protocolo de Quioto e o seu sucessor, foram de grande importância para o futuro do Planeta, pois convocaram todos os Países para o esforço de

redução dos GEE que afectam o clima do planeta.

As decisões de Durban foram pragmáticas e adequadas aos tempos que correm. A divisão do mundo, característica do século XX, em países industrializados com obrigações e metas vinculativas e países em desenvolvimento que assumem apenas acções voluntárias, a qual dava à China o mesmo tratamento que ao Mali, havia-se tornado obsoleta. Em Durban começou uma nova era - a era do multilateralismo, na qual os compromissos de todos os países terão o mesmo valor legal. O acordo que sairá da Plataforma de Durban será necessariamente muito diferente do Protocolo de Quioto, pois terá que reflectir um mundo mais complexo, com muitos países industrializados a atravessarem crises económicas e financeiras graves e com países em desenvolvimento a ostentarem um forte crescimento económico. Desenhar o novo acordo adivinhava-se um grande desafio, pois o mesmo ambicionava conciliar a preservação do planeta, o crescimento económico, a erradicação da pobreza e a sustentabilidade do bem-estar das actuais e das futuras gerações.

### COP 18 - Doha 2012

A Conferência das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas de 2012 (COP18), que decorreu em Doha no Qatar, contou com a participação de cerca de 200 países. Os resultados da conferência, no seu conjunto, colocaram estes países num caminho sustentável e equilibrado rumo a uma decisão mais substancial sobre o combate às alterações climáticas, que deverá ser adoptada em 2015 e entrar em vigor em 2020.

Em cima da mesa da COP18 estavam essencialmente

três questões: o prolongamento do protocolo de Quioto, o financiamento aos países em desenvolvimento e a Plataforma de Durban que, no futuro, substituirá o protocolo de Quioto.

Ao cabo de duas semanas de reuniões e após as 48 horas finais de negociações intensas, a conferência alcançou a decisão de prolongar a vigência do Protocolo de Quioto até 2020. Todavia, a Rússia, o Japão e o Canadá não aderiram a este segundo período. Os Estados Unidos nunca chegaram a aderir a Quioto e os países em desenvolvimento não estavam obrigados a cortar as suas emissões. Apesar dos países que assinaram o segundo período representarem apenas 15% das emissões globais, esta é uma decisão importante pois o Protocolo de Quioto constitui o único acordo legal e vinculativo de combate às alterações climáticas.

O financiamento foi um assunto crucial durante a COP18. Os países em desenvolvimento reclamaram fundos adicionais de apoio ao desenvolvimento, fundos que lhes permitissem adaptar-se às alterações climáticas e mitigar o efeito das mesmas. O compromisso com fundos adicionais, anunciado pelo Reino Unido e a Alemanha, secundados pela Comissão Europeia e por outros países, permitiu que um acordo final fosse alcançado nesta área.

Mas existe uma novidade no texto final, designadamente o capítulo sobre “Perdas e Danos”. Os Estados Unidos e a União Europeia opuseram-se desde o início à introdução destes conceitos no texto das negociações. Com estes conceitos inseridos no texto fica em aberto a possibilidade de os países industrializados virem a ser responsabilizados financeiramente pelos danos e prejuízos causados por

fenómenos climáticos severos tais como furacões e inundações. Algo que se pode traduzir em verbas muito avultadas e conduzir a discussões infundáveis sobre como por em prática o conceito, introduzindo entropia no já complexo processo negocial.

Quanto à Plataforma de Durban, o documento que substituirá o Protocolo de Quioto em 2020, os avanços registados em Doha foram pobres, tendo-se o debate centrado no calendário e em questões processuais. No entanto, este documento é crucial para corrigir as distorções introduzidas pelo Protocolo de Quioto, uma vez que permite a adopção de uma abordagem diferenciada face aos países em desenvolvimento e a introdução de mecanismos que compatibilizem a competitividade industrial com as políticas de combate às alterações climáticas.

## 3.9 - PRINCÍPIOS PARA UM FUTURO ACORDO NA ÁREA DAS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

---

O primeiro período de cumprimento do Protocolo de Quioto expirou em 31 de Dezembro de 2012. Em Doha, alcançou-se um acordo sobre um segundo período de compromisso que deve durar até 2020. Os EUA nunca foram parte de Quioto e a Rússia, o Canadá e o Japão não aderiram a Quioto II. Os países em desenvolvimento, por sua vez, subscreveram tanto Quioto I como Quioto II, mas para eles não

existe a obrigação de reduzir as emissões de GEE.

Assim, os países que se comprometeram a reduzir as emissões em Quioto II representam apenas 15% das emissões globais e, nesta percentagem, apenas 11% cabe à UE. Por outras palavras, os países de Quioto II, que se comprometeram a reduzir as suas emissões, continuam a ser uma parte ínfima do conjunto dos países emissores.

Por razões ambientais e por razões de competitividade – para não falar das condições de concorrência equitativa para a indústria europeia – é necessário que cheguemos a um acordo global. Isto significa que todos os países envolvidos devem participar no processo, com base na equidade e em conformidade com suas responsabilidades comuns, mas de forma diferenciada e tendo em consideração as respectivas capacidades.

A fim de alcançar esse consenso global precisamos de adotar uma abordagem completamente diferente ao acordo. A estrutura, os princípios e os termos do acordo têm de ser reequacionados.

A Plataforma de Durban – acordada pela COP 18 em 2011 – representa uma oportunidade real. Em primeiro lugar, porque todos os Estados da ONU já se inscreveram para a plataforma e, em segundo lugar, porque, embora a Plataforma de Durban ainda tenha uma formulação pouco precisa, representa uma oportunidade para a Europa moldar o contrato de acordo com a sua própria visão.

Em Novembro de 2013, a COP regressou à Europa, a Varsóvia, e a União Europeia aproveitou a ocasião para apresentar os princípios fundamentais de um acordo futuro de combate às alterações climáticas

e de salvaguarda da competitividade industrial.

É essencial que se chegue a um acordo em 2015, ano em que a COP se realizará novamente na Europa, em Paris. Na minha opinião, o novo acordo deverá estar mais adaptado a um ambiente global de mudança complexa. É verdade que Quioto I tinha o encanto de ser simples – o mundo era dividido em dois blocos, países industrializados e países em desenvolvimento. Hoje o mundo é mais complexo e um acordo muito simples pode não ser adequado a uma realidade complexa.

Considero que devemos respeitar cinco princípios fundamentais para alcançar um acordo internacional relativo às alterações climáticas em 2015.

Primeiro, o acordo não deve dividir o mundo em dois grupos de países. É necessário estabelecer um sistema em que cada país contribua para o esforço comum de acordo com as respectivas responsabilidades e capacidades.

Segundo, temos de lidar de forma adequada com as fugas de carbono. A fuga de carbono ocorre quando existe relocalização de indústrias com forte consumo de energia fora da EU.

Para acautelar este efeito devemos combinar as metas atribuídas às economias de diferentes países com objectivos comuns a serem adoptados por sectores industriais específicos sujeitos a fuga de carbono numa base global.

Terceiro, o quadro deve ser muito mais flexível e deve acomodar uma maior gama de iniciativas, em particular iniciativas bottom-up, como por exemplo iniciativas de cidades empenhadas na eficiência energética.

Quarto, os mecanismos de mercado devem continuar a ser usados para regulamentar as questões relativas às alterações climáticas.

Por último, a cooperação em matéria de investigação e desenvolvimento de tecnologias limpas deve tornar-se um objectivo central.

## 3.10 - ANÁLISE SECTORIAL NUM CONTEXTO GLOBAL

---

Não é fácil explicar as razões que dificultam o progresso das negociações internacionais, mas algumas delas passam claramente por preocupações com a competitividade das indústrias muito expostas ao comércio internacional e com as dificuldades dos países em desenvolvimento no que toca ao acesso a novas tecnologias e ao financiamento. A reflexão sobre este assunto conduziu-me à ideia de propor um modelo baseado numa abordagem sectorial.

Comecei por apresentar esta abordagem inovadora a nível europeu nos *Study Days* do Partido Popular Europeu, em Budapeste, no final de 2010<sup>31</sup>. Expliquei que se tratava de um modelo que abordava a indústria por sectores a nível internacional com a finalidade de manter e até reforçar a sua competitividade. A estrutura do modelo era mais complexa do que a do modelo então em discussão, mas era muito mais eficaz e mais ajustada à realidade. No novo modelo de redução dos níveis de CO<sub>2</sub> tem em

conta a competitividade das indústrias evitando assim as resistências deste sector.

Além das vantagens referidas, o modelo é suficientemente versátil para poder ser implementado em qualquer dos três cenários possíveis das negociações internacionais: existência de acordo internacional; segundo prolongamento do protocolo de Quioto e ausência de acordo internacional. Em maio de 2011 a comissão ITRE aprovou uma emenda com referências ao modelo sectorial e o mesmo seguiu para aprovação em plenário do PE. A abordagem sectorial integrou assim a posição do PE em relação ao quadro internacional de acção em matéria de combate às alterações climáticas pós-2015.

Antes de mais convém realçar que as abordagens sectoriais podem contribuir para conciliar as acções de combate às alterações climáticas com a competitividade e o crescimento económico. Constituem pois uma ferramenta muito promissora, pois têm o potencial de ajudar na transição para uma economia de baixo carbono e preparar o caminho para um mercado global de carbono. As abordagens sectoriais poderão também fazer parte de um quadro internacional pós-2015 para as acções relativas às alterações climáticas.

Em segundo lugar, as abordagens sectoriais têm sido implementadas na Europa, para os sectores não abrangidos pelo regime de comércio de emissões da UE com resultados positivos.

É desejável que a indústria europeia assuma uma liderança forte e determinada relativamente às abordagens sectoriais, pois estas poderão ser um aspecto importante a incluir no acordo pós-Quoto a ter lugar em 2015 em Paris.

CAPÍTULO 4

# EMPREGO JOVEM E ENSINO SUPERIOR





## 4 - EMPREGO JOVEM E ENSINO SUPERIOR

### 4.1 - INTRODUÇÃO

As decisões dos líderes europeus tomadas em resposta à crise financeira e económica foram cruciais para manter a economia da União Europeia a funcionar, mas não foi possível evitar o impacto negativo no emprego e no crescimento económico.

A população jovem foi particularmente afectada por este fenómeno. Ainda hoje a Europa enfrenta níveis de desemprego elevados entre os jovens. O desemprego jovem, conjugado com a cada vez mais difícil transição da vida escolar para a vida profissional, cria o risco de o afastamento em relação ao mercado de trabalho se cristalizar conduzindo a uma perda de capital humano a longo prazo. O desemprego jovem ameaça tornar-se estrutural e é hoje uma preocupação central dos governantes.

Em 2009 as preocupações com o emprego jovem já se encontravam na ordem do dia e, no seu programa às eleições europeias, apresentado a 6 de Maio de 2009, o PSD consagrou o compromisso de se bater por medidas que contribuíssem para promover a mobilidade dos jovens e a sua capacidade de aceder a um primeiro emprego no espaço europeu.

O programa adoptou o título “Pelo interesse nacional. Contrato Europeu com os portugueses”

e alicerçou o seu contrato de confiança com os portugueses na assunção de dez compromissos. O quinto compromisso, intitulado “Colocar os jovens portugueses na frente da construção europeia”, exprime a preocupação com a situação dos jovens no mercado de trabalho:

“Os jovens são os destinatários da grande maioria das políticas europeias ... Há medidas pró-juventude que podem adoptar-se de imediato. É possível e urgente democratizar o ERASMUS envolvendo mais jovens e reforçando os apoios de forma a impedir que haja discriminações em função da capacidade económica. Vamos propor a criação de um programa europeu de mobilidade para o 1º emprego: o ERASMUS- 1º emprego.”

Durante a campanha eleitoral, sempre que tive a oportunidade de me dirigir ao eleitorado, reafirmei a minha intenção de me bater pela concretização dos objectivos contidos nos dez compromissos programáticos, entre os quais figurava a preocupação com o emprego jovem. Aliás, a minha preocupação com este assunto vinha detrás. Enquanto ministra da Ciência e Ensino Superior do XV Governo Constitucional e Ministra da Ciência, Inovação e Ensino Superior do XVI Governo Constitucional, apercebendo-me que assegurar níveis razoáveis de empregabilidade aos jovens se iria tornar um problema importante no futuro, pus em curso o processo de reconversão dos cursos com menor empregabilidade e tentei criar condições para que os jovens com elevado grau de especialização, com mestrados e doutoramentos, fossem absorvidos pelo tecido empresarial.

No Parlamento Europeu não pertenço a comissões que tratem especificamente do emprego ou da

juventude, mas nas comissões em que participo, nomeadamente nas Comissões ITRE e dos Orçamentos, tenho sempre o cuidado de enfatizar que a juventude e o emprego jovem devem ser uma preocupação central da União Europeia, nomeadamente quando são debatidas e delineadas as políticas de ciência e inovação, e as políticas que visam a indústria e o empreendedorismo. Estes assuntos encontram-se sob a alçada da Comissão ITRE e são abordados, embora no plano geral do orçamento, na Comissão dos Orçamentos.

Este capítulo relata de forma sucinta os aspectos que considerei mais relevantes no meu trabalho no que toca ao reforço do emprego jovem e do ensino superior no espaço europeu. As políticas de juventude estiveram sempre presentes no meu trabalho (secção 2). A primeira iniciativa que desenvolvi no domínio do emprego jovem foi assegurar o cumprimento da promessa eleitoral de criar o ERASMUS- 1º emprego (secções 3). Para colocar os jovens no centro das preocupações europeias, como prometia o programado PSD, desenvolvi também outras iniciativas, como o reforço do programa ERASMUS para jovens empreendedores (secção 4) e a incorporação no programa HORIZONTE 2020 de várias medidas que promovem o emprego de jovens altamente especializados nas empresas (secção 6). Além disso dei o meu contributo para o desenvolvimento da economia social fazendo aprovar uma acção preparatória destinada a apoiar a inovação social, a emergência de empresas sociais e os jovens empresários (secção 5).

A adequação da formação dos jovens aos mercados modernos globalizados altamente competitivos esteve no centro da criação do Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia. As vicissitudes do nascimento desta instituição exigiram que criasse o

Grupo de Amigos do EIT com a finalidade de apoiar a sua afirmação (secção 7).

Os desafios que se colocam ao ensino superior europeu, e em particular ao nacional, foram para mim uma fonte importante de motivação no desenho de várias medidas do programa HORIZONTE 2020 e da sua articulação com outros fundos europeus (secção 8).

Todavia, as ligações às instituições de ensino portuguesas não se ficaram pelas de ensino superior. Fiz questão em manter um contacto permanente com a realidade portuguesa em vários planos e um deles traduziu-se num conjunto de visitas a escolas secundárias, autarquias e associações durante as quais tive a oportunidade de explicar a minha actividade no PE e de esclarecer crianças, jovens e concidadãos sobre o funcionamento das instituições europeias (secção 9).

## 4.2 - DESAFIO DO EMPREGO JOVEM

---

O mandato dos eurodeputados teve início a 14 de Julho de 2009. Uma vez que os trabalhos do Parlamento Europeu se desenrolam em comissões parlamentares, as quais se organizam por áreas de especialização, cada deputado tem o direito de escolher uma comissão que deseje acompanhar na qualidade de membro efectivo. Pode também participar noutras comissões na qualidade de membro suplente.



*Durante a segunda reunião do grupo de amigos do EIT com a Comissária Europeia para a Educação, Cultura, Multilinguismo e Juventude, Androulia Vassiliou.*

Quando iniciei o meu mandato escolhi ser membro efectivo da Comissão da Indústria, Investigação e Energia (ITRE) e membro suplente da Comissão dos Orçamentos (BUDG). Além de debaterem as propostas de nova legislação, emanadas da Comissão Europeia, as Comissões elaboram os chamados relatórios de iniciativa, propõem alterações à execução do orçamento anual da União Europeia mediante a apresentação de emendas e podem apresentar projectos-piloto e acções preparatórias. Tradicionalmente, os projectos-piloto e as acções preparatórias são iniciativas que dão ao Parlamento Europeu a possibilidade de abrir o caminho para novas políticas que vêm enriquecer as acções da União e podem conduzir à aprovação de legislação que estabelece novos programas e actividades da UE.

A política de juventude nas áreas da educação, formação, transição do sistema de educativo para o mercado de trabalho era uma prioridade da delegação portuguesa do PPE. Assim, em conjunto com o eurodeputado José Manuel Fernandes, membro efectivo da Comissão BUDG, propus um conjunto

de emendas com o objectivo de aumentar o financiamento dos programas de educação, formação e mobilidade dos jovens e de criar um novo programa para apoiar o primeiro emprego dos jovens. As alterações que propusemos foram acolhidas positivamente pelo PPE e pela Comissão, e foram aprovadas posteriormente em Plenário do PE

O conjunto das emendas propostas, a par das emendas submetidas por outros eurodeputados, teve um impacto assinalável no documento e veio corroborar o epíteto de “Orçamento da Juventude”, com o qual vinham a ser contemplados os orçamentos europeus. Esta designação é particularmente adequada ao orçamento anual de 2012.

## 4.3 - ERASMUS PRIMEIRO EMPREGO

Em 2009, ano em que se iniciou o meu mandato de deputada ao PE, encontrava-se em vigor o orçamento europeu para o período de 2007 a 2013. Uma vez que a execução orçamental do ano 2010 iria ser elaborada entre Setembro e Dezembro de 2009, aproveitei esta oportunidade para, em articulação com o eurodeputado José Manuel Fernandes propor um conjunto de alterações ao programa ERASMUS. Considerávamos que se tornava necessário alargar o âmbito do programa ERASMUS de forma que o mesmo incluísse a promoção do primeiro emprego<sup>1</sup>.

O programa ERASMUS, acrónimo de European Community Action Scheme for the Mobility of

University Students, é o programa mais antigo da Europa. Projectado no espírito do Acto Único Europeu, que consagrou o mercado único europeu, nasceu em 1987, depois de ultrapassar várias contrariedades e resistências por parte dos Estados europeus mais poderosos que mantinham entre si programas análogos. Além de ser o mais antigo, o programa ERASMUS é também o programa melhor sucedido da Europa. Milhões de estudantes e docentes europeus do ensino superior beneficiaram dos apoios concedidos pelo programa. Em 2012 a Comissão Europeia logrou alcançar mais de 3 milhões de participantes no intercâmbio de estudantes e docentes do ensino superior encorajado pelo programa ERASMUS.

O programa ERASMUS tem admiradores e apoiantes entusiásticos. Alguns encaram-no como precursor de uma nova cultura europeia e como pilar da futura cidadania europeia. Seja como for, o programa estava focado exclusivamente no intercâmbio de estudantes e docentes entre instituições de ensino superior e não incluía qualquer valência dirigida à empregabilidade ou ao mercado de trabalho. Além disso, alguns estudos alertavam para o declínio da vantagem em obter o primeiro emprego que caracterizava os estudantes ERASMUS face aos estudantes que não tinham participado no programa. Apenas 54% dos estudantes ERASMUS do ano lectivo 2000-2001, contra 71% dos do ano lectivo 1988-1989, reconheciam que a sua experiência ERASMUS constituía uma vantagem durante a procura do primeiro emprego.

Face a esta situação considerei que se tornava necessário alargar o âmbito do programa ERASMUS de forma que o mesmo incluísse a promoção do primeiro emprego. Assim, em conjunto com os de-

putados José Manuel Fernandes, Salvador Garriga Polledo, László Surján e Damien Abad, propus uma série de emendas ao orçamento anual para 2010 que contemplavam o alargamento referido. As emendas foram incorporadas no projecto-piloto ERASMUS Primeiro Emprego que havia sido lançado com uma dotação inicial de cerca de 2 milhões de euros.

Após esta iniciativa o projecto manteve-se em funcionamento na qualidade de projecto-piloto até à aprovação do novo orçamento europeu de 2014-20. Nesta sede o projecto tornou-se definitivo e foi integrado no programa ERASMUS+, tornando-se uma das várias componentes do programa ERASMUS.

O programa ERASMUS Primeiro Emprego visa estabelecer uma ligação clara entre o sistema de educação e o mercado de trabalho através da articulação da sua componente de formação com a componente empresarial. Em termos práticos o formando terá a sua primeira experiência empresarial numa empresa inovadora, situada num Estado Membro, diferente do seu Estado de origem, através de um contrato cofinanciado pelo orçamento europeu.



Com o Vice-Presidente da Comissão Europeia, António Tajani e o Vice-Presidente do Parlamento Europeu Gianni Pitella no lançamento do Projecto Erasmus – Jovens Empreendedores

## 4.4 - ERASMUS PARA JOVENS EMPREENDEDORES

---

O ERASMUS - Jovens Empreendedores é um programa de intercâmbio financiado pela União Europeia que oferece a jovens empreendedores a oportunidade de trabalhar – entre seis meses e um ano – com um empreendedor experiente num país europeu diferente do país de origem do jovem empreendedor. O objectivo é reforçar as capacidades e competências do jovem empreendedor ajudando-o a criar o seu próprio negócio.

Em 2009 o programa ERASMUS - Jovens Empreendedores existia como acção preparatória da Comissão Europeia. Até ao final de 2009 haviam participado neste programa 2200 jovens europeus, dos quais 99 portugueses. Para 2011 estavam orçamentados apenas 2 milhões de Euros e previa-se a participação de apenas 1200 jovens. Tratava-se de uma situação inadequada face à prioridade da União Europeia dirigida ao fomento do emprego jovem.

Na sequência de várias diligências consegui, em colaboração com o comissário António Tajani, responsável pela área do empreendedorismo, o apoio dos socialistas europeus para que o programa ERASMUS - Jovens Empreendedores passasse de acção preparatória a programa permanente obtendo assim uma dotação orçamental mais adequada aos fins do programa. Numa conferência de imprensa conjunta com o comissário Tajani, a 7 de Julho 2010, avançámos a proposta de aumentar para 3 milhões

a dotação orçamental do programa ERASMUS - Jovens Empreendedores já em 2011<sup>2-3</sup>.

Na sequência destas iniciativas, em 2012, o programa ERASMUS - Jovens Empreendedores passou a ser considerado programa permanente da Comissão Europeia e viu o seu financiamento melhorado para 7 milhões. No ano seguinte a respectiva dotação atingiu os 8 milhões de Euros.

Foram acções como esta que tornaram a designação de “orçamento da juventude” particularmente adequada ao orçamento europeu de 2012.

## 4.5 - INOVAÇÃO SOCIAL, EMPRESAS SOCIAIS E EMPREENDEDORISMO JOVEM

---

Em 2011 apresentei à Comissão dos Orçamentos do Parlamento Europeu uma proposta de acção preparatória intitulada “Social Innovation driven by Social Business and Young Entrepreneurship” que foi aprovada pela comissão dos Orçamentos e Plenário do Parlamento Europeu e implementada pela Direcção Geral de Emprego da Comissão Europeia em 2012<sup>4</sup>.

Esta acção preparatória pretendia consagrar a importância da inovação social e o surgimento de empresas sociais. Juntos estes dois fenómenos

actuam como factores de mudança que operam com base em modelos de negócios viáveis para o crescimento mais inclusivo, socialmente justo e ambientalmente sustentável. Concomitantemente, as empresas sociais geram empregos através de actividades que atendem às necessidades sociais num contexto do desenvolvimento sustentável e inclusivo. O objectivo desta acção preparatória era identificar, desenvolver, promover e divulgar as boas práticas dos governos nacionais, regionais ou locais e dos intermediários financeiros relativamente ao apoio a jovens empresários em tempos de grande desemprego juvenil. Como tal, a acção preparatória contribuiu para perceber o potencial do Empreendedorismo Social. A utilização dos fundos estruturais para o período de 2014-2020 neste tipo de iniciativas será absolutamente incontornável.

Estou certa de que os resultados desta acção preparatória irão contribuir para a implementação de iniciativas emblemáticas relevantes da Estratégia Europa 2020 e preparar o terreno para um uso eficaz do Fundo Social Europeu - FSE e de outros fundos da UE após 2014.

## 4.6 - HORIZONTE 2020 E EMPREGO JOVEM

---

Se quiser manter a sua relevância num mundo em acelerado processo de globalização, a Europa terá de se tornar mais competitiva através da inovação e do conhecimento. Este é um desiderato para o qual os jovens podem dar um contributo decisivo. Sendo

crucial para o futuro da Europa, o investimento em ciência e inovação é também um factor que pode contribuir de forma significativa para o aumento do emprego jovem. A articulação destes dois aspectos, a necessidade de apostar na ciência e inovação e a necessidade de aumentar a empregabilidade dos jovens, constitui um desafio à escala europeia.

Uma componente fundamental da resposta europeia ao desafio do emprego jovem é o programa HORIZONTE 2020. Desenhado com um orçamento na base dos 79 400 milhões de Euros, este programa é o mais importante instrumento financeiro do mundo dedicado à inovação e à investigação. O HORIZONTE 2020 será um factor crucial para ajudar a Europa a sair da crise.

Enquanto relatora do Programa Específico HORIZONTE 2020 envidei todos os esforços para aprofundar as medidas com impacto directo na criação de emprego, sobretudo de emprego jovem. Assim decidi reforçar a prioridade dada pelo programa ao emprego dos jovens investigadores introduzindo duas alterações com impacto directo na criação de emprego.

A primeira alteração à proposta inicial, que a Comissão Europeia havia apresentado a 30 de Novembro de 2011, foi a introdução dos Vouchers de Inovação. Este mecanismo permite um financiamento simples e célere à criação de “start-ups” ou a PME já existentes que desenvolvam produtos inovadores.

A segunda proposta consistiu no reforço das Bolsas Marie Skłodowska Curie com Bolsas de Retorno. Estas bolsas promovem a transferência de tecnologia e conhecimento, a mobilidade dos investigadores, as sinergias com outras políticas e/ou instrumentos

e a criação de subsídios de retorno com vista à reintegração de investigadores após uma experiência internacional, apoiando o estabelecimento de investigadores em zonas geográficas com menor dinâmica em termos de inovação.

Após vários meses de negociações intensas entre o Parlamento Europeu, o Conselho Europeu e a Comissão Europeia – os chamados trílogos – o programa HORIZONTE 2020 foi aprovado no final de Junho de 2013. Apesar da conjuntura pouco propícia a aumentos nas dotações orçamentais, o HORIZONTE 2020, em conjunto com o programa ERASMUS, foram os únicos programas que viram reforçado o seu financiamento. Não foi alcançado o montante inicialmente proposto pela Comissão Europeia de 80 mil milhões de Euros, mas o valor final de 79.4 mil milhões de Euros ficou bem acima dos 52 mil milhões de Euros do programa correspondente que havia vigorado no período 2007-2013, o sétimo Programa-Quadro de Investigação.

Não posso deixar de referir também o facto de este novo programa contemplar regras mais simples de financiamento e contratação por parte das universidades, centros de investigação e empresas, bem assim como um incentivo particular às PME, sempre com o objectivo da criação de mais e melhor emprego.

A nível nacional o desemprego jovem também é motivo de grande preocupação e tem sido debatido a vários níveis. A título de exemplo refiro o seminário intitulado “Um projecto de esperança para as gerações futuras”<sup>5</sup> organizado pelo Instituto Sá Carneiro, presidido pelo Dr. Carlos Carreiras, em conjunto com o European Ideas Network, um *think tank* do PPE. O seminário contou com a

presença do Primeiro-Ministro, Dr. Pedro Passos Coelho, que na sua intervenção explanou a situação de Portugal e as respostas nacionais perante a crise económica. Durante os dois dias em que decorreu o seminário, decisores políticos e peritos europeus e portugueses da área da educação e da política de emprego debateram a problemática do emprego jovem como resposta à inclusão social tendo dedicado especial atenção à educação e à formação ao longo da vida.

## 4.7 - GRUPO DE AMIGOS DO EIT

A Europa necessita de uma geração de jovens altamente qualificados, dotados de criatividade, de espírito empreendedor e capacidade de liderança, jovens focados em transformar ideias originais em novos produtos, serviços e processos para o mundo empresarial. É fundamental que os agentes políticos desenhem políticas que estimulem os jovens a envolverem-se na resposta aos desafios europeus da competitividade, da inovação e do emprego. O Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia (EIT - European Institute of Innovation and Technology) foi criado para assumir este tipo de desafios.

O EIT nasceu em Março 2008. A ideia de criar um instituto europeu dedicado à inovação e ao desenvolvimento de novas tecnologias partiu do Presidente da Comissão Europeia, José Manuel Durão Barroso.



*No Lançamento do Grupo de Amigos do EIT com a Comissária Europeia da Educação, Cultura, Multilinguismo e Juventude Androulla Vassiliou.*

Como conselheira principal do Presidente Barroso, estive directamente envolvida no desenho do modelo que deu origem ao EIT. A ideia germinou e maturou durante a revisão intercalar da Estratégia de Lisboa, em 2005, tendo sido apresentada na Comissão Europeia no ano seguinte e posteriormente aprovada pelo Conselho Europeu. Os regulamentos do EIT foram aprovados em 2008 e nesse mesmo ano ocorreu a primeira reunião do conselho de administração. A sede do EIT localiza-se em Budapeste.

Como qualquer instituição o EIT tinha de ser financiado. Ora na União Europeia os programas de financiamento funcionam a sete anos e em 2008, ano em que o EIT entrou efectivamente em funcionamento, o orçamento para o período 2007-2013 já tinha sido aprovado e encontrava-se em execução. Assim sendo existia pouca disponibilidade orçamental para financiar o EIT e o mesmo iniciou as suas funções como um projecto muito limitado. Além disso a ideia

de existir um instituto europeu de investigação não era consensual e teve de enfrentar as resistências e as hesitações do mundo académico.

Foi necessário desenvolver toda uma campanha de sensibilização para que a ideia fosse genuinamente assumida. Um instrumento particularmente eficaz foi o Grupo de Amigos do EIT. Este grupo foi criado por minha iniciativa em 2011 no PE e contou com o apoio constante e empenhado da Comissária Europeia para a Educação, Cultura, Multilinguismo e Juventude<sup>6</sup>, Androulla Vassiliou. O Grupo de Amigos do EIT tinha por objectivo ajudar a consolidar o EIT preparando as condições para que no período seguinte, entre 2014 e 2020, o EIT pudesse desenvolver-se plenamente.

Considero um marco importante no processo de consolidação do EIT a minha intervenção na abertura da conferência “O EIT: Promover a Inovação e Reforçar Sinergias com a União Europeia”<sup>7</sup>, realizada no Trinity College de Dublin, a 29 de Abril de 2013, na qual participou o Ministro Irlandês para a Ciência e Inovação, Seán Sherlock. No discurso fiz questão de apresentar o assunto com toda a clareza: “Como uma flor, o EIT poderá desabrochar ou mirrar e desaparecer. Que devemos fazer para assegurar que o EIT viva e prospere?” De seguida apresentei os vários pontos da estratégia de desenvolvimento do EIT: simplificação; abordagem compreensiva do ciclo de inovação; alargamento da participação; sinergias com os fundos estruturais. No final sublinhei que “estes quatro princípios são comuns ao HORIZONTE 2020 e ao EIT. Porém, o EIT é um programa especial, pois combina a educação com a investigação e a inovação, que foi desenhado para ter um impacto directo no emprego e no crescimento económico através

de uma cultura de empreendedorismo, criação de novos talentos e de “start-ups”.

O trabalho perseverante desenvolvido pelo Grupo de Amigos do EIT contribuiu para que o EIT crescesse e se consolidasse. O recente Orçamento Europeu para o período 2014-2020 atribuiu ao EIT uma verba 10 vezes superior à inicial.

O Presidente da Comissão Europeia reiterou desde os primeiros dias o seu desejo de que o EIT se tornasse um factor decisivo para aprofundar a ligação entre o sistema científico e a indústria no espaço europeu.

A missão central do instituto é hoje clara e largamente aceite. Trata-se de estreitar a ligação dos três vértices do chamado triângulo do conhecimento – o ensino superior, a investigação e o sector empresarial. A integração destes três sectores pretende constituir a resposta ao défice em inovação e competitividade com que a União Europeia se vem a debater nos últimos anos. As causas deste fenómeno, que afecta negativamente a Europa, foram identificadas e resumem-se, em traços gerais, à dificuldade em traduzir os resultados da investigação em oportunidades comerciais; à falta de massa crítica; à fragmentação e à fraca cultura empresarial e de inovação em diversas áreas, tanto no sistema de ensino superior e centros de investigação como nas PME, que constituem a maioria do tecido empresarial da União Europeia.

A dificuldade da Europa em incrementar o empreendedorismo e a inovação tem condicionado em larga escala a sua competitividade a nível internacional. Numa economia em que o conhecimento desempenha um papel cada vez mais relevante,

a inovação é um factor crucial do crescimento, da competitividade e da melhoria do bem-estar da sociedade. O EIT pretende estar na vanguarda do processo de inovação criando condições para que a sociedade acelere o seu ritmo de desenvolvimento, se adiante na apresentação de soluções para os problemas sociais emergentes e satisfaça as exigências dos mercados e dos consumidores.

A preocupação com o empreendedorismo e a inovação tornam o EIT uma instituição central no apoio aos jovens cientistas e empreendedores dando um contributo inestimável para o fomento da empregabilidade das camadas mais jovens com formação superior.

O EIT é constituído por KICs (Knowledge and Innovation Communities) que têm por missão dar resposta aos desafios que a UE enfrenta. As primeiras 3 KICs abordavam os seguintes desafios: mitigação e adaptação às alterações climáticas; energias renováveis; sociedade da informação e da comunicação. Cada KIC consiste de vários “Colocation Centers”. Toda a estrutura do EIT visa o envolvimento directo de parceiros empresariais, em particular das PME, em todos os aspectos estratégicos, financeiros e operacionais do processo de levar ideias novas para o mercado.

Agora o EIT integra o HORIZONTE 2020, no âmbito do qual o EIT aumentou a sua ambição. Estão previstas cinco novas KICs nas seguintes áreas: inovação para uma vida saudável e envelhecimento activo; matérias-primas: a exploração sustentável, extracção, processamento, reciclagem e substituição; Food4Future - cadeia de abastecimento sustentável de recursos para consumidores; valor acrescentado da indústria transformadora e mobilidade urbana.

O EIT, embora faça parte do HORIZONTE 2020, foi objecto de um relatório separado. Uma das relatoras foi a eurodeputada Marisa Matias, cujo trabalho e espírito de colaboração contribuíram para a consolidação do EIT. Para mim foi muito gratificante contribuir para um projecto tão relevante para o futuro da Europa.

## 4.8 - DESAFIOS DO ENSINO SUPERIOR

As mudanças produzidas pela evolução das sociedades e pelo fenómeno da globalização colocam novos desafios às instituições de ensino superior. Para se manterem com sucesso na sua senda de formar indivíduos capazes de contribuir activamente para o desenvolvimento económico e bem-estar das sociedades, as instituições de ensino superior devem encarar estes desafios tornando-se mais inovadoras, diferenciadas e competitivas.

É urgente melhorar as condições para a promoção da inovação e mobilizar recursos adicionais para as actividades de educação, investigação, e desenvolvimento tecnológico.

A resposta aos desafios requer da parte das instituições de ensino superior, simultaneamente, uma forte resiliência e uma capacidade de abertura à mudança. As instituições têm de melhorar a adequação e atractividade da sua oferta formativa, de estabelecer parcerias com actores heterogéneos e de desenvolver a sua capacidade de investigação científica. É



*Com o Secretário de Estado do Ensino Superior, João Filipe Queiró e António Rendas Reitor da Universidade Nova de Lisboa e Presidente do CRUP no Parlamento Europeu em Bruxelas*

fundamental que as instituições de ensino superior se tornem actores mais ágeis e mais céleres na sua reacção a uma realidade em constante mudança. Os desafios que se colocam às instituições de ensino superior na era da globalização são no essencial os seguintes:

- desafio de atingir a excelência conducente à internacionalização;
- desafio da formação dos recursos humanos a nível regional, nacional e internacional;
- desafio de diversificação das fontes de financiamento;
- desafio da massa crítica e de contribuir para o crescimento económico, para a criação de mais e melhores empregos e para desenvolvimento regional;

À semelhança do que se passa com o financiamento de I&D, explanado no capítulo 2, a diferença entre o financiamento do ensino superior na Europa e em países de referência, como os Estados Unidos e o Japão, resulta essencialmente do menor dinamismo

do financiamento privado europeu neste sector. Em 2007 a despesa pública no ensino superior dentro da UE era de 1.13% do PIB e contrastava com uma despesa privada cinco vezes inferior (0.23% do PIB). Nessa mesma altura tanto no Japão como nos Estados Unidos a despesa privada com o ensino superior encontrava-se significativamente acima da pública<sup>8</sup>.

A fim de melhorar esta situação os Estados Membros da UE estabeleceram o objectivo de alcançar até 2020 um investimento de 2% do PIB no ensino superior. É claro que o ideal seria este objectivo ser atingido parcialmente através do reforço do investimento privado.

Antes do início da crise, Portugal encontrava-se na média europeia no financiamento do Ensino Superior em percentagem do PIB, mas já nessa altura o financiamento por aluno era cerca de metade da UE e um quarto do dos Estados Unidos. A situação tem-se agravado desde então. A este constrangimento acresce o subfinanciamento do sistema científico. Portugal investe 1.5% do PIB em I&D enquanto a média europeia é de 1.9 %.

O contínuo subfinanciamento das instituições de ensino superior compromete a sua capacidade de atrair e reter os melhores talentos e de reforçar a excelência da investigação e das actividades de ensino. Como tive a oportunidade de explicar em diversas intervenções em Portugal e em *fora* europeus, para além de pugnarem pela manutenção do financiamento público para a investigação e ensino e, se possível, pelo seu aumento, as instituições de ensino superior devem diversificar as fontes de financiamento promovendo o aumento das contribuições privadas e exigindo a criação de um sistema

fiscal favorável a atrair doações privadas.

Cabe às instituições de ensino superior definir uma estratégia de financiamento com o objectivo de encontrar as fontes que compensarão a ausência de financiamento das fontes públicas tradicionais e assim assumir uma maior responsabilidade na sua sustentabilidade financeira a longo prazo, particularmente no tocante à investigação. Contudo, não pode ser ignorado que esta abordagem pressupõe uma verdadeira autonomia e responsabilização das instituições de ensino superior de modo permitir-lhes reagir à mudança de forma ágil e eficaz. As instituições de ensino superior devem ser libertadas do quadro de regulação excessiva e do ónus da microgestão, e deverão aceitar a plena responsabilidade institucional pelos seus resultados perante a sociedade.

As contribuições dos alunos, sob a forma de propinas e inscrições, devem contar com o apoio de um forte sistema de acção social para os alunos carenciados, a fim de permitir o acesso democrático ao ensino superior. Neste sentido em Fevereiro de 2011 decidi apelar ao Governo para que promovesse urgentemente uma avaliação dos efeitos da alteração das regras da Acção Social<sup>9</sup>, que o Governo havia levado a cabo, de modo a evitar que os estudantes abandonassem os estudos por razões económicas. Fui também signatária de uma carta dirigida ao Ministro da Educação e Ciência, Nuno Crato, onde alertava para a necessidade de assegurar que as bolsas dos alunos oriundos de famílias com dívidas ao fisco não fossem afectadas devido à situação irregular dos familiares.

Um contributo crucial para ultrapassar os constrangimentos do subfinanciamento serão as acções desenvolvidas pelo Governo nas negociações das

prioridades do Quadro Comunitário Europeu no sentido de, por um lado, tornar a ciência, o ensino superior e a inovação uma prioridade nacional e, por outro, criar condições para que as instituições de ensino superior possam concorrer a financiamentos a nível internacional, nomeadamente no âmbito do programa HORIZONTE 2020.

Uma outra questão é a falta de massa crítica e a fragmentação dos vários aspectos da inovação. É um fenómeno que se verifica não só em Portugal, mas também de forma generalizada na União Europeia. Nos Estados Unidos apenas 3% das instituições de topo recebem cerca de 80% da despesa em I&D. Em contraste, na União Europeia, os recursos estão muito mais dispersos. O projecto europeu assenta na diversidade e essa diversidade é também um valor acrescentado. Não se pretende a mesma concentração de recursos como nos Estados Unidos, no entanto é necessário arranjar soluções para aumentar a massa crítica mantendo simultaneamente a diversidade europeia.

No âmbito da sua autonomia, as instituições deverão incentivar a ligação em rede de modo a gerar massa crítica, interdisciplinaridade, forte dimensão europeia e internacional e ligação à sociedade. A fusão e os consórcios entre instituições, abrindo espaço a uma gestão integrada, tenderá a gerar resultados de escala e de economia. É claro que a decisão de fusão ou de constituição de consórcios deverá ser sempre uma iniciativa das próprias instituições no âmbito da sua autonomia.

As parcerias entre instituições de ensino superior, os cursos conjuntos, os diplomas duplos e os cursos “europeus” de mestrado ou de doutoramento contribuirão, desejavelmente, para aumentar a massa

crítica, para a internacionalização e capacidade de atrair bons alunos. No entanto, é fundamental manter o ensino universitário e politécnicos separados e bem diferenciados reforçando as suas vocações distintas. O ensino superior politécnico tem um papel crucial a desempenhar no país formando quadros técnicos especializados capazes de entrar directamente no tecido económico e contribuir para que Portugal saia da crise com empresas mais competitivas e tecnicamente mais avançadas.

Em Portugal a percentagem de alunos com ensino superior é das mais baixas da Europa. O aumento do número de graduados com uma licenciatura deveria ser feito, desejavelmente, através dos Politécnicos. O grande estrangulamento no caminho para alcançar este desiderato é o nível do abandono escolar nos ensinos básico e secundário, que continua muito elevado em Portugal. Este problema tem de ser atacado diversificando a oferta de formação nos níveis de ensino básico e secundário, criando vias alternativas de formação, por exemplo, através do ensino dual, sem no entanto excluir a possibilidade de mobilidade entre os vários tipos de ensino. A qualificação profissional, cujo desenvolvimento nos tem sido recomendado reiteradamente pelas organizações internacionais, tendo como factor de atractividade para os jovens o facto de aliar a teoria à prática, é algo que pode contribuir de forma substancial para reduzir a elevada percentagem de desemprego jovem.

O país precisa de investir em ciência, inovação, educação e formação de modo a desenvolver as capacidades necessárias ao mercado de trabalho, de modo a criar o conhecimento que se traduzirá mais tarde em bens e serviços mais inovadores e em melhor qualidade de vida para os cidadãos. A

investigação, e sobretudo a sua tradução em produtos e procedimentos inovadores, são motores do crescimento económico, social e ambiental em que o país tem de continuar a apostar.

Em Portugal a percentagem de alunos com ensino superior é das mais baixas da Europa. O aumento do número de graduados com uma licenciatura deveria ser feito, desejavelmente, através dos Politécnicos.

Apesar do nosso país ter conseguido reduzir o fosso de inovação e melhorar drasticamente os seus indicadores na área da investigação científica e inovação, não conseguiu reduzir o fosso do PIB em relação à média europeia. Embora todos os indicadores da inovação tenham melhorado, os aumentos mais significativos estão ligados ao sector público com valores ainda baixos em indicadores importantes, como por exemplo a presença de doutorados e de quadros altamente qualificados nas empresas. Além disso as condições de contexto e as forças motrizes para estimular a inovação no sector privado não são muito fortes em Portugal.

Isto confirma mais uma vez que o investimento em conhecimento é uma condição necessária mas não suficiente para o crescimento e emprego. As condições macroeconómicas, as regras da concorrência, o bom funcionamento do mercado, a política fiscal, a eficiência e agilidade da administração pública, um sector dos serviços altamente qualificado, a capacidade de absorção por parte da sociedade de produtos, ideias e conceitos inovadores são

aspectos que têm uma influência fundamental na relação entre a inovação e o PIB *per capita*.

Além de assegurarem a educação e a formação dos seus alunos, as instituições de ensino superior promovem a investigação, produzem conhecimento, estimulam o progresso tecnológico, a inovação e, com tudo isto, prestam um inestimável serviço à comunidade. Mas é fundamental reforçar esta última vertente. Para tal é muito importante que as instituições de ensino superior aprofundem a sua ligação às regiões onde se encontram inseridas. É crucial que as instituições de ensino superior se tornem um motor do desenvolvimento regional incentivando a inovação e a melhoria da produtividade dos agentes económicos e institucionais, auxiliando as suas regiões de inserção a tornarem-se mais competitivas e geradoras de novas oportunidades e de mais emprego.

Em Março de 2013, na abertura do seminário sobre Educação que co-organizei com o CRUP (Conselho de Reitores das Universidades portuguesas) e com a EUA (European University Association)<sup>10</sup> realcei o papel especial atribuído pelo novo Orçamento Europeu às instituições de ensino superior empenhadas no desenvolvimento das regiões onde se inserem. O contributo destas instituições é crucial na definição dos planos regionais de inovação, hoje referidos como “especialização inteligente” (ver secção 7 do capítulo 5), bem assim como na constituição de parcerias com empresas e outras instituições com vista à execução dos fundos regionais.

No que concerne à internacionalização, há que reconhecer que a batalha pela visibilidade e notoriedade internacionais das instituições, pela sua participação em redes internacionais, ainda está muito longe de

ser ganha. As instituições devem afirmar-se como polos de atracção de talentos e de espíritos críticos e criativos. E quando o digo estou a pensar tanto nos cientistas e docentes como nos alunos e funcionários.

Como reiteradamente referi em inúmeras intervenções sobre ensino superior, a mobilização dos programas europeus é fundamental para dar resposta à necessidade de internacionalização das instituições de ensino superior. Assim, espera-se que as prioridades do novo Quadro Comunitário Europeu sejam negociadas pelo Governo de modo a assegurar que as instituições de ensino superior sejam devidamente financiadas de modo a promoverem uma agenda de excelência, desenvolvimento e internacionalização.

## 4.9 - VISITAS A ESCOLAS

---

Depois de serem eleitos, os deputados europeus, sobretudo os que vêm de países mais distantes do centro da Europa, como é o meu caso, passam a exercer as suas funções em locais geograficamente afastados dos seus eleitores. Este distanciamento é inevitável, mas pode e deve ser compensado por acções que o mantenham numa dimensão meramente geográfica. Não podemos perder o contacto frequente com as pessoas que nos elegeram, e no meu caso essas pessoas foram os cidadãos portugueses. Os cidadãos eleitores devem sentir que o Parlamento Europeu é um órgão político que representa os seus interesses e aspirações e que os deputados europeus se preocupam em saber o que os seus concidadãos pensam, os problemas com que se debatem e em que medida podem actuar

para melhorar o quotidiano dos seus concidadãos.

Durante o meu mandato no PE visitei um conjunto alargado de estabelecimentos de ensino tentando apoiar os esforços dos responsáveis pela educação na sua batalha quotidiana em prol da participação cívica dos jovens e tentando explicar a todos o trabalho que desenvolvo no PE. Vou referir apenas alguns exemplos.

A Europa só pode ser forte se utilizar ao máximo o potencial de cada um dos seus cidadãos. Foi em torno de ideias como esta que se desenrolou o debate organizado em Maio de 2010 pelo Banco Alimentar Contra a Fome, no âmbito do projecto “Educar Para a Cidadania”<sup>11</sup>, no qual tive a oportunidade de trocar impressões com alunos da Escola Secundária com 3.º Ciclo do Ensino Básico Francisco de Holanda, da Escola Agrupamento Vertical das Escolas de Búzio (EB2.3/S) Vale de Cambra e do Instituto D. João V - Louriçal. Dias antes tinha-me encontrado com os alunos do 9º ano da EBI-Centro de Portugal - Vila de Rei<sup>12</sup> para uma conversa que se tornou muito animada sobre o Parlamento Europeu, promovida pela Presidente da Câmara Municipal no âmbito das comemorações do dia da Europa. No final desse ano, em Setembro, participei em Vila Real de Santo António numa acção desenvolvida ao abrigo do programa europeu JUVENTUDE EM ACÇÃO<sup>13</sup>, que envolveu jovens de Portugal (como principal promotor), Áustria, Alemanha, França, Itália e República Checa. O objectivo do programa era promover o diálogo intercultural e debater a cidadania europeia e as políticas de juventude na Europa, socorrendo-se para tal de iniciativas culturais, da música e das artes contemporâneas. Em Janeiro de 2011 tive o grato prazer de visitar a escola primária que frequentei, hoje integrada na escola EBI Santa Maria de Beja<sup>14</sup>.

CAPÍTULO 5  
REGIÕES  
DESFAVORECIDAS





## 5 - REGIÕES DESFAVORECIDAS

### 5.1 - INTRODUÇÃO

---

A minha actividade em prol das Regiões Desfavorecidas desenvolveu-se no âmbito da Comissão ITRE e da Comissão dos Orçamentos, em virtude de alguns programas europeus, como sejam os programas de ciência e inovação e os programas de apoio às PME, áreas a que me tenho dedicado, serem complementares dos programas regionais. Todavia, o meu envolvimento nas políticas regionais começou durante a minha passagem pelos XV e XVI governos constitucionais, sobretudo durante o processo de reprogramação dos fundos europeus na área do Ensino Superior, Ciência e Inovação.

Em Janeiro de 2004, o Conselho de Ministros Extraordinário, liderado por Durão Barroso, aprovou em Óbidos uma iniciativa estratégica para Portugal. O Conselho ocorria após um ano e meio de governação centrada no rigor financeiro e na acção reformadora e considerou então indispensável apostar no estímulo ao desenvolvimento económico. A ciência, a inovação e o conhecimento em geral foram considerados apostas estratégicas essenciais para o País.

Os fundos comunitários representavam a principal fonte de financiamento público. Estávamos no início do processo de reprogramação intercalar do Quadro Comunitário III (2000-2006). Enquanto

Ministra da Ciência, Inovação e Ensino Superior participei activamente na renegociação intercalar das áreas da Ciência, Inovação e Ensino Superior do Quadro Comunitário III.

O Conselho de Ministros de Óbidos decidiu fazer uma aposta estratégica concentrando na Ciência e Inovação os meios financeiros disponíveis na reprogramação dos fundos estruturais. Esta iniciativa estratégica foi concretizada através da criação de dois novos programas: o Programa Operacional Ciência e Inovação (POCI) e o Programa Operacional Sociedade do Conhecimento. Os meios financeiros disponibilizados para os dois programas foram de mil milhões de euros. As negociações com a Comissão Europeia decorreram durante o ano 2004 e os novos programas foram aprovados no final desse ano.

A execução do programa POCI decorreu entre 2005 e 2006 ou seja, durante a vigência dos governos liderados pelo Primeiro-Ministro José Sócrates. Na área da Ciência e Inovação o legado dos Governos Barroso e Santana Lopes aos Governos seguintes ascenderam a mil milhões de euros para investir em infraestruturas, projectos científicos e ensino superior – laboratórios, equipamento científico, cantinas e residências, projectos de investigação, projectos em consórcio com empresas para promover a produtividade e competitividade, formação avançada de investigadores e docentes, apoio à inserção de mestres e doutores nas empresas.

A execução destes programas contribuiu para a melhoria da maior parte dos indicadores de ciência e inovação, como por exemplo o número de doutores, de publicações científicas e do investimento em ciência e a inovação.



*Intervenção em sessão plenária, em Estrasburgo.*

Acompanhei toda a cadeia de concepção e revisão dos programas regionais desde a reprogramação intercalar do Quadro Comunitário III (2000-2006), que já mencionei, passando pela execução e reprogramação do quadro de 2007-2013 (secções 2 e 3) e a preparação do quadro 2014-2020, estes últimos enquanto deputada europeia (secções 4 e 5).

Após a aprovação do orçamento da UE para 2014-2020, Portugal teve de negociar com a Comissão Europeia a orientação que pretendia dar ao investimento europeu. Participei activamente neste debate apresentando as minhas ideias sobre como organizar o investimento europeu em Portugal de maneira que o mesmo contribuísse para ultrapassar as fragilidades estruturais do país (secção 6).

A articulação entre os diversos fundos europeus foi algo que sempre considerei poder encerrar potencialidades que mereciam ser exploradas. No entanto, as condições para que tal fosse possível tinham de ser criadas a montante, quando

da estruturação dos próprios fundos. Encetei este processo com o HORIZONTE 2020 abrindo espaço para que pudessem ser aproveitadas as suas sinergias com os fundos regionais (secção 8). Esta abordagem alicerçou-se numa concepção das políticas regionais designada especialização inteligente (secção 9).

## 5.2 - REPROGRAMAÇÃO DO QREN

O Quadro de Referência Estratégico Nacional para 2007-2013 assumia como grande desígnio estratégico “a qualificação dos portugueses e das portuguesas, valorizando o conhecimento, a ciência, a tecnologia e a inovação, bem como a promoção de níveis elevados e sustentados de desenvolvimento económico e sociocultural e de qualificação territorial, num quadro de valorização da igualdade de oportunidades e, bem assim, do aumento da eficiência e qualidade das instituições públicas.” A prossecução deste grande desígnio estratégico era apoiada pelos Fundos Estruturais (FEDER e Fundo Social Europeu) e pelo Fundo de Coesão. A prossecução do desígnio estratégico enunciado era assegurada pela concretização de três grandes agendas temáticas: Agenda para o Potencial Humano, Agenda para os Factores de Competitividade e Agenda para a Valorização do Território.

A concretização das três agendas temáticas foi operacionalizada através de Programas Operacionais gerais (Potencial Humano - FSE, Factores de

Competitividade – FEDER e Valorização do Território - Fundo de Coesão); regionais do Continente; regionais da Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira; de cooperação territorial transfronteiriça (Portugal - Espanha e Bacia do Mediterrâneo); de cooperação transnacional (Espaço Atlântico, Sudoeste Europeu, Mediterrâneo e Madeira-Açores-Canárias); de cooperação inter-regional; bem assim como por Programas Operacionais de Assistência Técnica (FEDER e Fundo Social Europeu).

O programa contemplava um cofinanciamento nacional ambicioso, superior ao exigido pela Comissão Europeia, em virtude de ter sido desenhado antes da crise económica e social que afectou o país. Por outro lado, as políticas europeias, como por exemplo a estratégia para a energia e as políticas de combate às alterações climáticas, sofreram alterações já depois do programa ter sido aprovado.

Com o advento da crise internacional, que contribuiu fortemente para tornar mais patentes as fragilidades da nossa economia, tornou-se urgente reprogramar o programa de forma a colocá-lo ao serviço da recuperação do país. A reprogramação deveria ser acompanhada por uma simplificação e desburocratização de procedimentos de forma a aumentar a taxa de execução do programa e a diminuir o cofinanciamento nacional, o que veio a acontecer.

Em diversas intervenções e artigos de opinião<sup>1</sup> denunciei a excessiva complexidade e burocracia dos programas de desenvolvimento regional, as quais tornavam a respectiva execução numa tarefa de grandes proporções. Chamei também a atenção para o desfasamento, cada vez mais patente, das prioridades estabelecidas relativamente à realidade do país. A ênfase dos programas era colocada nas

infra-estruturas. Todavia, a realidade exigia que se desse prioridade ao apoio às PME, ao desenvolvimento da inovação e da competitividade. Face à crise que atingia o país era crucial também obter a redução do cofinanciamento nacional em todos os programas onde tal fosse possível.

Devido aos factores já enumerados – elevada taxa de cofinanciamento nacional, complexidade e burocracia excessivas, inadequação à realidade nacional, crise económica e social – insisti muito, nos mais variados *fora* portugueses, para que a reprogramação do Programa-Quadro fosse feita quanto antes. A reprogramação podia ter sido feita durante o Governo do Primeiro-Ministro José Sócrates, mas só veio a acontecer no Governo do Primeiro-Ministro Passos Coelho. Nesta altura a reprogramação já não era apenas necessária, tinha-se tornado urgente.

Eram necessárias medidas eficazes e pragmáticas. Ora Portugal, à semelhança de outros países europeus, inclui vastas regiões de coesão que, por isso mesmo, tinham à sua disposição avultados fundos oriundos da União Europeia. Deste facto decorriam dois aspectos sobre os quais os decisores políticos tinham de reflectir urgentemente e para os quais chamei a atenção diversas vezes em artigos de opinião e intervenções orais<sup>2</sup>.

O primeiro aspecto passava por acelerar a execução dos fundos estruturais a que Portugal tinha direito. A taxa de execução encontrava-se em escassos 23% no ano de 2010. Este facto era tanto mais preocupante quanto mais avultados eram os fundos despendidos sistematicamente em obras que pouco iriam contribuir para o crescimento do país. Acções no sentido de acelerar a execução dos

fundos podiam contribuir para estancar a progressão preocupante da taxa de desemprego. Realcei que se o programa português QREN ajudasse cada PME portuguesa a empregar, pelo menos, um novo trabalhador, o problema do desemprego ficaria resolvido em Portugal.

O segundo aspecto consistia em aproveitar a oportunidade que representava o período de revisão intercalar dos fundos estruturais, o qual teria início em 2010.

Entretanto tinha-se tornado claro que os dois factores que indiquei estavam intimamente relacionados. A explicação para a baixa taxa de execução dos fundos comunitários não se esgotava na falta de vontade política ou na ineficácia dos serviços relativamente a esta questão. Paulatinamente tinha-se instalado o sentimento de que a complexidade e a falta de flexibilidade dos programas de financiamento, aliadas à morosidade no processamento das candidaturas, constituíam um importante factor dissuasor na execução dos fundos comunitários.

Assim, passei a sublinhar que a revisão intercalar dos fundos estruturais deveria ser encarada como a oportunidade soberana para agilizar e flexibilizar a utilização destes fundos. Isto era tanto mais relevante numa conjuntura de crise, em que estes fundos podiam ser reorientados para investimentos produtivos com efeito directo na competitividade da economia e na criação de emprego.

Reiterei que o governo português devia pedir urgentemente uma revisão intercalar do QREN e não devia deixar o problema arrastar-se, como o tinha feito com o pedido de ajuda ao FEEF (Fundo Equilíbrio Económico e Financeiro), até ao ponto de a sua acção perder eficácia e tornar-se ela própria

um problema. A revisão deveria ser conduzida no sentido da flexibilização das regras de participação e do redireccionamento das prioridades para factores potenciadores do crescimento económico, como por exemplo, a inovação e as PME.

Quando o Governo do Primeiro-Ministro Passos Coelho deu início ao processo de reprogramação o país estava confrontado com medidas severas de austeridade e o QREN poderia constituir um instrumento chave de dinamização do crescimento da nossa economia.

Tornei bem claro que deveríamos apostar nas áreas que mais contribuem para o desenvolvimento e o emprego, como sejam os cursos de especialização tecnológica, o ensino superior, a inovação, a eficiência energética, as alterações climáticas, a recuperação urbanística, a competitividade industrial, entre outras. Sugerí que se pedisse a redução do cofinanciamento nacional para o mínimo exigido pela Comissão Europeia; que parte do cofinanciamento nacional fosse realizado em espécie – por exemplo em horas de trabalho; e que se negociasse um cofinanciamento nacional ainda menor para o ano seguinte, sendo que este seria compensado nos anos posteriores.

Em paralelo bati-me no Parlamento Europeu por que fossem dados passos significativos no sentido da simplificação e da desburocratização das regras dos fundos. Em tempos de crise, como são aqueles em que vivemos, os Europeus que habitam regiões menos desenvolvidas, deveriam receber um sinal de confiança, um sinal de que a Europa continuava a contar com eles para construir um espaço privilegiado para viver e trabalhar.

Entre outras coisas, o Governo conseguiu que o



cofinanciamento nacional baixasse para entre 5 e 15 por cento. Um resultado excelente que se deveu em parte à intervenção directa do Presidente Barroso.

## 5.3 - CONTRIBUTO PARA MELHORAR A EXECUÇÃO. EFEITO DIFUSOR

---

O Governo anterior tinha decidido utilizar em Lisboa algumas verbas comunitárias inicialmente destinadas às regiões mais desfavorecidas, valendo-se do chamado “efeito difusor”. Considerei que se tra-

tava de uma utilização abusiva desta prerrogativa e decidi denunciar o facto.

Em Outubro de 2009 interpelei a Comissão Europeia para que esta averiguasse a alteração ao Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão que havia sido proposta pelo Governo português. Esta alteração, a ser aceite, iria permitir que as verbas destinadas às Regiões de Convergência (Norte, Centro, Alentejo e Açores) fossem investidas na Região de Lisboa. O Governo pretendia valer-se do chamado “efeito difusor”, o mecanismo que permite executar em Lisboa verbas destinadas a outras regiões.

A minha primeira intervenção na sessão plenária do PE foi exactamente para denunciar a utilização abusiva por parte do Governo português de verbas destinadas originalmente às regiões mais carenciadas<sup>3</sup>. No meu entender esta prática podia consubstanciar uma violação do princípio da coesão económica e social, princípio que constitui um pilar essencial do projecto europeu.

A denúncia teve um grande eco nos meios de comunicação portugueses. Alguns dirigentes nacionais da região Norte também se pronunciaram sobre o assunto e manifestaram o seu desagrado pelo facto de o Governo utilizar em Lisboa verbas destinadas pela Comunidade Europeia à sua região. Os autarcas mostraram-se indignados também com o facto de essas verbas, apesar de serem gastas em Lisboa, no final serem contabilizadas como investimentos realizados na sua região.

Em consequência de todos estes protestos e denúncias – o Porto chegou mesmo a levar o assunto a tribunal – o governo corrigiu a situação.

## 5.4 - REGIÕES DE TRANSIÇÃO

---

A política de coesão até fim de 2013 era organizada em torno de dois conceitos: “regiões de convergência” e “regiões de competitividade”. As regiões eram classificadas como sendo de convergência se o seu PIB fosse inferior a 75% da média da UE e de competitividade no caso do respectivo PIB ficar acima desse valor. Existia também um mecanismo de transição para as regiões que saíssem do grupo de convergência, por o seu PIB ter ultrapassado 75% da média da UE, e entrassem no grupo da competitividade, mas não existia uma categoria intermédia de regiões. Em Portugal, o Norte, o Centro, o Alentejo e os Açores eram regiões de convergência e o Algarve tinha deixado de ser uma região de convergência e entrado no mecanismo de transição.

Além da questão da equidade, esta situação criava um problema no desenho e implementação da política. As regiões ainda com uma situação socio-económica frágil, desemprego elevado, problemas estruturais e capacidade fiscal baixa acabavam por obter da UE um apoio idêntico ao das regiões mais competitivas. Por exemplo, a região grega da Macedónia Central (82% da média da EU) e Londres (338% da média da EU) eram tratadas da mesma forma.

Apoiei no PE a criação de um tipo intermédio de regiões de transição. As regiões intermédias deveriam cobrir os PIBs entre 75% e 90% e assegurar que a solidariedade não terminava em 75%.

Felizmente as regiões de transição foram adoptadas no novo orçamento da UE para 2014-2020. Assim, o Algarve, será a única região de transição portuguesa e será beneficiado no actual Quadro Europeu em comparação com a situação que teria se não existissem regiões de transição.

## 5.5 - ORÇAMENTO EUROPEU

---

O orçamento europeu é um instrumento fundamental da política europeia. De acordo com o estipulado no Tratado de Lisboa, o orçamento plurianual da União Europeia, para o período de 2014 a 2020, tem de ser aprovado pelo Parlamento Europeu. Esta é uma prerrogativa nova que o Parlamento Europeu alcançou após um longo processo de consolidação dos seus poderes. Por esta razão a aprovação do orçamento da União Europeia pelo Parlamento Europeu tem um significado político que torna as negociações particularmente delicadas. Tanto mais quando a proposta do Conselho Europeu pretendia que o montante global do orçamento 2014-2020 fosse inferior ao dos anos anteriores.

A Comissão Europeia propôs um Orçamento no valor de 1028 milhares de milhões de euros a preços constantes de 2011. Todavia a posição do Conselho foi no sentido de diminuir o orçamento.

O Reino Unido liderou a pressão dos países contribuintes para que o orçamento europeu fosse significativamente reduzido. No Conselho Europeu

o Primeiro-Ministro David Cameron acenou abertamente com a possibilidade de veto.

Pela primeira vez na história da comunidade europeia foi aprovado um orçamento europeu inferior ao dos anos anteriores. O orçamento do período 2007-2013 tinha ascendido a 993 mil milhões enquanto o que resultou das negociações entre o Conselho, o Parlamento e a Comissão para o período 2014-2020 reduziu este valor em 33 mil milhões. A nova proposta global é de 960 mil milhões de euros. Em média os países europeus perderam 13.1% das verbas.

O Governo português conseguiu que Portugal perdesse apenas 9.7% das verbas. Assim, apesar da significativa redução do orçamento global, Portugal obteve, no conjunto da política da coesão e da política agrícola comum, um valor de 27.8 mil milhões de euros para os próximos sete anos, o que resulta num valor anual de cerca de 3971 mil milhões de euros. Portugal garantiu 10.8 milhões de euros por dia até 2020 através de fundos que vão ser articulados num Quadro Estratégico Europeu (QEE). Esses fundos terão como objectivo criar emprego, reforçar a competitividade das empresas, contribuir para a coesão económica, social e territorial, apoiar a agricultura e a pesca e apoiar o desenvolvimento rural. Ainda neste orçamento, destaque como aspectos positivos para Portugal o aumento das verbas para a investigação, educação, juventude e desporto. Portugal pode ainda beneficiar até 2016 de uma majoração da taxa de cofinanciamento em 10 pontos percentuais. Isto significa que a taxa de cofinanciamento na Política de Coesão (FEDER, FSE, FC) poderá atingir os 95% e no Desenvolvimento Rural (FEADER) os 85%. Terá ainda um cheque adicional de 1000 milhões

de euros para a política de coesão e 500 milhões do FEADER são financiados a 100%.

Há que realçar o papel determinante desempenhado pelo Presidente da Comissão europeia, José Manuel Durão Barroso, neste processo negocial. A sua intervenção viabilizou a aprovação dos dois envelopes extra - 1000 milhões para a política de coesão e de 500 milhões para o desenvolvimento rural. É também de extrema importância o facto dos 500 milhões destinados ao desenvolvimento rural não virem acompanhados da usual exigência de cofinanciamento nacional, em virtude de o país se encontrar sob um programa de assistência financeira.

O orçamento europeu 2014-2020 ficou distribuído da seguinte forma: 47% para coesão e competitividade para o crescimento e emprego; 38.9% para ajudas directas aos agricultores, despesas de mercado, pescas e desenvolvimento rural; 6.4% administração; 6.1% política externa e 1.6% cidadania, liberdade, segurança e justiça. Apenas 6% do Orçamento da UE se destina a despesas com as instituições da UE e à máquina administrativa. 94% do orçamento foi destinado ao investimento nos diversos Estados Membros e não há nenhum orçamento de Estado nacional com tão baixa taxa de despesas institucionais e administrativas.

Apesar do corte substancial, a versão final do orçamento da UE contempla um aumento de 37.3% para a componente da competitividade, onde estão incluídos o programa de ciência e inovação (HORIZONTE 2020), os programas na área do espaço (GALILEO e COPERNICUS), o programa destinado às PME (COSME) e o programa para a fusão nuclear (ITER).

As negociações sobre o orçamento da UE, os cha-

mados trilogos, entre a Comissão, o Conselho e o Parlamento, foram longas e tensas. Considerando os cortes que foram colocados em cima da mesa, e conhecida que é a posição do PE de não aceitar uma redução do orçamento, existiu o risco real das propostas do Conselho serem vetadas pela maioria dos eurodeputados. Uma expressiva maioria em Estrasburgo defendia que a crise devia ser pretexto para aumentar, não reduzir, os recursos das políticas europeias. Na ausência de entendimento entre Governos e europarlamentares, as finanças da UE entrariam em regime de duodécimos a partir de 2014. Felizmente, tal não ocorreu, tendo a UE aprovado um orçamento para o período 2014-2020 inferior ao de 2007-2013, mas conseguindo, ainda assim, aumentar substancialmente as áreas de ciência, inovação, PME e espaço.

## 5.6 - NOVO QUADRO ESTRATÉGICO EUROPEU – PORTUGAL 2020

As orientações estratégicas e as principais regras de utilização do financiamento europeu que irá ser gerido em Portugal estão contidas no Quadro Estratégico Europeu para 2014-2020, actualmente denominado PORTUGAL 2020. Este quadro incorpora cinco fundos europeus: o FEDER, o Fundo Social Europeu e o Fundo de Coesão – os três fundos do actual QREN – e ainda o Fundo Agrícola

de Desenvolvimento Rural e o Fundo dos Assuntos Marítimos e das Pescas. As políticas consagradas no QEE entraram em vigor no dia 1 de janeiro de 2014.

Portugal teve de definir as prioridades de investimento dos fundos europeus no país e negociar com a Comissão Europeia a orientação que pretendia dar ao investimento europeu. Fiz questão de contribuir de forma activa, através de artigos de opinião e apresentações no Parlamento e noutros *fora* nacionais para o debate sobre as prioridades que o país deveria adoptar. Em Portugal o debate sobre este assunto teve início oficial a 8 de Janeiro de 2013 na conferência sobre o Quadro Estratégico Europeu realizada na Culturgest.

A convite do Governo português apresentei a minha visão<sup>4</sup> de como a execução dos fundos europeus poderia contribuir de forma decisiva para que o país ultrapasse as suas fragilidades, tanto estruturais como conjunturais. Sabe-se, por estudos da Comissão Europeia, e não só, que Portugal se debate no essencial com três dificuldades: a baixa competitividade da economia, o desemprego elevado e o uso ineficiente dos recursos naturais e da energia. Apesar dos avultados investimentos efectuados na economia e no sistema de ensino desde a adesão às comunidades europeias ainda não foi possível ultrapassar as fragilidades assinaladas.

Face ao quadro vigente na altura teve de ser delineada uma abordagem à execução do Quadro Estratégico Europeu para 2014-2020 que garantisse de forma eficaz que os novos investimentos contribuiriam para a saída da crise, para o relançamento do crescimento económico, a criação de emprego, a inclusão social e o aumento das exportações. Esta abordagem era essencial, pois, como tive ocasião

de referir na conferência, no futuro próximo os fundos do QEE serão o principal instrumento de investimento público em Portugal.

Face aos enormes desafios económicos e sociais com os quais nos deparamos, é fundamental que a orientação política passe por uma concentração num número limitado de prioridades, garantindo o máximo valor acrescentado e o maior impacto possível na economia e na sociedade. Os novos programas devem dar prioridade à competitividade e um importante estímulo à competitividade pode ser dado através da modernização da base empresarial e industrial do país, sobretudo através da inovação. O país precisa de investir em ciência, inovação, educação e formação, de modo a desenvolver as competências necessárias ao mercado de trabalho e promover a criação do conhecimento que, posteriormente, se traduz na produção de bens e serviços mais inovadores.

Os próximos sete anos serão cruciais para Portugal. O actual quadro comunitário será essencial para criar as bases de uma economia competitiva e eficiente que proteja e valorize os recursos naturais, proporcione qualidade de vida aos cidadãos, contribuindo para o crescimento económico e a criação de emprego.

A capacidade de Portugal para enfrentar os desafios da globalização, da competitividade, do crescimento económico, da criação de emprego, da preservação e valorização dos recursos naturais, da segurança do abastecimento de energia depende da boa execução do programa de ajustamento em curso, mas também da forma como Portugal conseguir tirar partido das suas capacidades instaladas – dos recursos endógenos, das excelentes

infraestruturas de que dispõe e da excelência do potencial científico – que a aplicação apropriada do próximo quadro comunitário permitirá potenciar e desenvolver.

## 5.7 - ESPECIALIZAÇÃO INTELIGENTE

---

A especialização inteligente é um conceito chave para a construção de pontes entre os fundos estruturais e os programas dirigidos à competitividade, como é o caso do HORIZONTE 2020, pois o conceito sustenta uma visão nova das políticas regionais que passa pela identificação das vantagens competitivas que permitem definir as prioridades para a investigação e a inovação ao nível especificamente regional.

A especialização inteligente, como nova concepção da política regional, foi desenvolvida entre 2005 e 2009 no seio do grupo de peritos “Knowledge for Growth”, ao qual tive a honra de pertencer. O grupo foi criado por Janez Potočnik quando desempenhava o cargo de Comissário para a Ciência e Investigação.

A abordagem da especialização inteligente sugere que os países ou regiões devem identificar e seleccionar um número limitado de áreas prioritárias para canalizar o investimento no conhecimento, focando-se nos pontos fortes de uma região e nas suas vantagens comparativas.

Considerar que as universidades, instituições de ensino superior e centros de investigação desempenham um papel crucial no processo de definição e implementação da especialização inteligente é algo não só natural como também baseado na análise da realidade europeia que demonstra que as regiões mais ricas são as que se desenvolvem em redor de universidades de excelência.

## 5.8 - FUNDOS REGIONAIS E HORIZONTE 2020

---

Como venho a referir, a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação são fundamentais para o desenvolvimento económico e a criação de emprego, sendo o HORIZONTE 2020 uma pedra angular da política europeia nesta matéria. Por outro lado, no plano regional, são perseguidos objectivos de promoção e reforço da competitividade das regiões. Tem pois sentido aprofundar a complementaridade entre a política de investigação e inovação e a política regional construindo pontes entre as duas. Foi com este propósito que introduzi no relatório HORIZONTE 2020 a possibilidade de serem criadas sinergias entre o programa HORIZONTE 2020, centrado na investigação científica e na inovação, e os fundos estruturais, mais focados nas questões do desenvolvimento regional. O exame detalhado deste assunto levou-me a propor um conjunto de recomendações que sistematizei num artigo sobre as sinergias entre o programa quadro para a investigação e os fundos estruturais<sup>5</sup>.

As pontes entre o HORIZONTE 2020 e os fundos estruturais devem ser construídas nos dois sentidos. No HORIZONTE 2020 foram introduzidos os conceitos de “disseminação da excelência” e “alargamento da participação”. O objectivo era promover actividades de ligação em rede e geminação de instituições de investigação, a fim de estabelecer e reforçar as parcerias entre as unidades de investigação e as principais congéneres internacionais. Isto seria uma forma de a Europa investir em unidades embrionárias de excelência, como pequenos grupos de investigação, e construir start-ups altamente inovadoras.

Paralelamente, trabalhei com o eurodeputado Lambert van Nistelrooij responsável pelo relatório sobre os fundos estruturais para conceber pontes entre os fundos estruturais e o HORIZONTE 2020. Pela sua natureza, os fundos estruturais têm um papel complementar ao HORIZONTE 2020. A montante do HORIZONTE 2020, os fundos estruturais podem ser utilizados para a capacitação e, a jusante, os fundos estruturais permitirão ajudar a suavizar a passagem da concepção para o mercado.

Por exemplo, os fundos estruturais podem capacitar as instituições preparando-as para a competição internacional através de financiamento à formação de clusters, a bolsas de investigação e equipamento científico. Adicionalmente estes fundos podem financiar a comercialização e passagem para o mercado de conceitos e ideias desenvolvidas em projectos de investigação.

CAPÍTULO 6  
PAÍSES EM  
DESENVOLVIMENTO





## 6 - PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO

### 6.1 - INTRODUÇÃO

---

O meu trabalho com os países em desenvolvimento desenrolou-se essencialmente por duas vias: através da participação nos trabalhos das delegações a que pertenço, designadamente ACP (secção 2) e EUROMED (secção 9), e através da ligação do PPE e da Fundação Adenauer aos partidos dos países em desenvolvimento que pertencem à família política do PPE. Além dos países ACP e EUROMED, acompanhei de perto o processo de abertura política da Birmânia, sobretudo o percurso notável da líder da oposição birmanesa, Aung San Suu Kyi<sup>1</sup> (secção 1). Na impossibilidade de seguir todos os países decidi concentrar a minha atenção em alguns países ACP mais frágeis – pequenos estados insulares, como por exemplo Cabo Verde (secção 7), em países com grandes territórios desérticos, como é o caso do Mali (secção 5), que se debatem com problemas importantes de sustentabilidade e por vezes de sobrevivência e ainda em países que atravessam períodos de instabilidade política como foi o caso da Guiné Conacri, da Costa do Marfim e de Moçambique (secções 3, 4 e 6).

No EUROMED segui de perto a questão argelina, pois considero a Argélia um país com particular importância geoestratégica, tanto para a Europa no seu conjunto como para o nosso país em parti-

cular, e também por existir uma certa apatia, diria mesmo esquecimento, dos europeus em relação a este espaço vizinho (secção 10).

O PPE desenvolve um trabalho político importante de formação, aconselhamento e debate com os líderes dos partidos políticos africanos da mesma área política através do Diálogo de Vindouque e também na região do EUROMED, tanto num caso como no outro com o apoio da Fundação Adenauer (secção 12).

A cooperação na área da saúde desempenha um papel crucial na batalha contra o subdesenvolvimento. Um programa exemplar neste domínio é o programa europeu EDCTP de ensaios clínicos e desenvolvimento de vacinas, para o qual tive a oportunidade de contribuir em vários aspectos durante o meu mandato europeu (secção 8).

### 6.2 - ACP

---

A Assembleia Parlamentar Paritária África, Caraíbas, Pacífico - União Europeia (APP ACP-UE) foi criada com o desiderato de reunir os representantes eleitos da Comunidade Europeia – os membros do Parlamento Europeu – e os representantes eleitos dos Estados africanos, das Caraíbas e do Pacífico (países ACP) que subscreveram o Acordo de Cotonou, o qual gere as relações de cooperação da UE com vista ao desenvolvimento económico, social e cultural dos países ACP. O acordo foi assinado em Junho de 2000 para um período de 20 anos.

A composição e os métodos de trabalho da APP são adequados aos fins que prossegue. Ao abrigo do acordo de Cotonou, os representantes dos 78 países ACP são membros da APP, reunindo-se a assembleia em sessão plenária, com a duração de uma semana, duas vezes por ano. As reuniões da APP ocorrem alternadamente num país ACP e num país da UE. Os trabalhos são conduzidos por dois presidentes eleitos pela APP, os quais dirigem o Bureau da APP constituído por 24 vice-presidentes (12 europeus e 12 ACP) também eleitos pela APP. O Bureau reúne-se várias vezes ao ano para assegurar a continuidade do trabalho da APP e para preparar novas iniciativas destinadas principalmente ao reforço e aprofundamento da cooperação. O Bureau também analisa questões políticas relevantes e adopta posições relativamente a todos os casos de direitos humanos.

Em 2003 foram criados três comissões permanentes – Comissão dos Assuntos Políticos, Comissão do Desenvolvimento Económico, Finanças e Comércio e Comissão dos Assuntos Sociais e Ambiente - para elaborar propostas mais substantivas, as quais são posteriormente votadas na APP. Em 2009 depois de iniciar o meu mandato como deputada ao Parlamento Europeu fui eleita co-Presidente da Comissão do Desenvolvimento Económico, Finanças e Comércio da ACP-UE. As minhas intervenções foram todas no sentido da defesa dos países com maiores fragilidades e menos desenvolvidos.

O acordo de Cotonou, assinado em Junho de 2000, pode ser revisto de cinco em cinco anos. Por ocasião da revisão do Acordo de Cotonou, em 2010, fiz várias intervenções<sup>1</sup> alertando para o impacto das alterações climáticas, a segurança

energética, a capacitação e a educação nos países ACP. O aquecimento global é uma ameaça e, simultaneamente, uma oportunidade para levar a cabo medidas adequadas. Os recursos energéticos renováveis de que estes países dispõem são indispensáveis para o seu desenvolvimento económico e social e permitem que os mesmos avancem para uma situação de independência do ponto de vista da energia, o que os auxiliará a fazer face à crise global. O investimento na educação e na capacitação é igualmente fundamental para o combate à pobreza, ao desemprego, à emigração e à fuga de cérebros destes países.

## Cuidados de saúde

Um tema que segui durante os últimos cinco anos foi a formação de técnicos de saúde nos países ACP. No seu relatório sobre o “Fortalecimento do sistema de saúde para uma cobertura universal de saúde e de protecção social” a Organização Mundial de Saúde sublinhava a necessidade do incremento do número de trabalhadores na área da saúde, sobretudo nos países membros da APP ACP-UE.

Aproveitei esta chamada de atenção da parte da Organização Mundial de Saúde, apresentada na 19ª Sessão da Assembleia Parlamentar Paritária ACP-UE, que decorreu na última semana de Março de 2010 em Tenerife, para intervir no debate<sup>2</sup> que se seguiu e dar nota da minha concordância com o apelo da Organização Mundial de Saúde. Referi que “o mundo não tem suficientes profissionais da saúde, e muitos dos profissionais da saúde formados nos países ACP, emigram para os países desenvolvidos pela falta de condições e de oportunidades. Com o crescente envelhecimento



*Durante a intervenção na 21ª Sessão da Assembleia Parlamentar Paritária ACP-UE em Budapeste.*

da população, precisamos de mais e melhores profissionais nesta área.”

Ainda no uso da palavra chamei a atenção para o facto de uma licenciatura em medicina representar um investimento médio de 15 000 Euros por ano, por estudante, enquanto uma licenciatura nas áreas sociais e humanas representar um investimento de 2500 Euros por ano por estudante, bem assim como para a circunstância de as restrições das finanças públicas que se verificavam na altura desencorajarem os Governos de incrementar o número de estudantes nas universidades de medicina. A carência de médicos nos países ACP é um dado irrefutável e, por isso, fiz questão em exortar os Governos europeus a olharem para além da crise e a não deixarem de aumentar o número de estudantes no sector da saúde.

### Alterações climáticas

A preocupação com as alterações climáticas esteve sempre presente no meu trabalho com os países

em desenvolvimento. O impacto financeiro e económico deste fenómeno nos países ACP foi um assunto muito debatido durante a já mencionada 19ª sessão da APP em Tenerife. Na minha intervenção sobre este tema<sup>3</sup> chamei a atenção dos deputados para o facto dos países ACP “terem sido os que menos contribuíram para as alterações climáticas mas serem hoje os que sofrem as consequências mais severas das mesmas. As alterações climáticas constituem uma séria ameaça ao trabalho desenvolvido no sentido da redução da pobreza, ao abastecimento de água e energia, à segurança alimentar e à saúde. As alterações climáticas irão contribuir de forma severa para o aumento da vulnerabilidade e fragilidade dos países menos desenvolvidos e dos pequenos países insulares. Salientei também que “o investimento necessário para o combate às alterações climáticas nos países em desenvolvimento não pode provir exclusivamente de fundos públicos – o sector privado também é chamado a contribuir. São necessários mecanismos de financiamento inovadores e um modelo novo de governação global que assegure uma maior participação dos países ACP”.

O fenómeno das alterações climáticas e o seu impacto nos países em desenvolvimento é um assunto que me é particularmente caro em virtude da minha actividade profissional e académica. De facto, muito antes de entrar na política, em 2000, durante a presidência portuguesa da UE, tirei um ano sabático do IST, onde sou professora, para participar, na qualidade de especialista do Ministério do Ambiente, nas negociações que conduziram à entrada em vigor do primeiro período de cumprimento do Protocolo de Quioto. Anos mais tarde, no final de 2010, fui nomeada relatora para o PPE do relatório “Pós-Copenhaga: transferên-



cia de tecnologias, novas tecnologias e reforço das capacidades técnicas nos países ACP”<sup>4</sup>. Este relatório apresenta recomendações no âmbito da inovação, desenvolvimento e transferência de tecnologias de baixa emissão de carbono para países ACP como forma de fazer face ao desafio das alterações climáticas.

Neste relatório introduzi emendas nas quais salientei que é importante “identificar as experiências, barreiras e oportunidades nacionais dos países

ACP ... e adaptar as abordagens de transferência de tecnologia às condições locais.” A capacitação, técnica e institucional, deve ser um objectivo prioritário, e não apenas uma medida parcelar de transferência de tecnologias. Devem ser ultrapassadas questões como a saída de pessoal qualificado, nomeadamente devido a baixos salários e a fracas condições de trabalho. Embora o relatório inicial já faça referência à cooperação entre empresas, organismos públicos e instituições de investigação em países desenvolvidos e países ACP, sublinhei a importância de efectuar “parcerias com instituições intergovernamentais, mas também ao nível local, com organizações não-governamentais e organizações que envolvem a comunidade.”

No que concerne a aspectos tecnológicos, considero que as tecnologias devem ser limpas e de baixo carbono, mas também eficientes e economicamente viáveis. A sua adopção deve requerer uma abordagem holística e sustentável, incluindo questões sociais, institucionais, ambientais, económicas e de saúde, e dando resposta, ao mesmo tempo, à mitigação e adaptação às alterações climáticas.

No documento final integrei ainda a necessidade de “beneficiar mais os países ACP no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo e de considerar as fragilidades económicas dos países menos desenvolvidos e as dificuldades de se criarem economias de escala em ilhas pequenas e remotas”.

## Modernização da economia

Outro relatório que me foi confiado pelo PPE em Outubro 2013, na qualidade de relatora sombra, foi o relatório “Regional integration and moderni-

sation of customs for sustainable development in the ACP Countries in cooperation with the EU”<sup>5</sup>.

Como é reconhecido no relatório, as alfândegas têm um papel vital na cobrança dos direitos sobre os bens e esta é uma fonte crucial de receitas para o orçamento público, especialmente para o conjunto de Estados ACP que lutam com altos níveis de défice e, em alguns casos, dívida pública. As administrações aduaneiras são de facto cruciais na aplicação de medidas comerciais, mas também na detecção de crimes, principalmente tráfico e crimes fiscais.

Apoiei o relator principal em todas as suas recomendações, nomeadamente no que diz respeito à modernização e eficiência das alfândegas e a uma cooperação mais estreita entre os serviços aduaneiros. Como forma de alcançar a modernização é importante encorajar e apoiar aspectos como o recrutamento e formação de peritos aduaneiros, a instalação de infra-estruturas técnicas adequadas, incluindo as TIC, a simplificação dos procedimentos e a redução da burocracia. Por outro lado, não devemos esquecer que o aprofundamento da integração regional entre os países ACP, como resultado da modernização das respectivas alfândegas, necessita de uma boa governação e transparência em matéria aduaneira, bem como um quadro legislativo eficaz. Como parlamentares, temos de encorajar a adopção ou alteração de legislação que sustente estes esforços, assegurando durante o processo a plena participação dos respectivos parlamentos nacionais e as partes interessadas relevantes.

Já no fim do mandato em Novembro de 2013, durante a 26ª Sessão da Assembleia Parlamentar Paritária ACP-UE que teve lugar em Adis Abeba, Etiópia, fui nomeada relatora principal para a

“Private sector development strategy including innovation for sustainable and inclusive development”<sup>6</sup>, tema que foi aliás proposto por mim por considerar que o desenvolvimento do sector privado da formação e inovação constitui um pilar essencial para o crescimento económico dos países em desenvolvimento.

## Macroregiões

Durante o meu mandato, a nível dos países ACP, também se registaram progressos na área da política regional. Na UE existe a possibilidade de propor a criação de macro-regiões com a finalidade de aumentar a eficácia da política regional. Aliás, trata-se de uma ideia que, considero, devia ser aplicada em toda a UE. De qualquer forma existem bons exemplos deste tipo de política regional. A Estratégia do Mar Báltico, por exemplo, fornece um modelo de coordenação das políticas e do financiamento da UE em unidades territoriais geopolíticas – macro-regiões – definidas com base em critérios específicos. Esta estratégia, à semelhança da Estratégia para a Região do Danúbio e o respectivo Plano de Acção, satisfaz a necessidade de melhorar a mobilidade, a segurança energética, a protecção do ambiente, o desenvolvimento social e económico, os intercâmbios culturais, a segurança e a protecção civil nas regiões em causa.

Assim, na qualidade de Co-Presidente da Comissão do Desenvolvimento Económico, das Finanças e do Comércio, dinamizei os trabalhos da comissão dedicados ao “Espaço de Cooperação Atlântico Euro-Africano e à incorporação das regiões ultra-periféricas no processo de integração regional na África Ocidental”. Durante a sessão subordinada ao tema “O Espaço de Cooperação Atlântico Euro-

-Africano” foi apresentado e criado o grupo de trabalho ACP-RUP (Regiões Ultraperiféricas da União Europeia, os Departamentos franceses do Ultramar e os países ACP vizinhos dessas regiões)<sup>7</sup>. O grupo de trabalho ACP-RUP foi constituído com o objectivo de sensibilizar a Comissão Europeia para a criação de um espaço de cooperação – “Espaço Atlântico Euro-Africano” – entre as regiões ultra-periféricas das Canárias, dos Açores e da Madeira com os países ACP e assim dinamizar o diálogo e a cooperação entre as RUP e os países ACP vizinhos no âmbito da Assembleia Parlamentar Paritária.

Durante a minha intervenção manifestei o meu apoio à constituição do grupo de trabalho ACP-RUP declarando que “desde o alargamento, a Europa tem esquecido a frente Atlântica. A criação do Espaço Atlântico Euro-Africano permitiria aprofundar as relações entre a costa sudoeste europeia, as RUP e os países vizinhos ACP, melhorando assim a cooperação em matérias tais como os transportes, a segurança energética, o intercâmbio científico, o desenvolvimento do turismo, a segurança e o combate à imigração ilegal. Declarei também que a “UE tem diversos instrumentos que se poderiam adaptar aos objectivos traçados, como as estratégias regionais (ao exemplo da estratégia do Mar Báltico) e ainda a política de vizinhança”.

## 6.3 - GUINÉ-CONACRI

---

Em 2 de Outubro de 1958, a Guiné-Conacri tornou-se um país independente com Sékou Touré como presidente. O seu governo tornou a Guiné-Conacri

uma ditadura de partido único com uma economia fechada. Sékou Touré morreu em 1984 e uma junta militar encabeçada pelo coronel Lansana Conté tomou o poder a 3 de Abril desse ano. O país continuou sem eleições democráticas até 1993, ano em que foram realizadas eleições. Lansana Conté ganhou-as numa disputa apertada. Cinco anos mais tarde, 1998, Lansana Conté foi reeleito. Em 22 de Dezembro de 2008, o presidente Conté faleceu tendo sido substituído por uma junta militar. Em Setembro de 2009 dezenas de milhar de manifestantes concentraram-se no maior estádio de Conacri para protestarem contra a iminente candidatura do chefe da junta militar, o capitão Mussa Dadis Camara, à eleição presidencial de Janeiro. A junta militar reprimiu o protesto com violência. O acto de repressão ocorreu numa altura em que a comunidade internacional pressionava o chefe dos golpistas, no poder desde 23 de Dezembro de 2008, para que respeitasse o compromisso de não se candidatar à eleição e de deixar o poder aos civis. O país viveu longos períodos de tensões étnicas e actos de violência político-étnicos relacionados com campanhas e acções eleitorais.

Em 2013, a República da Guiné-Conacri estava envolvida numa transição para a democracia. As eleições legislativas eram de grande importância para a conclusão desta transição e para a criação de novas instituições democráticas. Era de suma importância que o processo fosse transparente, pacífico, inclusivo e aberto a todas as forças democráticas do país.

Na 25ª sessão da APP ACP-UE que decorreu no PE em Bruxelas, entre 17 e 19 de Junho de 2013, no âmbito da Comissão do Desenvolvimento Económico, Finanças e Comércio, apresentei uma resolução

sobre a República da Guiné-Conacri<sup>8</sup> manifestando a solidariedade para com o povo da República da Guiné e os seus esforços para completar a transição para a democracia e para estabelecer um Estado genuinamente democrático.

Aproveitei para alertar para o risco de surtos de violência entre as comunidades e para apelar a todos os líderes políticos guineenses para contribuírem para um processo pacífico e democrático. Sublinhei também o imperativo de todos os lados demonstrarem responsabilidade e maturidade democrática. Por outro lado, a resolução também chamava a atenção para o facto de ser necessária a assistência técnica prestada pela União Europeia e por outros parceiros bilaterais e multilaterais, a fim de acompanhar o processo eleitoral e garantir que as eleições sejam transparentes e credíveis.

A resolução sobre a República de Guiné-Conacri foi aprovada pela Assembleia Parlamentar Paritária ACP-UE em Bruxelas a 17 de Junho de 2013.

## 6.4 - COSTA DO MARFIM

O mandato do presidente da Costa do Marfim, Laurent Gbagbo, terminava em outubro de 2005, mas a insegurança que grassava no país tornava impossível a realização de eleições democráticas e livres. Em consequência o seu mandato foi prolongado por um ano de acordo com uma proposta da União Africana apoiada pelo Conselho de Segurança da ONU. Todavia, nos anos seguintes a situação não melhorou

e as eleições acabaram por ser adiadas para Novembro de 2010.

Os resultados preliminares do acto eleitoral, anunciados pela Comissão Eleitoral, deram a vitória a Alassane Ouattara, com 54% dos votos. Os observadores internacionais consideraram que o acto eleitoral tinha decorrido de forma adequada, mas o partido de Gbagbo apresentou uma contestação dos resultados eleitorais no Conselho Constitucional.

Este Conselho, que incluía muitos apoiantes de Gbagbo, anulou uma parte dos votos e declarou que Gbagbo havia ganho as eleições com 51% dos votos.



*Com Presidente de Timor Leste José Ramos-Horta no Parlamento Europeu, Bruxelas*

A maioria dos países da ONU reconheceram a vitória de Ouattara e o Conselho de Segurança adoptou uma resolução nesse sentido baseado na posição da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO). A CEDEAO suspendeu a Costa do Marfim de todos os seus órgãos e a União Africana deixou de considerar o país como seu membro.

As negociações, acompanhadas por actos de violência, prolongaram-se por meses até Ouattara ter alcançado o controlo da maior parte do país. Gbagbo entrincheirou-se em Abidjan, a maior cidade do país. As organizações internacionais deram conta de inúmeros actos de violação dos direitos humanos da parte tanto das forças de Gbagbo como das de Ouattara. Em Abril de 2011 Gbagbo foi detido pelas forças de Ouattara.

Depois de Ouattara ter sido reconhecido internacionalmente como novo presidente e Gbagbo ter sido detido, tornava-se crucial que a Costa do Marfim encetasse a via da reconciliação nacional. Assim, em Maio de 2011, na 21ª Sessão da Assembleia Parlamentar Paritária ACP-UE, apresentei uma proposta de resolução urgente<sup>9</sup>, que veio a ser aprovada, na qual exortava a Comissão Europeia a conceder toda a ajuda humanitária que fosse necessária à Costa do Marfim e que insistisse em que os responsáveis pelas atrocidades cometidas, sobretudo contra a população civil, fossem identificados e levados à justiça.

A resolução apelava a que fosse diligenciado um espírito de reconciliação nacional e exortava o Presidente Quattara a restabelecer a estabilidade e a promover a unificação da Costa de Marfim. Eram condições necessárias para que a Costa do Marfim

pudesse reencontrar o caminho do desenvolvimento, da prosperidade e do crescimento económico. A resolução sobre a Costa do Marfim foi aprovada pela Assembleia Parlamentar Paritária ACP-UE em Budapeste no dia 17 de Maio 2011.

## 6.5 - MALI

---

Em 2002 o Mali elegeu como presidente da república Amadou Toumani Touré, um general reformado que havia desempenhado um papel central na revolução democrática e pacífica de Março de 1991. Durante a vigência do seu mandato o Mali foi considerado um dos países mais estáveis de África, tanto política como socialmente. No entanto as tensões entre os tuaregues, que habitam o norte do país, e as populações do sul, devido às condições climatéricas adversas, agudizaram-se e culminaram numa rebelião tuaregue no início de 2012, liderada pelo Movimento Nacional de Libertação do Azawad (MNLA).

Em Março do mesmo ano, explorando a insatisfação da população com a incapacidade do presidente Touré em reprimir a rebelião tuaregue, um oficial do exército, Amadou Sanogo, tomou o poder através de um golpe de estado. O golpe acabou por permitir que o MNLA assumisse o controlo das três regiões do norte do Mali, Tombuctu, Gao e Kidal e declarasse unilateralmente a sua independência como Azawad. Nem o Mali nem a comunidade internacional reconheceram o acto como legítimo.

A situação complicou-se mais quando grupos islâmi-

cos controlados pela Al-Qaeda, que anteriormente tinham auxiliado o MNLA a derrotar o Governo do Mali, se viraram contra os tuaregues e tomaram conta da região com o intuito de aplicar a sharia.

Em Janeiro de 2013, o exército francês interveio a pedido do Governo de Sanogo e com o auxílio das tropas do Mali devolveram o controlo do norte do país ao Governo do Mali.

As regiões norte do Mali penetram profundamente na parte central do Sahara, que no passado desempenhou um papel proeminente no controlo das rotas comerciais do ouro, do sal e dos escravos que atravessavam esta região. Após o estabelecimento das rotas marítimas pelos europeus, as rotas trans-saharianas perderam relevância. Todavia a República do Mali continua hoje a ser o terceiro maior produtor de ouro do continente africano e o seu papel na segurança da região do Sahel é fundamental. É sobretudo este último aspecto que torna a estabilização do Mali essencial não só para o norte de África mas também para a Europa.

Assim na minha intervenção na 25ª sessão da Assembleia Parlamentar Paritária ACP-UE, que decorreu em Bruxelas, em Junho de 2013<sup>10</sup>, salientei que, embora “a actual República do Mali já tenha sido palco de vários impérios de enorme riqueza cultural e religiosa e passagem obrigatória do comércio trans-sahariano durante séculos, ... com o estalar da actual crise, a situação deteriorou-se em termos políticos, de segurança e humanitários”. Por isso “a UE deve assumir a liderança na definição de uma estratégia para resolver os problemas da região do Sahel e tem um papel crucial a desempenhar para uma melhor integração entre os pilares de desenvolvimento e de segurança”.

No final da minha intervenção referi que era “fundamental que houvesse um esforço colectivo da UE e da ONU. A estabilização do Mali é essencial para a segurança de todo o Sahel, do norte de África, e também da Europa”. Por último manifestei o meu total apoio à resolução sobre a reconstrução e democratização do Mali aprovada na sessão plenária do PE em Estrasburgo.

## 6.6 - MOÇAMBIQUE

Durante o meu mandato segui com particular atenção a situação em Moçambique. Fi-lo essencialmente através do Diálogo de Vindique, uma rede que reúne os partidos do PPE, a Fundação Adenauer e os partidos africanos da família política do PPE. Foi através desta rede que observei o desenvolvimento do MDM (Movimento Democrático de Moçambique), partido criado em 2009. Nas últimas eleições autárquicas em Novembro de 2013, o MDM conseguiu ficar representado em 51 dos 53 municípios. Hoje o MDM governa três dos quatro municípios mais importantes do país (Beira, Quelimane e Nampula) e nas eleições alcançou resultados surpreendentes em Maputo e Matola.

A RENAMO não participou nas eleições. A FRELIMO venceu em 50 dos 53 municípios, tendo o MDM alcançado a vitória eleitoral nos restantes três municípios. Este partido da oposição beneficiou do acto de protesto da RENAMO e confirmou a sua implantação a nível nacional. Pascoal Mocumbi, ex-primeiro-ministro e um dos fundadores da Frelimo, examinou os resultados e admitiu publica-

mente que “a rotação no exercício do poder pode acontecer no país”.

Uma das exigências da RENAMO é a presença de observadores internacionais durante as negociações com o Governo moçambicano. Assim, na abertura formal da 26ª sessão da APP ACP-EU, em Addis Ababa, a 25 de Novembro de 2013, após a intervenção do Comissário Andris Piebalgs, pedi a palavra<sup>11</sup> para recordar que Moçambique vivia uma grave crise de segurança e que a sua população civil, após 20 anos de paz, não deseja voltar à guerra e à violência e exige que o diálogo entre as partes envolvidas seja retomado. De seguida perguntei ao Comissário Europeu para o Desenvolvimento, Andris Piebalgs, qual poderia ser o papel da UE no sentido de contribuir para o diálogo no terreno e para a consolidação da paz, da estabilidade e do crescimento económico em Moçambique. O Comissário assumiu que a UE poderia actuar como observadora ou facilitadora nas negociações entre as duas partes envolvidas desde que as partes para tal a solicitassem.

## 6.7 - CABO VERDE - PARCERIA ESPECIAL COM A UNIÃO EUROPEIA

---

Com a finalidade de aprofundar as relações entre Cabo Verde e a União Europeia em matérias de

desenvolvimento sustentável, energia, investigação científica, educação e política de vizinhança, entre outros, e ajudar Cabo Verde a melhor explorar as oportunidades abertas pela Parceria Especial que o arquipélago celebrou com a UE, tomei a iniciativa, em Junho de 2010, de constituir em Bruxelas o Grupo dos Amigos de Cabo Verde no PE<sup>12</sup>. Nem o Parlamento Europeu nem a Assembleia Nacional de Cabo Verde estavam formalmente envolvidos no mecanismo de acompanhamento da Parceria Especial. Por isso tornava-se cada vez mais importante dar a conhecer a realidade cabo-verdiana aos deputados europeus, sobretudo aos deputados de países do Centro, do Norte e do Leste da Europa, e promover junto das comissões de trabalho do Parlamento Europeu o estatuto da Parceria Especial existente entre Cabo Verde e a União Europeia. Estas iniciativas foram divulgadas através da organização de visitas, de uma newsletter e de colóquios. O colóquio com o Senhor Ministro da Cultura de Cabo Verde, realizado a 27 de Março de 2012, durante a sua visita a Bruxelas é um bom exemplo desta actividade<sup>13</sup>.

As relações bilaterais entre a União Europeia e Cabo Verde são enquadradas pelo Acordo de Cotonou de 2000 e foram reforçadas com a criação de uma Parceria Especial da União Europeia com Cabo Verde, bem assim como de uma Parceria para a Mobilidade. Estas iniciativas visam propiciar um quadro político para um diálogo e uma cooperação reforçados entre a União Europeia e a República de Cabo Verde.

O décimo Fundo Europeu de Desenvolvimento, em vigor até 2013, é a principal fonte de apoio à cooperação técnica e financeira entre a União Europeia e Cabo Verde. Aproximadamente 86 %

dos fundos são canalizados, através do apoio ao Orçamento Geral do Estado de Cabo Verde, para promover a redução da pobreza e o crescimento económico de maneira sustentável, bem assim como para promover a Parceira Especial, sendo o restante dedicado ao sector da água, do saneamento e dos projectos específicos em diversas áreas.

### As relações bilaterais entre a União Europeia e Cabo Verde são enquadradas pelo Acordo de Cotonou de 2000 e foram reforçadas com a criação de uma Parceria Especial da União Europeia com Cabo Verde

As trocas comerciais entre Cabo Verde e a União Europeia são um factor determinante do desenvolvimento do país. Como referiu o Presidente da Comissão Europeia, José Manuel Durão Barroso, no seu discurso na Assembleia Nacional de Cabo Verde, por ocasião da comemoração dos cinco anos da Parceira Especial União Europeia-Cabo Verde: “a União Europeia é de longe o maior parceiro comercial de Cabo Verde, contribuindo com 70% das suas importações e constituindo o destino de 85% das suas exportações. A dimensão das relações comerciais ajudam a explicar o nível de crescimento da economia de Cabo Verde durante os últimos anos, apesar da crise económica global”.

O conceito da Parceira Especial foi enunciado na comunicação da Comissão Europeia ao Conselho e ao Parlamento Europeu, datada de 24 de Julho de 2007 e na comunicação ao Conselho sobre o futuro das relações entre a União Europeia e

Cabo Verde, apresentada em Outubro de 2007. A Parceria Especial foi adoptada a 19 de Novembro de 2007. Cabo Verde é o único país ACP (África, Caraíbas, Pacífico) que usufrui de uma Parceria Especial com a União Europeia.

A Parceria Especial representa uma abordagem política que ultrapassa a mera relação dador-beneficiário. Não se trata de uma transferência de fundos ou benefícios da uma parte para outra. Trata-se de um incentivo para que as partes desenvolvam projectos e iniciativas que lhes permitam tirar partido das potencialidades que ambas encerram. A Parceria Especial inscreve-se no contexto da aplicação do Acordo de Cotonou, mas procura explorar todos os aspectos do Acordo que permitem definir um novo modelo de cooperação entre a União Europeia e Cabo Verde aprofundando e alargando a cooperação entre ambas as partes e explorando novas pistas de relacionamento.

Assinalando os cinco anos da Parceria Especial União Europeia-Cabo Verde, o Grupo de Amigos de Cabo Verde organizou a deslocação de uma delegação do PE a Cabo Verde durante a qual foram desenvolvidos importantes contactos com parlamentares cabo-verdianos<sup>14</sup>. A iniciativa realizou-se a convite do Presidente da Assembleia Nacional de Cabo Verde, Dr. Basílio Mosso Ramos.

Os deputados fizeram uma avaliação muito positiva do aproveitamento por Cabo-Verde dos projectos financiados pela cooperação e dos fundos europeus. Foi reconhecido o bom uso que as entidades cabo-verdianas têm dado aos fundos europeus e sublinhada a importância de divulgar estas boas práticas junto dos outros deputados e das instâncias europeias.

A segurança é uma das questões mais prementes na sociedade cabo-verdiana. O tráfico de drogas e o fundamentalismo religioso representam sérias ameaças à segurança da África Ocidental, em particular na Guiné-Bissau, no Mali e na restante região do Sahel. O governo de Cabo Verde tem feito um trabalho admirável nesta área, mas também aqui é necessário intensificar a cooperação internacional.

A União Europeia tem vindo a apoiar a determinação do governo de Cabo Verde na luta contra o narcotráfico, mas é imprescindível intensificar a cooperação regional e a cooperação intercontinental entre a Europa, a África Ocidental e a América Latina. É amplamente reconhecido que só uma forte concertação internacional permitirá vencer o flagelo do narcotráfico. É fundamental obter a cooperação de todas as organizações regionais e internacionais mais relevantes. A CEDEAO, a CPLP, a União Africana, a União Europeia e as Nações Unidas devem trabalhar estreitamente para ultrapassar a actual situação e garantir a realização de eleições livres e transparentes nos países da região que mantêm governos corruptos e reféns do narcotráfico.

Uma ferramenta importante neste domínio é a Política Europeia de Vizinhança (PEV) criada em 2004 com o objectivo de reforçar a prosperidade, a estabilidade e a segurança da UE e dos países vizinhos. Actualmente a PEV é aplicada a 16 países com fronteira directa, terrestre ou marítima, com a UE. Sempre considerei que seria do interesse tanto da União Europeia como de Cabo Verde, que este país fosse incluído no grupo dos países abrangidos pela PEV. Assim, em Março de 2011, em conjunto com outros deputados europeus, assinei uma emenda à PEV no sentido de incluir

Cabo Verde. Foi gratificante verificar que a nossa proposta mereceu a aprovação do PE.

## É fundamental obter a cooperação de todas as organizações regionais e internacionais mais relevantes

Em Setembro de 2013 o Grupo de Amigos de Cabo Verde, na persecução do reforço das relações entre a União Europeia e Cabo Verde e da disseminação da história e da cultura deste país, retribuiu o convite cabo-verdiano tomando a iniciativa de convidar o Presidente de Cabo Verde a visitar o Parlamento Europeu e a participar num evento cultural que incluiu a actuação da cantora cabo-verdiana Nancy Vieira<sup>15</sup>. Na minha intervenção no início do evento sublinhei: “é na diversidade cultural que se constrói a singularidade da identidade cultural” e, em particular para Cabo Verde, “a valorização do seu património tem sido um meio importante para alcançar o desenvolvimento humano, constituindo parte integrante do modelo de desenvolvimento económico baseado nos princípios da utilização sustentável dos recursos.”

África é hoje a região do mundo que cresce mais rapidamente. Durante a última década seis das economias que mais cresceram no mundo foram africanas. O devido aproveitamento do potencial de África exige mais e melhor cooperação entre a Europa, África e a América do Sul.

Para a União Europeia, tanto do ponto de vista estratégico como económico, o Atlântico Sul é uma zona cada vez mais importante. Cabo Verde goza de uma situação geografia única e privilegiada

no continente africano. Encontra-se no centro do Atlântico Sul donde olha de uma posição geopolítica central para a Europa e a América do Sul. Aproveitando a sua posição geográfica privilegiada Cabo Verde pode desempenhar um papel axial na dinâmica tricontinental que se desenrola na região do Atlântico Sul.

Cabo Verde é um país com fragilidades que enfrenta grandes desafios. Contra todas as expectativas, um país insular, sem recursos naturais, com períodos de seca prolongados, conseguiu através da boa governação, de políticas adequadas e da cooperação internacional alcançar o estatuto de País de Desenvolvimento Médio. Um reconhecimento internacional que, embora merecido, colocou ao país perante desafios, eventualmente, ainda mais gigantescos, num período em que as economias americana e europeia atravessam dificuldades conhecidas.

Para superar esta nova realidade o país aposta no aprofundamento da sua organização política e social e no reforço da cooperação internacional, na qual a Parceria Especial que mantém com a União Europeia continuará a desempenhar um papel crucial.

## 6.8 - HORIZONTE 2020 E EDCTP

---

Sempre tive a profunda convicção que o sector da saúde é crucial para vencer a barreira do desenvol-

vimento. Como já referi neste capítulo, a inexistência de profissionais da saúde em número suficiente é um dos problemas dos países em desenvolvimento. Outro problema de grande relevância é a grande proeminência de doenças relacionadas com a pobreza (como, por exemplo, a SIDA, a malária e a tuberculose) e as doenças negligenciadas, às quais não tem sido dada a necessária prioridade pelos grupos privados que actuam na área da saúde. Por tudo isso, penso que estas doenças devem constituir prioridade do sector público, nomeadamente no que respeita a investigação científica.

Assim, foi com enorme entusiasmo, que em 2012, aceitei o convite da Comissária para a Investigação, a Inovação e Ciência, Máire Geoghegan-Quinn, para participar na conferência de alto nível, a realizar na Cidade do Cabo, a 5 de Novembro<sup>16</sup>, onde seria discutido o segundo programa da European and Developing Countries Clinical Trials Partnership (EDCTP), cujo alto representante é o ex-Primeiro Ministro de Moçambique, Dr. Pascoal Mocumbi.

Nove anos antes, enquanto Ministra da Ciência, Inovação e Ensino Superior de Portugal, eu tinha estado envolvida directamente nas negociações e na aprovação do Conselho de Competitividade do primeiro programa da EDCTP e tinha, neste processo, proposto a candidatura do Dr. Pascoal Mocumbi para o cargo de secretário-geral do projecto. O convite para a conferência foi-me dirigido na qualidade de membro da Comissão ITRE, mas o assunto era do meu interesse também enquanto Presidente da Comissão do Desenvolvimento Económico, Finanças e Comércio da APP ACP-EU.

O programa EDCTP é um excelente exemplo de cooperação internacional liderada pela UE. O programa

ma revelou-se extremamente eficaz em melhorar a intervenção médica e a qualidade da investigação destinada a combater as doenças directamente relacionadas com a pobreza, tais como a SIDA, a malária e a tuberculose. Foram treinados centenas de investigadores e de médicos africanos e os peritos africanos coordenaram mais de metade das 57 intervenções clínicas tendo sido contemplados com três quartos dos fundos do EDTCTP.

O contributo do programa HORIZONTE 2020 para o EDCTP é substancial. O terceiro pilar do HORIZONTE 2020 – desafios societais – inclui o desafio “Saúde, desafios demográficos e bem-estar” e uma das seções deste desafio contempla as iniciativas no sentido de desenvolver vacinas e fármacos novos e mais focados na prevenção de doenças, incluindo as relacionadas com a pobreza como a SIDA, a malária e a tuberculose. Dentro do pilar dos desafios societais, a saúde é considerada um dos desafios mais importantes e mereceu o montante mais avultado de cerca de 8 mil milhões de Euros.

Dada a nova filosofia adoptada no HORIZONTE 2020, que contempla um acesso simplificado ao financiamento – tão importante em contextos em que é necessário fazer convergir fundos de diferentes origens para fazer intervenções dispendiosas – é previsível que o acesso do EDCTP aos recursos financeiros venha a ser facilitado e permitindo assim que continue com vigor e determinação o seu trabalho notável.

Foi para mim gratificante ter sido nomeada relatora do PPE para a segunda fase do EDCTP, projecto que terá a duração de 10 anos (2014–2024) e terá uma contribuição comunitária de 700 milhões de euros<sup>17</sup>. A iniciativa EDCTP é uma parceria entre

a Europa e os Países em Desenvolvimento para a realização de ensaios clínicos. Trata-se de uma parceria do tipo Pública-Pública (P2P), previsto no artigo 185º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE), que permite à UE participar em programas de investigação empreendidos por vários Estados Membros, incluindo a participação em estruturas criadas para a execução de programas nacionais. Este programa é financiado pelos vários países parceiros, sendo que a contribuição comunitária é financiada através do HORIZONTE 2020.

O programa EDCTP2 vai continuar a apoiar o desenvolvimento clínico de diagnósticos, medicamentos e vacinas contra o SIDA, a tuberculose e a malária. A iniciativa EDCTP2 vai ainda contemplar o apoio aos estudos sobre doenças infecciosas negligenciadas, conforme definido na lista da Organização Mundial de Saúde relativa às 17 doenças infecciosas negligenciadas (com excepção para a doença de Chagas).

De entre as minhas principais contribuições para a iniciativa EDCTP destaco as seguintes: aumento da transparência nas decisões e processos (principalmente na definição dos concursos); remoção de barreiras à participação de novos grupos de investigação; implementação de medidas para “ampliar a participação”; divulgação dos concursos e outras informações relevantes através dos mesmos canais que o HORIZONTE 2020 (Participant Portal); sinergias com outras fontes de financiamento, principalmente com o Fundo de Desenvolvimento da UE (como já foi feito com a Fundação Gates); aumento do âmbito do EDTCTP 2, nomeadamente em outras doenças negligenciadas e relacionadas com a pobreza; livre acesso a

publicações – conforme as novas regras do HORIZONTE 2020; estabelecimento de prioridades de investigação de forma mais orientada para os resultados, a fim de acelerar os resultados e contribuir de forma mais célere para a erradicação de doenças negligenciadas e relacionadas com a pobreza; e reforço da coordenação e alinhamento com outras iniciativas europeias e nacionais como o Painel Científico para a Saúde criado no âmbito do HORIZONTE 2020.

## 6.9 - EUROMED

A Assembleia Parlamentar Euro-Mediterrânea (APEM) foi fundada em Atenas em Março de 2004 enquanto dimensão parlamentar da Parceria consagrada na Declaração de Barcelona de Novembro 1995.

A APEM integra 280 membros: 130 da UE (81 membros dos 27 Paramentos nacionais da UE – três de cada Parlamento – e 49 membros do Parlamento Europeu), 10 dos novos países parceiros europeus do Mediterrâneo (dois de cada uma das delegações da Albânia, Bósnia-Herzegovina, Croácia, Mónaco e Montenegro), 130 dos dez países da costa sul e da costa este do Mediterrâneo (Argélia, Egipto, Jordânia, Israel, Líbano, Marrocos, Autoridade Palestiniana, Síria, Tunísia e Turquia) e 10 membros da Mauritânia.

Enquanto membro suplente da Delegação da APEM participei em várias reuniões do Plenário da Assembleia Parlamentar da União para Mediterrâneo,

como foi o caso do plenário que decorreu no Centro de Convenções Rei Hussein Bin Talal, na Jordânia, a 8 e 9 de Fevereiro de 2014<sup>18</sup>.

A sessão Plenária centrou-se no processo de paz do Médio-Oriente e na situação dos refugiados sírios na Turquia, Jordânia e Líbano. Várias personalidades presentes invocaram o empenho em apoiar o processo democrático nos países do Sul do Mediterrâneo, promovendo iniciativas que estimulam o investimento e criação de emprego jovem na região.



*EUROMED Roma*

Na minha apresentação realcei o papel da educação no processo de paz no Médio Oriente referindo que é através da educação, da cultura, da ciência, da comunicação que se cria uma cultura de paz. Salientei que hoje em dia é consensual que o investimento no Ensino Superior, na Ciência e Inovação constitui o âmago do desenvolvimento económico e social, pelo que, a maneira como os

países investirem no conhecimento determinará a sua capacidade de tirar partido das novas oportunidades geradas pela globalização, bem como a possibilidade de enfrentar os desafios locais e globais.

Referi os programas desenvolvidos pela Europa (por exemplo, o ERASMUS+), alicerçados nas prioridades da UE a nível interno, bem como na cooperação com países terceiros, que promovem parcerias, mobilidade multilateral e intercâmbios de estudantes, professores e investigadores entre a UE e países terceiros. Salientei a necessidade de intensificar a utilização destes programas para dar a conhecer novos ambientes culturais e sociais, facilitando a compreensão de outras culturas e fazendo da Europa um actor global na construção da cultura da paz.

Após a sessão plenária da Assembleia Parlamentar para o Mediterrâneo<sup>19</sup> participei também numa conferência do PPE com os partidos do mediterrâneo da mesma área política. A Conferência foi co-presidida por Joseph Daul, presidente do PPE e Presidente do Grupo Parlamentar do PPE no Parlamento Europeu. Esta reunião do PPE vem na continuidade de diversos programas bem-sucedidos de intercâmbio, organizados nos últimos dois anos, com representantes de países do mediterrâneo e da sociedade civil. Joseph Daul realçou que o Grupo PPE está muito empenhado em prestar assistência especializada aos países que procuram estabelecer um sistema político que respeite o estado de direito, a democracia, os direitos humanos e as minorias étnicas e religiosas, mas também a igualdade entre homens e mulheres.

## 6.10 - ARGÉLIA

---

A Argélia viveu em estado de emergência durante 20 anos. Em 1991 a Frente Islâmica de Salvação ganhara a primeira volta das eleições com uma maioria esmagadora, mas pouco depois um golpe militar impediu a realização da segunda volta das eleições legislativas e foi decretado o estado de emergência, que se eternizou.

A sucessão de eventos da Primavera Árabe, despoletados no final de 2010, obrigou o Governo Argelino a revogar o estado de emergência e a anunciar um vasto leque de reformas políticas e económicas. As reformas visavam a alteração da lei eleitoral, da lei da representatividade das mulheres na vida política e da legislação que regula os partidos políticos e as organizações da sociedade. Em 2011 o Governo aumentou o orçamento público em 25%, passou a subsidiar alguns produtos alimentares, elevou o salário dos funcionários públicos, sobretudo dos professores, criou um programa de habitação, um programa para o emprego jovem e um programa de micro-crédito também destinado aos jovens.

A fim de assegurar a credibilidade do acto eleitoral que se realizaria na Primavera desse ano, o Presidente Bouteflika anunciou que as eleições seriam acompanhadas por observadores internacionais.

Foi precisamente para avaliar as condições necessárias para o envio de uma missão de observadores do Parlamento Europeu que me desloquei à Argélia, no final de 2011, acompanhada de outros

parlamentares europeus<sup>20</sup>. Os membros do Governo, os embaixadores, os dirigentes dos partidos políticos, os sindicalistas que contactámos estavam perfeitamente conscientes de que o caminho até às eleições da Primavera era estreito e exigente.

Tratava-se de uma oportunidade que a Argélia não podia desperdiçar. Era necessário persistir no processo de democratização do sistema político até Abril de 2012. Impunha-se o rejuvenescimento das classes dirigentes e um vasto processo de reconciliação nacional. O sistema económico necessitava de ser reestruturado no sentido de uma maior diversificação. Uma economia assente quase exclusivamente na exportação de hidrocarbonetos contribuía de forma limitada para o emprego. Além disso, era fundamental reforçar a luta contra o terrorismo, que a Argélia vinha a efectuar em conjunto com o Mali, o Níger, a Mauritânia, o Chade, o Burkina Faso e a Nigéria.

A Argélia é o maior país de África em superfície e o maior país da região magrebina em população. A proximidade geográfica à Europa, o fornecimento de gás natural – fundamental para o dia-a-dia da sociedade europeia – fazem com que a estabilidade da Argélia tenha uma importância estratégica para a Europa. Cobia, pois, à Europa ajudar a Argélia na sua caminhada até às eleições da Primavera e continuar a apoiar os seus esforços depois delas. No respeito pleno pela independência do país, a Europa não podia nem pode virar as costas à Argélia, como, infelizmente, o fez no passado.

Foi para mim gratificante verificar que os esforços que envidamos no sentido de contribuir para o acto eleitoral argelino deram frutos. De acordo com os observadores internacionais o mesmo

decorreu sem grandes irregularidades.

Tenho esperança que a classe dirigente argelina entenda que os actos eleitorais só por si não assegurarão a estabilidade política e social e que continue empenhada no processo de democratização da sociedade e do estado. Os protestos que ocorreram após o acto eleitoral, bem como a reacção algo desproporcionada das autoridades, indiciam que o caminho a percorrer ainda é longo e que o mesmo exigirá dos políticos argelinos bastante mais do que a organização de uma eleição.

A realidade argelina e a realidade dos países vizinhos coloca o presidente Abdelaziz Bouteflika perante desafios que este só conseguirá ultrapassar mobilizando a sociedade civil e os membros mais jovens das elites dirigentes. É desejável que tal aconteça de forma progressiva e pacífica evitando radicalismos ou clivagens na sociedade. O processo de renovação das elites políticas e da abertura à sociedade civil é incontornável e quanto mais cedo começar mais rapidamente os argelinos se habituarão a viver numa sociedade livre e democrática.

## 6.11 - BIRMÂNIA

Após a Independência, alcançada a 4 de Janeiro de 1948, a Birmânia caminhou no sentido de um regime parlamentar, pluripartidário e democrático. Os estadistas birmaneses tornaram-se conhecidos e respeitados internacionalmente. O mais destacado, U Thant, foi eleito Secretário-Geral das Nações Unidas em 1961 e permaneceu no cargo



*Com a Prémio Nobel da Paz Aung San Suu Kyi durante o "Women's Forum Myanmar 2013" em Rangum.*

durante dois mandatos. Entre os seus funcionários encontrava-se uma jovem de nome Aung San Suu Kyi, filha do herói nacional da independência da Birmânia, Aung San.

O golpe de estado perpetrado pelo General Ne Win, em 1962, envolveu o país numa aventura socialista totalitária que o conduziu à ruína. Os birmaneses só viriam a despertar do transe totalitário a 8 de Agosto de 1988, durante um colossal levantamento popular que ficou conhecido por "Levante de 8888". Em consequência da luta popular, da pressão internacional e do combate político da oposição, liderada por Aung San Suu Kyi, o Governo militar viu-se obrigado a realizar eleições livres em Maio de 1990. A Liga Nacional para a Democracia, o partido de Aung San Suu Kyi, ganhou as eleições obtendo mais de 60 por cento dos votos e 80 por cento dos lugares no Parlamento. Mas o governo militar anulou o resultado das eleições e instituiu

um regime cruel e repressivo. Aung San Suu Kyi foi condenada a prisão domiciliária. Em 1991 foi-lhe atribuído o prémio Nobel da Paz.

A Birmânia era uma ditadura militar com problemas crónicos de violações dos direitos humanos. Sucediavam-se as notícias de abuso de crianças, de segregação de minorias étnicas e de violação dos direitos das mulheres, de trabalhos forçados e de corrupção. O governo mantinha mais de 2200 presos políticos.

Quando o ciclone Nargis se abateu sobre o país, o governo não permitiu a entrada de ajuda internacional. Mais de 3 milhões de pessoas ficaram sem abrigo e cerca de 150 mil pessoas terão morrido.

Durante a minha visita à região, no verão de 2010, tive a oportunidade de contactar com jornalistas internacionais e membros de ONG que trabalhavam junto de refugiados e das minorias étnicas, na fronteira da Tailândia com a Birmânia. Os seus testemunhos confirmaram de forma clara as denúncias de abusos e violações dos direitos humanos.

As eleições estavam agendadas para dia 7 de Novembro de 2010. Mas, para evitar um resultado humilhante, semelhante ao de 1990, o regime aprovou leis que excluíam do acto eleitoral os prisioneiros políticos recenseados e os cidadãos birmaneses casados com estrangeiros. Além disso, 25 por cento dos assentos no Parlamento foram reservados para os militares. Entretanto, Aung San Suu Kyi, a líder histórica da oposição, continuava sob prisão domiciliária e nada indicava que viesse a ser libertada antes das eleições.

A preocupação com esta situação de flagrante violação das regras democráticas compeliu-me a participar

em várias acções desenvolvidas em Bruxelas. Tomei a iniciativa de organizar um seminário sobre a situação na Birmânia<sup>21</sup>, no qual participaram figuras iminentes da oposição birmanesa e personalidades internacionais que se têm batido pela alteração do regime da Birmânia. A preparação do encontro levou-me à Tailândia<sup>22</sup>, onde se encontravam os órgãos de comunicação social e as organizações preocupadas com a situação na Birmânia. Convidei para orador principal do seminário o Presidente Ramos Horta, Prémio Nobel da Paz. Durante o evento fiz um apelo ao Parlamento Europeu para que reafirmasse a sua condenação das permanentes violações dos direitos humanos e das regras democráticas que se verificavam na Birmânia. Pedi também que o governo birmanês fosse instado a assegurar eleições livres, a libertar os presos políticos e a iniciar o processo de reconciliação nacional e de transição para a democracia. Finalmente, salientei a importância do envolvimento da Rússia, da Índia e da China na busca de uma solução para a situação difícil que a Birmânia atravessava.

Durante a sua intervenção, o Presidente de Timor-Leste apelou ao diálogo tripartido entre o governo birmanês, a oposição e as várias minorias étnicas que integram a população do país. Na Birmânia habita uma imensa variedade de povos que se exprimem em mais de 100 línguas diferentes, que professam crenças diferentes e cultivam tradições distintas. A história do país está repleta de episódios violentos resultantes de tensões étnicas mal resolvidas.

O Presidente Ramos Horta questionou a eficácia das sanções económicas por considerar que prejudicam o povo birmanês e pouco ou nada afectam o Governo autoritário. Pelo seu prestígio e credibilidade internacionais e pela sua vasta experiência e extrema sensibilidade para as questões dos direitos

humanos, o Presidente Ramos Horta prestou um contributo importante para a questão birmanesa. A sua pátria, Timor-Leste, é um país do sudoeste asiático, com fortes laços de amizade com Portugal e com a Europa, e encontra-se numa posição privilegiada para actuar como ponte de ligação entre os países ACP (África, Caraíbas e Pacífico), a CPLP (Comunidade de Países de Língua Portuguesa), a ASEAN (Associação das Nações do Sudoeste Asiático) e a Europa.

Seria ingenuidade esperar que a situação da Birmânia, que preocupa qualquer democrata, sofresse grandes melhorias num curto período de tempo. Não podíamos porém perder a esperança de que o acto eleitoral iminente, apesar das condições difíceis em que iria decorrer, pudesse contribuir para abrir o caminho rumo a uma sociedade mais justa, mais livre e mais democrática.

San Suu Kyi acabou por ser libertada a 13 de Novembro de 2010 e iniciou um árduo trabalho de reconciliação nacional. Em Abril de 2012 a líder birmanesa foi eleita para a câmara baixa do Parlamento Birmanês tendo o seu partido conquistado 43 dos 45 assentos livres na câmara.

Em Outubro de 2013, 23 anos após ter sido galar-dada com o prémio Sakharov de luta pela defesa dos Direitos Humanos, San Suu Kyi deslocou-se a Estrasburgo para receber o prémio que o Parlamento Europeu lhe havia atribuído em 1990, o qual não lhe pôde ser entregue por na altura se encontrar em prisão domiciliária.

Actualmente San Suu Kyi é membro do Parlamento Birmanês. Foi para mim extremamente gratificante conhecê-la pessoalmente durante a minha desloca-

ção à Birmânia para participar no Women's Forum Myanmar 2013, realizado em Dezembro de 2013 em Rangum<sup>23</sup>. Este evento foi a primeira conferência internacional sobre mulheres realizada no país. O Women's Forum Myanmar 2013 foi organizado pelo Women's Forum for Economy and Society que tem por objectivo criar uma rede internacional que promova a influência das mulheres e desenhar planos de acção concretos que encorajem as mulheres a contribuir para a sociedade e para a diversidade do mundo empresarial. Durante o evento tive a oportunidade de conhecer Aung San Suu Kyi e a directora do FMI, Christine Lagard. Aung San Suu Kyi relatou algumas das enormes dificuldades que as mulheres, e em geral toda a oposição democrática, enfrentam na Birmânia. Durante a abertura do fórum esta mulher notável fez um apelo pungente à construção de uma sociedade livre e democrática na Birmânia.

Aung San Suu Kyi, líder da Liga Nacional pela Democracia e deputada ao Parlamento Birmanês, anunciou recentemente a sua intenção de concorrer às próximas eleições presidenciais, marcadas para 2015.

## 6.12 - DIÁLOGO POLÍTICO EM ÁFRICA E NO MEDITERRÂNEO

---

O meu trabalho de diálogo político com os partidos da família política do PPE que desenrolam a sua acção em países africanos ou do mediterrâneo

fez-se através do Diálogo de Vinduque e das reuniões organizadas pela Fundação Adenauer para a Região do Mediterrâneo.

O Diálogo de Vinduque é uma iniciativa da política africana do PPE, lançada em Março de 1996 em Vinduque, capital da Namíbia. O Diálogo de Vinduque esteve na base da UPADD - União dos Partidos Africanos para a Democracia e o Desenvolvimento - que congrega actualmente 25 partidos políticos de 24 países africanos.

No final de 2010, mais precisamente entre 29 de Outubro e 1 de Novembro, realizou-se na Namíbia uma reunião do Diálogo de Vinduque, na qual participei<sup>24</sup> na qualidade de vice-presidente da Comissão do Desenvolvimento Económico, Finanças e Comércio da APP ACP-EU. A reunião tinha várias finalidades, designadamente: preparar uma declaração conjunta a ser apresentada na cimeira UE-África; discutir os assuntos nacionais apresentados pela UPADD; informar os participantes africanos sobre a entrada em vigor do Tratado de Lisboa e as repercussões desse documento nas relações externas; explicar as acções da UE para combater os efeitos da crise económica mundial.

Através do diálogo de Vinduque e das estruturas da Fundação Konrad Adenauer, o PPE continua a contribuir amplamente para a boa governação e o processo de democratização em África e no Mediterrâneo.



**NOTAS**

## CIÊNCIA E INOVAÇÃO

<sup>1</sup> European Commission, *Europe in figures. Eurostat yearbook 2012*, Luxembourg, 2012, pp. 574 e sgs.

<sup>2</sup> EUROCONTROL, *Challenges of Growth 2013*, 2013, p. 3 [[http://www.eurocontrol.int/sites/default/files/article/\\_content/documents/official-documents/reports/201306-challenges-of-growth-2013-task-7.pdf](http://www.eurocontrol.int/sites/default/files/article/_content/documents/official-documents/reports/201306-challenges-of-growth-2013-task-7.pdf)].

<sup>3</sup> Eurostat, *Science, technology and innovation in Europe*, Luxembourg, 2012, pp. 26 e sgs.

<sup>4</sup> European Commission, *The 2013 EU Industrial R&D Investment Scoreboard*, Luxembourg, 2013, pp. 5 e sgs.

<sup>5</sup> Eurostat, *Science, technology and innovation in Europe*, Luxembourg, 2012, pp. 40 e sgs.

<sup>6</sup> *Ibid.*, pp. 44 e sgs.

<sup>7</sup> *Ibid.*, pp. 26 e sgs.

<sup>8</sup> *Ibid.*, pp. 26 e sgs.

<sup>9</sup> European Commission, *The 2012 EU Industrial R&D Investment Scoreboard*, Luxembourg, 2013, pp. 17 e sgs.

<sup>10</sup> Eurostat, *Science, technology and innovation in Europe*, Luxembourg, 2012, pp. 32 e sgs.

<sup>11</sup> *Ibid.*, pp. 80 e sgs.

<sup>12</sup> *Ibid.*, pp. 80 e sgs.

<sup>13</sup> European Commission, *Regional Innovation Scoreboard 2012*, Belgium, 2012, pp. 12 e sgs.

<sup>14</sup> *Ibid.*, pp. 14 e sgs.

<sup>15</sup> European Commission, *Innovation Union Scoreboard 2013*, Belgium, 2013, pp. 7 e sgs.

<sup>16</sup> Intervenção no Working Group Meeting Patents “How much to share? How much to protect?”, 2013, [<http://www.gracacarvalho.eu/Patents-How-much-to-share-How-much-to-protect-a5857,z39.htm>].

<sup>17</sup> Intervenção no *meeting The Economics of Intellectual Property*, 2014, [<http://www.gracacarvalho.eu/EIN-working-group-on-Innovation-State-Aid-in-support-of-innovation-a6155,z39.htm>] e aqui: <http://www.gracacarvalho.eu/EIN-meeting-039The-Economics-of-Intellectual-Property039-a6105,z39.htm>].

<sup>18</sup> Eurostat, *Science, technology and innovation in Europe*, Luxembourg, 2012, pp. 52 e sgs.

<sup>19</sup> European Commission, *Europe in figures. Eurostat yearbook 2012*, Luxembourg, 2012, pp. 574 e sgs.

<sup>20</sup> Informação do Ministério de Educação e Ciência. 2014.

<sup>21</sup> Eurostat, *Science, technology and innovation in Europe*, Luxembourg, 2012, pp. 80 e sgs.

<sup>22</sup> Cf. Diagnóstico do *Sistema de Investigação e Inovação. Forças e Fraquezas rumo a 2020*, Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2013.

<sup>23</sup> European Commission, *Regional Innovation Scoreboard 2012*, Belgium, 2012, pp. 14 e sgs.

<sup>24</sup> Carvalho, M. G., *Report on simplifying the implementation of the Research Framework Programmes (2010/2079(INI))*, European Parliament, 2010 [[http://www.eua.be/Libraries/EUIMA\\_full\\_costing/ITRE\\_Report\\_on\\_Simplifying\\_the\\_Implementation\\_of\\_the\\_European\\_Research\\_Framework\\_Programmes.sflb.ashx](http://www.eua.be/Libraries/EUIMA_full_costing/ITRE_Report_on_Simplifying_the_Implementation_of_the_European_Research_Framework_Programmes.sflb.ashx)].

<sup>25</sup> Carvalho, M. G., *Simplifying the implementation of the Research Framework Programs*, Bruxelas, 2010 [<http://www.gracacarvalho.eu/Reuniao-dos-Ministros-de-Ciencia-da-UEa1485,z39.htm>].

<sup>26</sup> Carvalho, M. G., *Report on the proposal for a Council decision establishing the Specific Programme Implementing Horizon 2020*, The Framework Programme for Research and Innovation (2014 - 2020), 2013.

<sup>27</sup> Carvalho, M. G., *Opinion on the proposal for a regulation of the European Parliament and of the Council on the implementation and exploitation of European satellite navigation systems*, 2012.

<sup>28</sup> Carvalho, M. G., *Opinion on the proposal for a regulation of the European Parliament and of the Council establishing the Copernicus Programme and repealing Regulation (EU) No 911/2010*, 2013.

<sup>29</sup> Carvalho, M. G., *Opinion on the proposal for a decision of the European Parliament and of the Council establishing a space surveillance and tracking support programme*, 2013.

## ENERGIA E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

<sup>1</sup> Comissão Europeia «Roteiro para a Energia 2050» (COM(2011)0885).

<sup>2</sup> Carvalho, M. G., Bonifacio, M., Dechamps P. (2011). Building a low carbon society energy , *Energy*, Volume 36, Issue 4, April, 1842-1847.

<sup>3</sup> Carvalho, M. G., Rifkin, J., (2008). “Leading the way to the third industrial revolution”, *European energy*

review, Special edition, december.

<sup>4</sup> Comissão Europeia, *Um quadro político para o clima e a energia no período de 2020 a 2030*, Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões, COM(2014) 15 final, Bruxelas, 22-01-2014 [<http://www.ipex.eu/IPE-XL-WEB/dossier/document.do?code=COM&year=2014&number=15&appLng=PT>].

<sup>5</sup> Parlamento Europeu, *Relatório do Parlamento Europeu sobre um quadro para as políticas de clima e de energia em 2030 (2013/2135(INI))*, 2014 [<http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+REPORT+A7-2014-0047+0+DOC+XML+V0//PT>].

<sup>6</sup> Parlamento Europeu, *Relatório sobre a revisão do Plano de Acção para a Eficiência Energética*, (2010/2107(INI))<NoDocSe>, 18-11-2010 [<http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+REPORT+A7-2010-0331+0+DOC+XML+V0//PT>].

<sup>7</sup> Directiva 2012/27/UE do Parlamento Europeu e do Conselho de 25 de outubro de 2012 relativa à eficiência energética, que altera as Directivas 2009/125/CE e 2010/30/UE e revoga as Directivas 2004/8/CE e 2006/32/CE, *Jornal Oficial da União Europeia*, 14-11-2012 [<http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2012:315:0001:0056:PT:PDF>].

<sup>8</sup> Directiva 2010/31/UE do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de Maio de 2010 relativa ao desempenho energético dos edifícios (reformulação), *Jornal Oficial da União Europeia*, 18-06-2010 [<http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2010:153:0013:0035:PT:PDF>].

<sup>9</sup> Comissão Europeia, *Relatório da Comissão ao Parla-*

mento Europeu e ao Conselho, Apoio financeiro à eficiência energética dos edifícios /\* COM/2013/0225 final \*/ , 2013 [http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2013:0225:FIN:PT: HTML].

<sup>10</sup> Intervenção de 06-06-2013 no EPP Hearing on the Internal Energy Market, “Current challenges in completing the internal energy market”, Comissão ITRE, Parlamento Europeu, Bruxelas, 2013 [http://www.gracacarvalho.eu/Hearing-on-the-Internal-Energy-Market-a5519,z39.htm].

<sup>11</sup> Relatório sobre a proposta de regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo às orientações para as infraestruturas energéticas transeuropeias e que revoga a Decisão n.º 1364/2006/CE (COM(2011)0658 - C7-0371/2011 - 2011/0300(COD)).

<sup>12</sup> LIVRO VERDE *Um quadro para as políticas de clima e de energia em 2030* /\* COM/2013/0169 final \*/ , 2013 [http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2013:0169:FIN:PT:HTML].

<sup>13</sup> Parlamento Europeu, *Relatório do Parlamento Europeu sobre um quadro para as políticas de clima e de energia em 2030 (2013/2135(INI))*, 2014 [http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+REPORT+A7-2014-0047+0+DOC+XML+VO//PT].

<sup>14</sup> *Proposta de Directiva do Conselho que altera a Directiva 2003/96/CE do Conselho que reestrutura o quadro comunitário de tributação dos produtos energéticos e da electricidade*, Comissão Europeia, Bruxelas, 13-04-2011, [http://www.europarl.europa.eu/meetdocs/2009\_2014/documents/com/com\_com(2011)0169\_/com\_com(2011)0169\_pt.pdf].

<sup>15</sup> *Relatório Enfrentar os desafios da segurança da exploração offshore de petróleo e gás (2011/2072(INI))*,

26-07-2011, Comissão da Indústria, da Investigação e da Energia, Parlamento Europeu, Bruxelas, 2011 [http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+REPORT+A7-2011-0290+0+DOC+XML+VO//PT].

<sup>16</sup> *Comunicação da Comissão ao Conselho, ao Parlamento Europeu, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões. Plano Estratégico Europeu para as Tecnologias Energéticas (Plano SET). “Para um futuro com baixas emissões de carbono”*, Comissão das Comunidades Europeias, Bruxelas, 22-11-2007 [http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2007:0723:FIN:PT:PDF].

<sup>17</sup> Iniciativa de 12-10-2011, “Pergunta com pedido de resposta oral à Comissão, sobre Programa «Energia Inteligente - Europa» (EIE) no âmbito do QFP”, Parlamento Europeu, 2011 [http://www.gracacarvalho.eu/Programa-Energia-Inteligente-Europa-EIE-no-ambito-do-QFP-a3809,z33.htm].

<sup>18</sup> Comissão Europeia, *A política energética da UE: Estreitar os laços com parceiros para além das nossas fronteiras*, 2011.

<sup>19</sup> Martins, R., Krajačić, G., Alves, L. M., Duić, N., Azevedo, T., Carvalho, M. G. (2009). *Energy Storage in Islands, Modelling Porto Santo Hydrogen System, Chemical Engineering Transactions*, 18, 367-372.

<sup>20</sup> Krajačić, G., Duić, N., Carvalho, M. G. (2009). *H2RES, Energy Planning Tool for Island Energy - The Case of the Island of Mljet, International Journal of Hydrogen Energy*, 34, 5, 7015-7026.

<sup>21</sup> Krajačić, G., Martins, R., Busuttill, A., Duić, N., Carvalho, M. G. (2008). *Hydrogen as an energy vector in the islands energy supply, International Journal of Hydrogen Energy*, 33, 4, 1091-1103.

- <sup>22</sup> Duić, N., Krajačić, G., Carvalho, M. G. (2008). *Renewlands methodology for sustainable energy and resource planning for islands*, *Renewable and Sustainable Energy Reviews*, 12, 4, 1032-1062.
- <sup>23</sup> Chen, F., Duić, N., Alves, L. M., Carvalho, M. G. (2007). *Renewlands – Renewable Energy Solutions for Islands*, *Renewable and Sustainable Energy Reviews*, 11, 8, 1888-1902.
- <sup>24</sup> Duić, N., Lerer, M., Carvalho, M. G. (2003), *Increasing the Supply of Renewable Energy Sources in Island Energy systems*, *International Journal of Sustainable Energy*, 23, 4, 177-186.
- <sup>25</sup> Duić, N., Alves, L. M., Carvalho, M. G. (2001). *Potential of Kyoto Protocol in Transfer of Energy Technologies to Insular Countries*, *Transactions of Famena*, 25, 2, 27-38.
- <sup>26</sup> Alves, L. M., Costa, A. L., Carvalho, M. G. (2000). *Analysis of Potential for Market Penetration of Renewable Energy. Technologies in Peripheral Islands*, (World Renewable Energy Congress - V, Florença, Itália, 20-25 Setembro 1998), *Renewable Energy*, 19, 311-317.
- <sup>27</sup> Teixeira, M. A., Murray, M. L., Carvalho, M. G. (2006). *Assessment of land use and land use change and forestry (LULUCF) as CDM projects in Brazil*, *Ecological Economics*, 60, 1, 260-270.
- <sup>28</sup> Duić, N., Alves, L. M., Chen, F. Z., Carvalho, M. G. (2003). *Potential of Kyoto Protocol Clean Development Mechanism in Transfer of Clean Energy Technologies to Small Island Developing States: Case Study of Cape Verde*, *Renewable and Sustainable Energy Reviews*, 7, 83-98.
- <sup>29</sup> Duić, N., Alves, L. M., Carvalho, M. G., *Potential of Kyoto Protocol in Transfer of Energy Technologies to Insular Countries*, *Transactions of Famena*, 25, 2, 27-38.

- <sup>30</sup> Pormenores sobre o evento podem ser consultados em <http://www.gracacarvalho.eu/COP15-COPENHAGA-a946,z53.htm>.
- <sup>31</sup> Pormenores sobre a conferência podem ser consultados em <http://www.gracacarvalho.eu/Universidade-de-Verao-do-PPE-em-Budapest-Abordagens-sectoriais-a4079,z53.htm>.

## EMPREGO JOVEM E ENSINO SUPERIOR

- <sup>1</sup> Informação à Imprensa “Eurodeputada Maria da Graça Carvalho leva Programa Erasmus 1º Emprego a votos em Estrasburgo”, 15-10-2009 [<http://www.gracacarvalho.eu/Eurodeputada-Maria-da-Graca-Carvalho-leva-Programa-Erasmus-1-Emprego-a-votos-em-Estrasburgo-a319,z64.htm>].
- <sup>2</sup> Press Release do EPP “Erasmus for Young Entrepreneurs’ presented in Strasbourg”, 07/07/2010 [<http://arc.eppgroup.eu/press/show-pr.asp?prcontroldoctypeid=1&prcontrollid=9541&prcontentid=16339&prcontentlg=en>].
- <sup>3</sup> Conferência de Imprensa “Erasmus - Jovens Empreendedores”, 07-07-2010 [<http://www.gracacarvalho.eu/Erasmus-Jovens-Empreendedores-anunciado-por-Graca-Carvalho-e-pelo-Vice-Presidente-da-Comissao-a1448,z27.htm>].
- <sup>4</sup> Proposta de emendas, Comissão ITRE, 07-07-2010, [<http://www.gracacarvalho.eu/Juventude-Erasmus-Empreendedorismo-a1509,z27.htm>].
- <sup>5</sup> Seminário “Um projecto de esperança para as gerações futuras” organizado pelo European Ideias Network do PPE e Instituto Sá Carneiro, Lisboa, 31-05 a 1-06-

2013 [<http://www.gracacarvalho.eu/Partido-Popular-Europeu-e-Instituto-Sa-Carneiro-debatem-emprego-jovem-em-Lisboa-a4428,z51.htm>].

<sup>6</sup> Intervenção “Creation of the Group Friends of EIT, 16-03-2011 [<http://www.gracacarvalho.eu/Maria-da-Graca-Carvalho-held-the-first-meeting-of-the-Friends-of-EIT-group-a2735,z39.htm>].

<sup>7</sup> Intervenção “Present and future KICs: what makes a KIC a KIC”, The European Institute of Innovation and Technology: Fostering Innovation and Strengthening Synergies within the EU, Dublin, 29-04-2013, [<http://www.gracacarvalho.eu/Horizon-2020-and-the-European-Institute-of-Innovation-and-Technology-will-be-fundamental-a5404,z54.htm>].

<sup>8</sup> Intervenção “Ensino superior em Portugal. Que futuro?”, Mesa Redonda, Universidade de Lisboa, 01-02-2013, [[http://www.gracacarvalho.eu/xms/files/ACTIVIDADE\\_EM\\_PORTUGAL/OUTRAS\\_ACTIVIDADES/2013/2\\_01-02-2013\\_UL/Site-Ensino\\_Superior\\_UL.pdf](http://www.gracacarvalho.eu/xms/files/ACTIVIDADE_EM_PORTUGAL/OUTRAS_ACTIVIDADES/2013/2_01-02-2013_UL/Site-Ensino_Superior_UL.pdf)].

<sup>9</sup> Declaração “Apelo ao governo para reformular as regras de Acção Social”, 03-02-2011 [<http://www.gracacarvalho.eu/Apelo-ao-governo-para-reformular-as-regras-de-Accao-Social-a2427,z55.htm>].

<sup>10</sup> Intervenção “Strategic Partnership in Research and Education”, Seminário sobre Educação, 04-03-2013 [<http://www.gracacarvalho.eu/Strategic-Partnership-in-Research-and-Education-a5261,z39.htm>].

<sup>11</sup> Iniciativa do Banco Alimentar Contra a Fome promovida no âmbito do projecto “Educar Para a Cidadania”, 28-05-2010 [<http://www.gracacarvalho.eu/Projecto-Educar-para-a-Cidadania-a1284,z55.htm>].

<sup>12</sup> Iniciativa no âmbito das comemorações do dia da Europa “Encontro com alunos do 9º ano da EBI-Centro de Portugal - Vila de Rei”, 24-05-2010

[<http://www.gracacarvalho.eu/Encontro-com-alunos-do-9-ano-da-EBI-Centro-de-Portugal-Vila-de-Rei-a1233,z55.htm>].

<sup>13</sup> Iniciativa de no âmbito do programa da Comissão Europeia “Juventude em Acção”, Vila Real de Santo António, 13-09-2010 [<http://www.gracacarvalho.eu/Programa-Juventude-em-Accao-a1614,z55.htm>].

<sup>14</sup> Iniciativa no âmbito da acção “Biodiversidade em Portugal: passou ou chumbou?” promovida pela Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves (SPEA), 28-01-2011 [<http://www.gracacarvalho.eu/Maria-da-Graca-Carvalho-visita-Escola-EBI-Santa-Maria-de-Beja-a3397,z55.htm>].

## REGIÕES DESFAVORECIDAS

<sup>1</sup> Carvalho, M. G., Urge reprogramar, simplificar e executar o QREN, *O Algarve*, 03-03-2012 [<http://www.gracacarvalho.com/Urge-reprogramar-simplificar-e-executar-o-QREN-a4294,z62.htm>].

<sup>2</sup> Carvalho, M. G., Os fundos estruturais e o emprego, *Diário do Alentejo*, 23-07-2010 [<http://www.gracacarvalho.com/Os-fundos-estruturais-e-o-emprego-Diario-do-Alentejo-a1489,z62.htm>].

<sup>3</sup> Informação à Imprensa de 23-03-2010 [<http://www.gracacarvalho.com/Maria-da-Graca-Carvalho-regozija-se-com-a-decisao-do-Governo-portugues-de-nao-utilizar-em-Lisboa-a971,z64.htm>].

<sup>4</sup> Carvalho, M. G., Os fundos e o desenvolvimento sustentável, Conferência Quadro Estratégico Europeu 2014-2020, *Culturgest*, 08-01-2013 [<http://www.gracacarvalho.com/Conferencia-sobre-o-Quadro-Estrategico-Europeu-2014-2020-a5138,z60.htm>].

<sup>5</sup> Carvalho, M. G., *Towards Greater Synergy between Research Framework Programme and Structural Funds*, Comissão ITRE, 2011 [<http://www.gracacarvalho.com/Sinergias-entre-os-Fundos-Estruturais-e-o-Programa-Quadro-de-Investigacao-a3453,z27.htm>].

## PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO

<sup>1</sup> Intervenção na sessão plenária de 19 Janeiro, 2010 [<http://www.gracacarvalho.com/Segunda-revisao-do-Acordo-de-Parceria-ACP-CE-Acordo-de-Cotonou-debate-a673,z32.htm>].

<sup>2</sup> Intervenção na 19ª Sessão da Assembleia Parlamentar Paritária ACP-EU, Tenerife, 27 Março a 1 de Abril, 2010 [<http://www.gracacarvalho.com/ACP-EU-Joint-Parliamentary-Assembly-19th-Session-a1373,z29.htm>].

<sup>3</sup> *Ibid.*

<sup>4</sup> Relatório sobre Pós-Copenhaga, 2010, [<http://www.gracacarvalho.eu/Relatorio-sobre-Pos-Copenhaga-a2181,z53.htm>].

<sup>5</sup> Intervenção na 26ª Sessão da Assembleia Parlamentar Paritária ACP-EU, Adis Abeba, 23 a 27 de Novembro, 2013 [<http://www.gracacarvalho.com/The-26th-Session-of-the-ACP-EU-Joint-Parliamentary-Assembly-a5987,z29.htm>].

<sup>6</sup> Rapporteur for Private sector development strategy including innovation for sustainable and inclusive development, 2013, [<http://www.gracacarvalho.eu/Rapporteur-for-Private-sector-development-strategy-including-innovation-for-sustainable-and-a5988,z29.htm>].

<sup>7</sup> Intervenção na 19ª Sessão da Assembleia Parlamentar Paritária ACP-EU, Tenerife, 27 de Março a 1 de Abril, 2010 [<http://www.gracacarvalho.com/ACP-EU-Joint-Parliamentary-Assembly-19th-Session-a1373,z29.htm>].

<sup>8</sup> *Proposition de résolution d'urgence déposée par Maria Da Graça Carvalho, Filip Kaczmarek, Gay Mitchell et Mariya Gabriel, au nom du groupe PPE sur la situation en République de Guinée (en remplacement des résolutions 1 à 7 sur la situation en République de Guinée (RM/936171))*, 25ª Sessão da Assembleia Parlamentar Paritária ACP-EU, 17-06-2013 [<http://www.gracacarvalho.com/Situation-of-the-Republic-of-Guinea-a6017,z29.htm>].

<sup>9</sup> *Resolution on the situation in Côte d'Ivoire*, 21ª Sessão da Assembleia Parlamentar Paritária ACP-EU, 2011 [<http://www.gracacarvalho.com/21-Sessao-da-Assembleia-Parlamentar-Paritaria-ACP-UE-Situacao-na-Costa-de-Marfim-a3054,z29.htm>].

<sup>10</sup> Proposta de Resolução apresentada na sequência das perguntas com pedido de resposta oral B7-0205/2013 e B7-0206/2013 nos termos do artigo 115.º, n.º 5, do Regimento sobre a reconstrução e democratização do Mali (2013/2587(RSP)), 25ª sessão da Assembleia Parlamentar Paritária ACP-UE, 2013 [<http://www.gracacarvalho.com/Reconstrucao-e-democratizacao-do-Mali-a5593,z29.htm>].

<sup>11</sup> Intervenção na 26ª Sessão da Assembleia Parlamentar Paritária ACP-EU, Adis Abeba, 23 a 27 de Novembro, 2013 [<http://www.gracacarvalho.com/The-26th-Session-of-the-ACP-EU-Joint-Parliamentary-Assembly-a5987,z29.htm>].

<sup>12</sup> “Speech friendship group European parliament – Cape Verde”, 2010, [<http://www.gracacarvalho.com/Criacao-do-Grupo-de-Amizade-com-Cabo-Verde-no-Parlamento-Europeu-a1325,z39.htm>].

- <sup>13</sup> “Reunião com o Ministro da Cultura de Cabo Verde” [<http://www.gracacarvalho.eu/Reuniao-com-o-Ministro-da-Cultura-de-Cabo-Verde-a4315,z39.htm>].
- <sup>14</sup> “Eurodeputados reforçam laços entre a União Europeia e Cabo-Verde”, 2012 [<http://www.gracacarvalho.com/Eurodeputados-reforcam-lacos-entre-a-Uniao-Europeia-e-Cabo-Verde-a4988,z57.htm>].
- <sup>15</sup> “Visita oficial do Presidente de Cabo Verde a Parlamento Europeu”, 2013, [<http://www.gracacarvalho.com/Visita-oficial-do-Presidente-de-Cabo-Verde-a-Parlamento-Europeu-a5788,z39.htm>].
- <sup>16</sup> Intervenção de Novembro, 2012, [<http://www.gracacarvalho.com/Report-of-the-visit-to-Cape-Town-with-Commissioner-Geoghegan-Quinn-a5101,z39.htm>].
- <sup>17</sup> Cf. [<http://www.gracacarvalho.eu/Nomeacao-para-relatora-EDCTP-a6209,z27.htm>].
- <sup>18</sup> Participação na Assembleia Parlamentar para o Mediterrâneo, 2014 [<http://www.gracacarvalho.eu/Plenario-da-Assembleia-Parlamentar-da-Uniao-para-Mediterraneo-a6164,z93.htm>].
- <sup>19</sup> Cf. [<http://www.gracacarvalho.eu/Conferencia-do-Grupo-EPP-no-Mar-Negro-Jordani-a-a6177,z93.htm>].
- <sup>20</sup> Participação no 11º Encontro inter-Parlamentário UE-Algéria, 2011 [<http://www.gracacarvalho.eu/Encontro-inter-parlamentario-UE-Algeria-3587,z39.htm>].
- <sup>21</sup> Parlamento Europeu, Towards Peace and Democracy in Burma, 2010, [<http://www.gracacarvalho.eu/Conferencia-Rumo-a-Paz-e-a-Democracia-na-Birmania-a1771,z39.htm>].
- <sup>22</sup> Iniciativa de 26-07-2010 [<http://www.gracacarvalho.eu/Maria-da-Graca-Carvalho-inicia-periplo-de-visitas-a-Tailandia-e-a-Timor-Leste-no-ambito-da-a1506,z64.htm>].
- <sup>23</sup> Women’s Forum Myanmar, 2013 [<http://www.gracacarvalho.eu/Womens-Forum-Myanmar-2013-a6029,z39.htm>].
- <sup>24</sup> Diálogo de Vindueque, 2010 [<http://www.gracacarvalho.eu/O-Dialogo-de-Windhoek-a1944,z29.htm>].

# ANEXO A

Recomendações do Relatório Carvalho  
“Simplificação da execução dos  
programas-quadro de investigação”

RECOMENDAÇÕES DO RELATÓRIO	IMPLEMENTADAS AINDA NO 7º PROGRAMA-QUADRO	CONSIDERADAS NA AVALIAÇÃO INTERCALAR DO 7º PROGRAMA-QUADRO	IMPLEMENTADAS NO HORIZONTE 2020	ALTERAÇÕES NECESSÁRIAS NO REGULAMENTO FINANCEIRO
<b>Interpretação uniforme de regras e regulamentos</b>	Estabelecido recentemente um grupo de funcionários séniores pertencentes a todos os departamentos e agências da Comissão envolvidos que irá remover inconsistências na aplicação das regras de financiamento da investigação. Os contributos dos participantes foram recebidos electronicamente.	✓		
<b>Revisão e/ou interpretação alargada do Regulamento do Pessoal da UE</b>				✓ (Regulamento do Pessoal)
<b>Distinção clara entre fraude e erros</b>		✓		
<b>Maior margem de erro tolerável</b>				✓
<b>O financiamento da investigação deve ser baseado na confiança e na aceitação do risco de erros da parte dos participantes</b>		✓		✓

<b>Aceitação mais ampla de procedimentos contabilísticos para cálculo de custos elegíveis</b>	Permitir mais flexibilidade na forma de cálculo de custos elegíveis utilizados pelas entidades a nível nacional. Esta medida evitará que sejam implementados métodos paralelos apenas para efeitos do programa-quadro		✓	✓
<b>Simplificação do cálculo de custos de pessoal</b>	Permitir mais flexibilidade na forma de cálculo de custos de pessoal utilizados pelas entidades a nível nacional. Esta medida evitará que sejam implementados métodos paralelos apenas para efeitos do programa-quadro	✓		
<b>Aceitação de declarações de garantia sobre a fiabilidade das contas anuais da organização</b>			✓	
<b>Combinação entre taxas de financiamento e definição de custos indirectos</b>			✓	
<b>Opção de taxas de financiamento fixas e diferenciar “lump sums” de “flat rates”</b>			✓	
<b>Introduzir taxas de financiamento fixas para “outros custos directos”</b>			✓	

RECOMENDAÇÕES DO RELATÓRIO	IMPLEMENTADAS AINDA NO 7º PROGRAMA-QUADRO	CONSIDERADAS NA AVALIAÇÃO INTERCALAR DO 7º PROGRAMA-QUADRO	IMPLEMENTADAS NO HORIZONTE 2020	ALTERAÇÕES NECESSÁRIAS NO REGULAMENTO FINANCEIRO
Facilitar adendas aos contratos entre a Comissão e o consórcio			✓	
Simplificação de mecanismos de contabilização do tempo do pessoal			✓	✓
Retirar a obrigação de recuperar as taxas de juros do montante do pré-financiamento			✓	✓
Encorajar a atribuição de Prémios - mas não como substituição de instrumentos de financiamento mais estruturados			✓	✓
Reembolso de custos incorridos depois da apresentação da proposta	Donos de PME, cujos salários não são registados contabilisticamente nas contas da empresa, são agora reembolsáveis através de taxas fixas	✓		
Definição de custos elegíveis, incluindo o IVA como custo elegível			✓	✓
Definição de estratégias para auditorias		✓		

Regras de procedimentos para auditorias precisas, consistentes e transparentes		✓		
Implementação do método da auditoria única (“single audit approach”)		✓		
Reduzir a necessidade de auditorias “ex-post” e correcções retroactivas			✓	✓
Introduzir um procedimento de resposta			✓	
Favorecer financiamento baseado nos resultados científicos			✓	
Redução do tempo médio de pagamento entre atribuição do financiamento e o pagamento da primeira tranche		✓		
Redução do tempo de assinatura do contrato para um máximo de 6 meses			✓	
Aumentar o tempo médio entre publicação de concurso e submissão da proposta			✓	

RECOMENDAÇÕES DO RELATÓRIO	IMPLEMENTADAS AINDA NO 7º PROGRAMA-QUADRO	CONSIDERADAS NA AVALIAÇÃO INTERCALAR DO 7º PROGRAMA-QUADRO	IMPLEMENTADAS NO HORIZONTE 2020	ALTERAÇÕES NECESSÁRIAS NO REGULAMENTO FINANCEIRO
Manter o estatuto dos Estados-Membros através da opinião formal dos Comitês		✓		
Procedimento de concursos em 2 fases		✓	✓	
Simplificação de procedimentos de submissão de documentos e contratuais			✓	
Responsável único da Comissão por cada projecto			✓	
Todos os documentos requeridos pela Comissão devem referir qual é o seu valor legal			✓	
Administração electrónica (“e-administration”) e ferramentas online			✓	
Estratégias de informação e de sensibilização		✓		
Projecto piloto de acesso livre a publicações “Open Access”			✓	

Assegurar o envolvimento de todos os beneficiários na utilização de recursos disponibilizados pelo programa-quadro		✓		
Aumento de transparência relativamente à seleção dos tópicos a financiar nos concursos		✓		
Sistema de revisão por pares harmonizado			✓	
Reduzir a disparidade de regras de financiamento			✓	
Criar cursos para responsáveis de projectos e auditores		✓		
Redução do número de instrumentos de financiamento			✓	
Empréstimos para projectos de risco com capital público e capital público e privado			✓	

**Nota:** As duas únicas medidas propostas no meu relatório sobre a simplificação da execução dos programas-quadro de investigação que não chegaram a ser implementadas foram: “Revisão e/ou interpretação alargada do Regulamento do Pessoal da UE” e “Maior margem de erro tolerável”



# ANEXO B

## Lista de abreviaturas

ACP - África, Caraíbas e Pacífico  
APEM - Assembleia Parlamentar Euro-Mediterrânea  
APP ACP-EU - Assembleia Parlamentar Paritária África, Caraíbas, Pacífico - União Europeia  
APP - Assembleia Parlamentar Paritária  
ASEAN - Associação das Nações do Sudoeste Asiático  
BEI - Banco Europeu de Investimento  
BUDG - Comissão dos Orçamentos  
CEDEAO - (cf. ECOWAS) Comunidade Económica dos Estados Oeste Africano  
CEFIC - European Chemical Industry Council  
CLORA - Club des Organismes de Recherche Associés  
COP - Conferência das Partes  
COPERNICUS - European Earth Observation Programme  
COSME - Programa Europeu para a Competitividade das Pequenas e Médias Empresas  
CPLP - Comunidade de Países de Língua Portuguesa  
CRUP - Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas  
CSISP - Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos  
DTE - Directiva da Tributação da Energia  
CEDEAO - Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental  
EDCTP - European and Developing Countries Clinical Trials Partnership  
EIE - Programa Energia Inteligente - Europa  
EIT - (cf. IET) European Institute of Innovation and Technology  
ENVI - Comissão do Ambiente, Saúde Pública e Segurança Alimentar  
ERASMUS - European Community Action Scheme for the Mobility of University Students  
EUA - Estados Unidos da América

EUA - European University Association  
EUROMED - Euro-Mediterranean Partnership  
FC - Fundo de Coesão  
FEADER - Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural  
FED - Fundo Europeu de Desenvolvimento  
FEDER - European Regional Development Fund  
FEI - Fundo Europeu de Investimento  
FET - Future and Emerging Technologies  
FRELIMO - Frente de Libertação de Moçambique  
FSE - Fundo Social Europeu  
GALILEO - European Global Satellite Navigation System  
GEE - Gases com Efeito de Estufa  
HORIZONTE 2020 Programa Horizonte 2020 Programa Quadro de Investigação e Inovação (2014-2020)  
I&D - Investigação e Desenvolvimento  
IET - (cf. EIT) Instituto Europeu de Tecnologia  
IMI - Parceria Público-Privada para os Medicamentos Inovadores  
IMM - Instituto de Medicina Molecular  
ITER - Projecto Internacional na área da fusão nuclear  
ITRE - Comissão da Indústria, Energia e Investigação  
JTI - Joint Technology Initiative  
LERU - League of European Research Universities  
MDM - Movimento Democrático de Moçambique  
MNLA - Movimento Nacional de Libertação do Azawad  
MPE - Membro do Parlamento Europeu

ONG - Organização Não Governamental

ONU - Organização das Nações Unidas

PE - Parlamento Europeu

PEV - Política Europeia de Vizinhança

PIB - Produto Interno Bruto

PME - Pequena e Média Empresa

PPE - Partido Popular Europeu

QEE - Quadro Estratégico Europeu

QREN - Quadro de Referência Estratégico Nacional

RENAMO - Resistência Nacional Moçambicana

RUP - Regiões Ultraperiféricas

SURE - Comissão Especial temporária do Parlamento Europeu sobre os Desafios Políticos e os Recursos Orçamentais para uma União Europeia Sustentável Após 2013

TFUE - Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia

TIC - Tecnologias de Informação e Comunicação

UE - União Europeia (França, Alemanha, Bélgica, Itália, Luxemburgo, Holanda, Dinamarca, Reino Unido, Irlanda, Grécia, Portugal, Espanha, Áustria, Finlândia, Suécia, Chipre, República Checa, Estónia, Hungria, Letónia, Lituânia, Malta, Polónia, Eslovénia, Eslováquia, Bulgária, Roménia, Croácia)

UE-15 - União Europeia a 15 (França, Alemanha, Bélgica, Itália, Luxemburgo, Holanda, Dinamarca, Reino Unido, Irlanda, Grécia, Portugal, Espanha, Áustria, Finlândia, Suécia)

UE-27 - União Europeia a 27 (França, Alemanha, Bélgica, Itália, Luxemburgo, Holanda, Dinamarca, Reino Unido, Irlanda, Grécia, Portugal, Espanha, Áustria, Finlândia, Suécia, Chipre, República Checa, Estónia, Hungria, Letónia, Lituânia, Malta, Polónia, Eslovénia, Eslováquia, Bulgária, Roménia)

UPADD - União dos Partidos Africanos para a Democracia e o Desenvolvimento

# ANEXO C

Publicações como Deputada  
ao Parlamento Europeu

## A) RELATÓRIOS E PARECERES PARLAMENTARES

1. Simplificação dos Programas de Ciência e Inovação. Relatora na Comissão ITRE do processo de definição das regras de participação nos actuais e nos futuros programas europeus de ciência e inovação. Aprovado em Novembro de 2010
2. Programa de concessão de apoio financeiro comunitário a projectos no domínio da energia para o relançamento da economia. Relatora sombra para o parecer na Comissão dos Orçamentos. Aprovado em Novembro de 2010
3. Enfrentar os desafios da segurança da exploração offshore de petróleo e gás. Relatora sombra na Comissão do ITRE. Aprovado em Julho de 2011
4. Programa-Quadro da Comunidade Europeia da Energia Atómica de actividades de investigação e formação em matéria nuclear (2012 - 2013). Relatora sombra para o parecer na Comissão dos Orçamentos. Aprovado em 2011
5. Livro verde - dos desafios às oportunidades: para um quadro estratégico comum de financiamento da investigação e inovação da EU. Relatora sombra para o parecer na Comissão dos Orçamentos. Aprovado em 2011
6. Revisão da Directiva da Tributação da Energia. Relatora sombra para o parecer na Comissão dos Orçamentos. Aprovado em 2011
7. Avaliação intercalar do Sétimo Programa Quadro em matéria de investigação, desenvolvimento-tecnológico e demonstração. Relatora sombra para o parecer na Comissão dos Orçamentos. Aprovado em 2011
8. Relatório para a segurança do aprovisionamento energético e cooperação internacional. Relatora sombra na Comissão ITRE. Aprovado em Junho 2012
9. Implantação e exploração dos sistemas europeus de radionavegação por satélite. Relatora sombra para o parecer na Comissão dos Orçamentos. Aprovado em Junho de 2012
10. Regulamento que estabelece o Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia EIT. Relatora sombra para o parecer na Comissão dos Orçamentos. Aprovado em Setembro 2012
11. Programa para o ambiente e a Ação Climática (LIFE); Relatora sombra para o parecer na Comissão dos Orçamentos. Aprovado em Setembro 2012
12. Proposta de regulamento do Conselho relativo ao apoio da União para os programas de assistência ao desmantelamento nuclear na Bulgária, Lituânia e Eslováquia. Relatora sombra para o parecer na Comissão dos Orçamentos. Aprovado em Dezembro 2012
13. Programa Complementar de Investigação para o Projecto ITER (2014-2018). Relatora sombra para o parecer na Comissão dos Orçamentos. Aprovado em Março 2013

14. Relatório para o Programa Específico de Execução do Horizonte 2020. Relatora na Comissão ITRE para o programa específico do Horizonte 2020. Aprovado em Novembro 2013
15. Programa GALILEO - Sistema global de navegação por satélite. Relatora principal na Comissão dos Orçamentos. Aprovado em Novembro 2013
16. Programa COPERNICUS. Relatora principal na Comissão dos Orçamentos. Aprovado em Novembro 2013
17. Programa SST - Localização e Vigilância no Espaço - programa de prevenção de danos causados por detritos espaciais. Relatora principal na Comissão dos Orçamentos. Aprovado em Novembro 2013
18. Relatório sobre o segundo programa de Parceria entre a Europa e os Países em Desenvolvimento para a Realização de Ensaios Clínicos (EDCTP). Relatora sombra na Comissão ITRE. Aprovado em Janeiro 2014
19. Integração e Modernização regional das Alfândegas para o desenvolvimento sustentável nos países ACP em cooperação com a UE. Relatora sombra na delegação ACP. Aprovado em Março 2014
20. Estratégia do desenvolvimento do sector privado incluindo a inovação para um desenvolvimento sustentável e inclusivo. Relatora principal na delegação ACP. Em elaboração.

## B) RESOLUÇÕES

1. Sobre os resultados da Conferência de Copenhaga sobre as Alterações Climáticas (COP15), aprovada na sessão plenária de Fevereiro 2010
2. Sobre as grandes catástrofes naturais ocorridas na Região Autónoma da Madeira, na França e na Espanha, aprovada na sessão plenária de Março 2010
3. Sobre as grandes catástrofes naturais ocorridas na Região Autónoma da Madeira e os efeitos da tempestade Xynthia na Europa, aprovada na sessão plenária de Março 2010
4. Investir no desenvolvimento de tecnologias hipocarbónicas (Plano SET), aprovada na sessão plenária de Março 2010
5. Sobre os veículos eléctricos, aprovada na sessão plenária de Maio de 2010
6. Promover o combate a tuberculose, aprovada em Fevereiro de 2011
7. Sobre a Costa de Marfim aprovada em Maio 2011
8. Resolução sobre a República da Guiné Conacri aprovada em Junho 2013

## C) ORGANIZAÇÃO DE SEMINÁRIOS

1. "Needed: A new approach for research and innovation in Europe", Parlamento Europeu, Bruxelas, 30 de Novembro de 2009
2. "A China e as Alterações Climáticas", Parlamento Europeu, Bruxelas, Dezembro 2009
3. "Capacitação, Transferência de Tecnologia e adaptação às alterações climáticas em África", COP 15, Copenhaga, Dezembro 2009
4. "Cidades Sustentáveis e Alterações Climáticas - Como as cidades poderão combater as alterações climáticas", Parlamento Europeu, Bruxelas, 14 de Abril 2010
5. "Rethinking 2050. A 100% Renewable Energy for the European Union", Parlamento Europeu, Bruxelas, 15 de Abril 2010
6. "Science beyond Fiction: Future Emerging Technologies", Parlamento Europeu, Estrasburgo, 20 e 21 de Abril 2010
7. "Intergenerational fairness: giving the future a face", Parlamento Europeu, Bruxelas, 3 de Maio 2010
8. "Gerações Futuras e UE 2020 - Garantir Oportunidades para os jovens, gerações futuras e património cultural", Parlamento Europeu, Bruxelas, 15 de Setembro de 2010
9. "Processo de paz e democracia na Birmânia", Parlamento Europeu, Bruxelas, 5 de Outubro de 2010
10. "Electric Vehicle Batteries Made in Europe", Parlamento Europeu, Bruxelas, 30 de Novembro de 2010
11. "European Forum for Manufacturing Innovation, Research & Manufacturing", Parlamento Europeu, Bruxelas, 26 de Janeiro de 2011
12. "Assuring the future of a competitive and sustainable manufactory in Europe", Parlamento Europeu, Bruxelas, 10 de Fevereiro 2011
13. "Strategy for energy infrastructures in Europe", Parlamento Europeu, Bruxelas, 2 de Março de 2011
14. "Meeting on European Education, Health, Structural Funds and Culture", Parlamento Europeu, Bruxelas, 21 de Março 2011.
15. "SAVE ENERGY", Parlamento Europeu, Bruxelas, 26 de Maio 2011
16. "What future for European Research", Parlamento Europeu, Bruxelas, 1 de Junho 2011
17. "Research for excellence at the European Parliament: a day with the IMM", Parlamento Europeu, Bruxelas, 15 de Junho 2011
18. "How Research and Technology organisations strengthen the Research and Innovation base in Europe", Parlamento Europeu, Bruxelas, 23 de Junho 2011
19. "Simplifying the implementation of Research Framework Programmes", Parlamento Europeu, Bruxelas, 1 de Setembro 2011

20. "Launching the Group of Friends of the EIT", Parlamento Europeu, Bruxelas, 21 de Setembro 2011
21. "Exposição Iniciativas Tecnológicas Conjuntas", Parlamento Europeu, Bruxelas, 5 de Outubro 2011
22. "Health and Life Science Research in Europe", Parlamento Europeu, Bruxelas, 19 de Outubro 2011
23. "FuturICT", Parlamento Europeu, Bruxelas, 20 de Outubro 2011
24. "Biomass and resource efficiency", Parlamento Europeu, Bruxelas, 10 de Novembro 2011
25. "From Copenhagen to Cancun, State of the climate talks", Parlamento Europeu, Bruxelas, 11 de Novembro de 2011
26. "Debate sobre o desenvolvimento das FCH JU", Parlamento Europeu, Bruxelas, 23 de Novembro 2011
27. "Simplification: The way ahead", co-organized with the Belgian Presidency, Parlamento Europeu, Bruxelas, 30 de Novembro 2011
28. "Horizonte 2020", Universidade de Évora, Évora, 5 de Janeiro 2012
29. "Horizonte 2020, Multidisciplinaridade na Investigação Europeia", Parlamento Europeu, Bruxelas, 11 de Janeiro 2012
30. "Horizonte 2020", Universidade dos Açores, Açores, 20 de Janeiro 2012
31. "Horizonte 2020, Políticas europeias na área da saúde", Parlamento Europeu, Bruxelas, 24 de Janeiro 2012
32. "Horizonte 2020", Universidade de Lisboa, Lisboa, 27 de Janeiro 2012
33. "Horizonte 2020, Associação Internacional dos editores de publicações científicas", Parlamento Europeu, Bruxelas, 7 de Fevereiro 2012
34. "Celebrating Success - meet the EIT Award winners", Parlamento Europeu, Bruxelas, 22 de Fevereiro 2012
35. "Horizonte 2020", Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2 de Março 2012
36. "Horizonte 2020, Iniciativas Tecnológicas Conjuntas JTI", Parlamento Europeu, Bruxelas, 6 de Março 2012
37. "A Decarbonização dos Sistemas Europeus de Energia e de Transportes", Parlamento Europeu, Bruxelas, 13 de Março 2012
38. "Horizonte 2020", Comissão de Indústria, Investigação e Energia ITRE do Parlamento Europeu, Bruxelas, 20 de Março 2012
39. "Horizonte 2020, Indústrias de Defesa", Parlamento Europeu, Lisboa, 5 de Abril 2012
40. "Debate sobre a Estratégia e Prioridades Energéticas na Europa", Parlamento Europeu, Bruxelas, 11 de Abril 2012

41. “Horizonte 2020”, Fundação Champalimaud, Lisboa, 13 de Abril 2012
42. “Horizonte 2020”, Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, Porto, 26 de Abril 2012
43. “Horizonte 2020”, IV Congresso do Ensino Superior Politécnico, Lisboa, 27 de Abril 2012
44. “Horizonte 2020”, Instituto Superior Técnico IST, Lisboa, 18 de Maio 2012
45. “Debate sobre as células estaminais”, Parlamento Europeu, Bruxelas, 29 de Maio 2012
46. “Advanced materials R&D&I, a crucial cross cutting element of Horizon 2020”, Parlamento Europeu, Bruxelas, 30 de Maio 2012
47. “Our Blue Future”, Parlamento Europeu, Bruxelas, 30 de Maio 2012
48. “Audição do Horizonte 2020 do Grupo do Partido Popular Europeu”, Parlamento Europeu, Bruxelas, 5 de Junho 2012
49. “The role of Horizon 2020 for the citizen, civil society and the public good”, Parlamento Europeu, Bruxelas, 7 de Junho 2012
50. “O papel das Universidades no Horizonte 2020”, Parlamento Europeu, Bruxelas, 18 de Junho 2012
51. “Horizonte 2020”, Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação IAPMEI, Lisboa, 21 de Junho 2012
52. “Horizonte 2020”, Universidade Lusófona, Lisboa, 29 de Junho 2012
53. “Retorno dos Investimentos da UE em Investigação na área da Saúde e Desenvolvimento Global” Parlamento Europeu, Bruxelas, 26 de Setembro 2012
54. “Política Regulatória e Competitividade do Sector Energético na Europa”, Parlamento Europeu, Bruxelas, 2 de Outubro 2012
55. “EIT Comunidade de Conhecimento e Inovação: Chegar às Regiões - EIT - um actor chave na perspectiva europeia”, Parlamento Europeu, Bruxelas, 2 de Outubro 2012
56. “A importância das KETs -Tecnologias Facilitadoras Essenciais- para a Inovação, o Abastecimento de Combustível, o Crescimento Económico e a Coesão na Europa”, Parlamento Europeu, Bruxelas, 9 de Outubro 2012
57. “Open Access to Data in Horizon 2020”, Parlamento Europeu, Bruxelas, 10 de Outubro 2012
58. “EIT ICT Labs: Bringing ICT Innovations to Life”, Parlamento Europeu, Bruxelas, 10 de Outubro 2012
59. “A Inovação e o papel dos Engenheiros”, Parlamento Europeu, Bruxelas, 22 de Janeiro 2013
60. “Inovação na União Europeia num mundo em mudança”, Parlamento Europeu, Bruxelas, 30 de Janeiro 2013

61. "Para uma Comunidade de Conhecimento e Inovação KIC", Parlamento Europeu, Bruxelas, 19 de Fevereiro 2013
62. "Apoio na Investigação e na Inovação para PMEs de alto-crescimento", Parlamento Europeu, Bruxelas, 22 de Fevereiro 2013
63. "Um Acordo Estratégico para a Investigação e a Educação", Parlamento Europeu, Bruxelas, 4 de Março 2013
64. "Promover Excelência em I+D para a Saúde Global", Parlamento Europeu, Bruxelas, 6 de Março 2013
65. "Contribuição das Infra-estruturas e Tecnologias do Gás para os Desafios da União Europeia da Energia e do Clima", Parlamento Europeu, Bruxelas, 13 de Março 2013
66. "A Economia Digital", Parlamento Europeu, Bruxelas, 19 de Março 2013
67. "Indústria de Base Biológica", Parlamento Europeu, Bruxelas, 20 de Março 2013
68. "A criação de uma indústria de construção high-tech: o desafio de tornar a eficiência energética em um negócio sustentável", Parlamento Europeu, Bruxelas, 23 de Abril 2013
69. "Um desafio para o Horizonte 2020: Equidade Intergeracional e Envelhecimento", Parlamento Europeu, Bruxelas, 24 de Abril 2013
70. "O EIT: Promover a Inovação e Reforçar Sinergias com a União Europeia", Parlamento Europeu, Bruxelas, 29 de Abril 2013
71. "Sistemas de Energia: Um mundo de Equilíbrio", Parlamento Europeu, Bruxelas, 5 de Junho 2013
72. "A descoberta das histórias por trás de energia eólica", Parlamento Europeu, Bruxelas, 5 de Junho 2013
73. "Mobilising leaders, business, government and youth to foster innovation and employment in Europe", Parlamento Europeu, Bruxelas, 6 de Junho 2013
74. "Melhor e Mais Avançados Biocombustíveis - Quais as políticas certas", Parlamento Europeu, Bruxelas, 19 de Junho 2013
75. "Garantir o acesso global à bioenergia sustentável a nível mundial", Parlamento Europeu, Bruxelas, 24 de Junho 2013
76. "EIN Workshop on Research and Innovation", Universidade de Verão do EIN, Porto, 28 de Junho 2013
77. "The forest-based sector's vision for growth: A renewed Strategic Research and Innovation Agenda for 2020", Parlamento Europeu, Bruxelas, 9 de Setembro 2013
78. "Photonics21", Parlamento Europeu, Bruxelas, 12 de Setembro 2013
79. "Open Access to research publications", Parlamento Europeu, Bruxelas, 19 de Setembro 2013
80. "O Futuro do Ensino Superior Politécnico no

- contexto Europeu”, Parlamento Europeu, Bruxelas, 24 de Setembro 2013
81. “Cerimónia oficial de abertura das Iniciativas Tecnológicas Conjuntas”, Parlamento Europeu, Bruxelas, 1 de Outubro 2013
82. “Exposição Knowledge4Innovation”, Parlamento Europeu, Bruxelas, 1 de Outubro 2013
83. “Debate sobre Iniciativas Tecnológicas Conjuntas JTIs - Inovação em Acção”, Parlamento Europeu, Bruxelas, 2 de Outubro 2013
84. “O Papel da União Europeia nas Parcerias de Inovação para o Desenvolvimento de Produtos para a Saúde”, Parlamento Europeu, Bruxelas, 16 de Outubro 2013
85. “Patentes: O que se deve proteger? O que se deve partilhar?”, Parlamento Europeu, Bruxelas, 16 de Outubro 2013
86. “European Energy Storage Technology Development Roadmap towards 2030”, Parlamento Europeu, Bruxelas, 12 de Novembro 2013
87. “Oportunidades de Financiamento na UE no âmbito do novo Quadro Financeiro”, Parlamento Europeu, Bruxelas, 13 de Novembro 2013
88. “Tuberculoses na Europa - Como eliminar esta ameaça moderna”, Parlamento Europeu, Bruxelas, 13 de Novembro 2013
89. “Aliança de Investigação sobre o Oceano Atlântico”, Parlamento Europeu, Bruxelas, 13 de Novembro 2013
90. “Construir a Europa através da investigação e da inovação conjunta. Fazer Twinning and Teaming work no Horizonte 2020”, Parlamento Europeu, Bruxelas, 13 de Novembro 2013
91. “Seminário sobre doenças raras”, Parlamento Europeu, Bruxelas, 26 de Novembro 2013
92. “O que é o IMI e como podem participar grupos portugueses?”, Faculdade de Medicina de Lisboa, Lisboa, 17 de Janeiro 2014
93. “The economics of Intellectual Property”, Parlamento Europeu, Bruxelas, 22 de Janeiro 2014
94. “State Aid in support of Innovation”, Parlamento Europeu, Bruxelas, 29 de Janeiro 2014
95. “Envolver as instituições portuguesas no programa de parceria entre a Europa e os Países em Desenvolvimento para a realização de ensaios clínicos EDCTP”, Instituto Medicina Tropical, Lisboa, 17 de Fevereiro 2014

## D) LIÇÕES CONVIDADAS EM CONFERÊNCIAS

1. “O Futuro da Europa”, Seminário organizado pelo PSD, Lisboa, 7 Maio 2009
2. “Políticas para a Juventude”, Jornadas Sociais Democratas, Universidade Lusófona, Lisboa, 16 e 17 Maio 2009
3. “The role of policy making in designing research networks”, Parlamento Europeu, Bruxelas, 6 de Setembro 2009
4. “Research and Innovation: What’s next in Brussels?”, Parlamento Europeu, Bruxelas, 6 de Novembro 2009
5. “Economia, emprego, educação e juventude”, Conselho Nacional da JSD, 7 de Novembro de 2009
6. “3º Business Lunch da Associação Portuguesa para a Promoção do Hidrogénio (AP2H2)”, Lisboa, Janeiro 2010
7. “Energias Renováveis e Turismo Sustentável”, Presidência PSD Algarve, Albufeira, 6 de Março 2010
8. “O papel da Agricultura nas Energias Alternativas”, Ovibeja, Beja, 29 de Abril 2010
9. “3º Seminário Internacional de Torres Vedras sobre Economia do Hidrogénio”, Torres Vedras, 30 de Abril 2010.
10. “Final Conference of the Global Sectoral Approaches - “Proof-of-Concept” Study”, Centre for European Policy studies, Brussels, 5 de Maio 2010
11. “Os desafios de Futuro da Educação em Portugal”, Iniciativa da Juventude Social Democrata, Oliveira de Azeméis 22 e 23 de Maio 2010
12. “Educar para a Cidadania”, Banco Alimentar Contra a Fome, Lisboa, 28 de Maio de 2010
13. “A Estratégia Energética de Portugal - Produção Sustentável, Consumo Eficiente e Desenvolvimento Nacional”, Instituto Superior Técnico, Lisboa, 31 Maio 2010
14. “Green jobs and a green economy: more than a pink elephant?”, Bruxelas, 9 de Junho 2010.
15. “Internacionalização das Escolas de Medicina”, Associação das Escolas de Medicina na Europa, Berlim, 11 de Junho 2010
16. “O interesse e futuro do ensino superior e o papel da ESABeja como pólo de desenvolvimento sustentável numa região como o Alentejo”, Escola Superior Agrária do Instituto Politécnico de Beja, Beja, 18 de Junho 2010
17. “O roteiro da Energia na UE para 2050”, Parlamento Europeu, Bruxelas, 21 Junho 2010
18. “As Cidades e a Política Europeia para a Energia e Clima”, Agência Regional de Energia e Ambiente do Algarve (AREAL), Vilamoura, 25 de Junho 2010

19. “Manter a competitividade num mundo em mudança - inovação regional e políticas de coesão no presente e no futuro”, Comité das Regiões, 14 de Setembro 2010
20. “ICT 2010: Digitally Driven”, EXPO, Bruxelas, 27 Setembro 2010
21. “Triângulo do conhecimento e a economia verde”, Parlamento Europeu, Bruxelas, 27 de Outubro 2010
22. “O Diálogo de Windhoek” Namíbia, 29 de Outubro 2010
23. “ Ambiente para alunos”, Escola EBI Santa Maria de Beja, Beja, 28 de Janeiro 2011
24. “Políticas Europeias para a Energia e as Alterações Climáticas”, Instituto Superior de gestão, Lisboa, 4 de Fevereiro de 2011;
25. “PPEC - Plano de Promoção da Eficiência no Consumo de Energia Eléctrica”, Centro Cultural de Belém em Lisboa, 11 de Fevereiro 2011.
26. “Seminário de Estudos Europeus”, Gabinete do Parlamento Europeu em Portugal, Lisboa, 11 de Fevereiro 2011
27. “Towards financially sustainable universities: European universities diversifying income streams: EU Funding Programmes and Universities financial sustainability “, E.U.A., Bruxelas, 22 de Fevereiro 2011
28. “EIT Climate-KIC MEP Network”, Parlamento Europeu, Bruxelas, 28 de Fevereiro 2011
29. “A reestruturação dos 3ºs ciclos”, Universidade do Algarve, Faro, 8 de Abril 2011
30. “Energia e Ambiente nas Cidades”, Câmara Municipal de Silves, Silves, 16 de Abril 2011
31. “O futuro do mecanismo de desenvolvimento limpo (MDL)”, Parlamento Europeu, Bruxelas, 19 de Abril 2011
32. “Financiamento da transição para uma sociedade limpa, e de baixo carbono”, Parlamento Europeu, Bruxelas, 26 de Maio 2011
33. “Strengthening Europe’s science base and European research area”, Parlamento Europeu, Bruxelas, 8 de Junho 2011.
34. “Energia e Alterações Climáticas - desde a investigação Científica até a sua implementação na política”, Imperial College, Londres, 14 de Junho 2011
35. “Repensar a Energia - Políticas e Inovação tecnológica”, Faculdade de Engenharia e Tecnologias da Universidade Lusíada de Vila Nova de Famalicão, 20 de Junho 2011
36. “The Pact of Islands Process: Beyond 2012”, Parlamento Europeu, Bruxelas, 21 de Junho 2011
37. “As Políticas de Ciência Energia na União Europeia”, LNEG, Lisboa, 27 de Julho 2011

38. "Eficiência energética, ambiente, competitividade e inovação", Parlamento Europeu, Bruxelas, 6 de Setembro 2011
39. "Directiva de Eficiência Energética", Parlamento Europeu, Bruxelas, 8 de Setembro 2011
40. "Internet and Societies: New Innovation Paths", Parlamento Europeu, Bruxelas, 8 de Setembro 2011
41. "Cidadania Europeia e Políticas de Juventude na Europa", Vila Real de Santo António, 12 de Setembro 2011 .
42. "Próximo orçamento da UE em matéria de Energias Renováveis", Parlamento Europeu, Bruxelas, 27 de Setembro 2011 .
43. "Cimeira Rio+20", Parlamento Europeu, Bruxelas, 29 de Setembro 2011
44. "O futuro dos programas europeus de ciência e inovação", Parlamento Europeu, Bruxelas, 5 de Outubro 2011
45. "Resource and Energy Efficiency on Manufacturing", Parlamento Europeu, Bruxelas, 12 de Outubro 2011
46. "The role of ICT in building an Intergenerational Fair Society", Parlamento Europeu, Bruxelas, 13 de Outubro 2011
47. "STM roundtable on Scientific Publishing and Innovation", Parlamento Europeu, Bruxelas, 18 de Outubro 2011
48. "Estratégia para o Desenvolvimento Sustentável da União Europeia, a posição Europeia nas Cimeiras Internacionais (Rio+20)", Fórum Mundial Lisboa 21 sobre a Água, Lisboa, 24 de Outubro, 2011
49. "Soluções inovadoras para as KETs", Parlamento Europeu, Bruxelas, 8 de Novembro 2011
50. "Financiamento europeu - Joint Programming", Parlamento Europeu, Bruxelas, 9 de Novembro 2011
51. "O futuro dos programas europeus de ciência e inovação", Parlamento Europeu, Bruxelas, 9 de Novembro 2011
52. "Programas europeus de ciência e inovação", Parlamento Europeu, Bruxelas, 10 de Novembro 2011
53. "The Role of the EU Budget in Achieving the 2020 Energy & Climate Targets", Parlamento Europeu, Bruxelas, 19 de Novembro 2011
54. "Europe's R&D investments", Parlamento Europeu, Bruxelas, 22 de Novembro 2011
55. "As prioridades e estratégia europeias em matéria de gás", Parlamento Europeu, Bruxelas, 23 de Novembro 2011
56. "A participação nos programas europeus de ciência e inovação", Parlamento Europeu, Bruxelas, 23 de Novembro 2011

57. “A importância das JTI e a necessidade de desenvolver a participação da indústria”, Parlamento Europeu, Bruxelas, 23 de Novembro 2011
58. “Encerramento Dia da Inovação”, Parlamento Europeu, Bruxelas, 24 de Novembro 2011
59. “Solidariedade Social”, Grupo das Mulheres Social-democratas do Distrito de Évora, Évora, 26 de Novembro 2011
60. “Horizonte 2020 nas indústrias de tecnologias de informação e comunicação”, Parlamento Europeu, Bruxelas, 1 de Dezembro 2011
61. “Horizonte 2020”, Parlamento Europeu, Bruxelas, 1 de Dezembro 2011
62. “Alterações Climáticas”, 4ª Edição da Universidade Europa, Cascais, 10 a 12 Dezembro de 2011
63. “Programa Energia Inteligente para a Europa”, Parlamento Europeu, Bruxelas, 15 de Dezembro 2011
64. “Programa quadro europeu de investigação e inovação Horizonte 2020”, Universidade de Évora, Évora, 5 de Janeiro 2012
65. “Programa Horizonte 2020, a implementação da União da Inovação, as sinergias entre o programa quadro e os fundos estruturais, a simplificação da inovação na Europa e sobre a área europeia de investigação”, Parlamento Europeu, Bruxelas, 13 de Janeiro 2012
66. “Homenagem ao Diogo Vasconcelos”, Comissão Europeia, Bruxelas, 24 de Janeiro 2012
67. “A UE na Liderança das preocupações ambientais” na 5ª Edição da Universidade Europa, Curia, 28 de Janeiro de 2012
68. “Conferência ERA 2012 - o reforço da área europeia de investigação”, Comissão Europeia, Bruxelas, 30 de Janeiro 2012
69. “A importância do mapeamento do fundo marinho nomeadamente por rações de pesca, biológicas, de biodiversidade e de recursos minerais”, Parlamento Europeu, Bruxelas, 7 de Fevereiro 2012
70. “Public Procurement of Innovation”, Parlamento Europeu, Bruxelas, 9 de Fevereiro 2012
71. “An Intergenerational Fair Perspective on Energy”, Parlamento Europeu, Bruxelas, 14 de Fevereiro 2012.
72. “States Representatives Group meeting FCH JU”, Parlamento Europeu, Bruxelas, 6 de Março 2012
73. “Transatlantic Energy Relations”, Parlamento Europeu, Bruxelas, 7 de Março 2012
74. “Mulheres na Política e os Desafios Futuros no Algarve”, Câmara Municipal de Faro, Faro, 8 de Março 2012
75. “ERA-NETS e Regiões”, Comité das Regiões, Bruxelas, 27 de Março 2012
76. “Small Business Big Horizons - Horizon 2020 innovative funding initiatives and the future of SMEs”, Parlamento Europeu, Bruxelas, 28 de Março 2012

77. "Building critical mass for innovation", Parlamento Europeu, Bruxelas, 28 de Março 2012
78. "Engaging dialogues of Art and Information Technologies", Parlamento Europeu, Bruxelas, 26 de Abril 2012
79. "Energy Efficiency in Europe 2020", Parlamento Europeu, Bruxelas, 8 de Maio 2012
80. "Twinning Excellence", Parlamento Europeu, Bruxelas, 10 de Maio 2012
81. "Horizon 2020 and the Modernisation of European Universities", Parlamento Europeu, Bruxelas, 10 de Maio 2012
82. "O papel da energia no Horizonte 2020", Cidade Europeia da Cultura, Guimarães, 11 de Maio 2012
83. "Ciência e Inovação - Horizonte 2020", ICCEU-International Conference on Combustion and Energy Utilization, Coimbra, 12 de Maio 2012
84. "Ciência e Inovação no Espaço Europeu. Políticas Públicas em Portugal", ISCTE-IUL, 18 de Maio 2012
85. "Questões europeias na 6ª Edição da Universidade Europa", Coimbra, 20 de Maio de 2012
86. "Inovação, juventude, emprego. Crescimento: Políticas europeias de inovação e o papel do Parlamento Europeu", Parlamento Europeu, Bruxelas, 2 de Junho 2012
87. "From Research to change", Aalborg University, Dinamarca, 7 de Junho 2012
88. "A política Energética na União Europeia", Instituto Superior de Economia e Gestão ISEG, Lisboa, 15 de Junho 2012
89. "Horizonte 2020", Parlamento Europeu, Bruxelas, 19 de Junho 2012
90. "Cimeira Política de Coesão numa Europa das Regiões", Ponta Delgada, Açores, 21 de Junho 2012
91. "The European welfare state - an engine for growth", Parlamento Europeu, Bruxelas, 26 de Junho 2012
92. "Rio+20: Economia Verde e Desenvolvimento Sustentável", Fundação Serralves, Porto, 28 de Junho 2012
93. "Meeting of Transatlantic Group: The BRICs in the new world architecture", European Ideas Network EIN, Washington, 11 de Julho 2012
94. "Meeting of Transatlantic Group: How to Cope with Growth and Public Debt - a EU and US view", European Ideas Network EIN, Washington, 11 de Julho 2012
95. "A Investigação em Ciências Sociais e Humanas no contexto Europeu Europa 2020 - Definir a Investigação na Europa num mundo em mudança", Parlamento Europeu, Bruxelas, 18 de Setembro 2012

96. “O Horizonte 2020”, Parlamento Europeu, Bruxelas, 19 de Setembro 2012
97. “European Security Research in Horizon 2020: A Societal Change?”, Parlamento Europeu, Bruxelas, 19 de Setembro 2012
98. “Participação da Indústria no Programa Horizonte 2020”, Parlamento Europeu, Bruxelas, 24 de Setembro 2012
99. “As perspectivas do papel das Universidades de Ciências aplicadas no Espaço Europeu”, UASnet, Bragança, 29 de Setembro 2012
100. “O futuro da competitividade da indústria Europeia”, Universidade anual do European Ideas Network EIN, Berlim, 4 de Outubro 2012
101. “Definir o futuro das empresas líderes da União Europeia”, Parlamento Europeu, Bruxelas, 9 de Outubro 2012
102. “A Importância das KETs para a inovação, o crescimento económico e a coesão na Europa”, Parlamento Europeu, Bruxelas, 9 de Outubro 2012
103. “Melhor Regulamento para um Melhor Cuidado e Como pode Direito Europeu orientar a Investigação Clínica Europeia”, Parlamento Europeu, Bruxelas, 11 de Outubro 2012
104. “AeroSpace e Indústrias de Defesa na Europa”, Parlamento Europeu, Bruxelas, 12 de Outubro 2012
105. “A Excelência na Investigação Europeia”, Parlamento Europeu, Bruxelas, 16 de Outubro 2012
106. “Preservar a Europa para as gerações futuras: Rumo a um crescimento verde e uma economia sustentável”, Congresso do Partido Popular Europeu PPE, Bucarest, 18 de Outubro 2012
107. “Competitividade regional e empreendedorismo na Europa”, Gabinete do Parlamento Europeu em Portugal e Comissão Europeia, Faro, 19 de Outubro 2012
108. “Empreender para crescer”, III Convenção Social-Democrata do Distrito de Setúbal, Setúbal, 20 de Outubro 2012
109. “Inovação”, Parlamento Europeu, Bruxelas, 12 de Novembro 2012
110. “New education for new growth”, Jean Monnet, Lisboa, 13 de Novembro 2012
111. “Horizonte 2020: O Parlamento Europeu toma a palavra”, Parlamento Europeu, Bruxelas, 13 de Novembro 2012
112. “Financiamento para Investigação no próximo orçamento da EU”, Parlamento Europeu, Bruxelas, 15 de Novembro 2012
113. “Investigação, transferência de tecnologia e inovação no sector agrícola e agro-alimentar”, Fundação Champalimaud, Lisboa, 16 de Novembro 2012
114. “Discurso de abertura do segundo encontro do programa científico financiado pelo sétimo

- programa quadro sobre malária, sida e tuberculose (EDCTP)", Cidade do Cabo, África do Sul, 27 de Novembro 2012
115. "A importância dos fundos europeus para o desenvolvimento sustentável", convite do Governo Português, Culturgest, Lisboa, 8 de janeiro 2013
116. "State aid for research and development and innovation", Comissão Europeia, Bruxelas, 9 de Janeiro 2013
117. "A Indústria Farmacêutica", Diário Económico e a Merck Sharp & Dohme MSD, Lisboa, 17 de Janeiro 2013
118. "Horizonte 2020: Rumo a uma agenda ambiciosa para as oportunidades de crescimento dos Institutos de Ensino Superior", Parlamento Europeu, Bruxelas, 21 de Janeiro 2013
119. "Improving access to life-saving therapy for acute heart attack patients", Parlamento Europeu, Bruxelas, 23 de Janeiro 2013
120. "Distribution Networks delivering the smart agenda across Europe", Parlamento Europeu, Bruxelas, 23 de Janeiro 2013
121. "Desenvolvimento da base tecnológica e industrial de defesa nacional", AFCEA Portugal, EuroDefense-Portugal e AIP-CCI, Lisboa, 25 de Janeiro 2013
122. "A importância da Investigação, do Desenvolvimento e da Inovação para a competitividade da Indústria Europeia do Espaço", Parlamento Europeu, Bruxelas, 29 de Janeiro 2013
123. "O Futuro do Ensino Superior em Portugal", Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 1 de Fevereiro 2013
124. " Innovating Out of the Crisis: The Role of Political Leaders in Fostering Job Creation", 2013 American Association for the Advancement of Science AAAS Meeting, Boston, 14 de Fevereiro 2013
125. "As PME's e a Inovação: A necessidade de um mercado europeu de patentes", Parlamento Europeu, Bruxelas, 26 de Fevereiro 2013
126. "Joint Programming", Presidência Irlandesa do Conselho da União Europeia, Dublin, 28 de Fevereiro 2013
127. "Key Global Challenges: Women Leaders Throw Down their Gauntlets ", Parlamento Europeu, Bruxelas, 6 de Março 2013
128. "Investigação na UE: Desafio Global, Colaboração", Parlamento Europeu, Bruxelas, 7 de Março 2013
129. "A Transição Demográfica na Europa: A Contribuição da Investigação para a Solução do Problema", Parlamento Europeu, Bruxelas, 7 de Março 2013
130. "O programa HORIZON 2020 e os fundos estruturais", AIMMAP Associação dos industriais Metalúrgicos, Metalomecânicos e Afins de Portugal, Porto, 15 de Março 2013

131. “Start-ups Europeus no âmbito do Horizonte 2020”, Parlamento Europeu, Bruxelas, 20 de Março 2013
132. “Os Fundos Comunitários”, Instituto Politécnico de Lisboa, Lisboa, 25 de Março 2013
133. “Inovação e Competitividade nos Clusters Industriais”, Parlamento Europeu, Bruxelas, 26 de Março 2013
134. “Quadro de Inovação e os instrumentos correctos que assegurem a competitividade e os níveis de vida no futuro da Europa”, Parlamento Europeu, Bruxelas, 26 de Março 2013
135. “Wake up Europe: A Call for Action”, Parlamento Europeu, Bruxelas, 26 de Março 2013
136. “Ecosistema de Inovação Europeia para gerar valor”, Parlamento Europeu, Bruxelas, 10 de Abril 2013
137. “Como apoiar a Inovação no local do trabalho no contexto do Horizonte 2020”, Parlamento Europeu, Bruxelas, 10 de Abril 2013
138. “Reforçar a Investigação e o Desenvolvimento - Horizonte 2020”, Reunião do Grupo do Partido Popular Europeu PPE, Dubrovnik, 11 de Abril 2013
139. “A investigação na área do mar no âmbito do Programa Horizonte 2020”, Parlamento Europeu, Bruxelas, 14 de Abril 2013
140. “Os programas europeus de apoio à inovação e as perspectivas para o próximo quadro comunitário de apoio, nomeadamente a Política Europeia de ID&I, o Horizonte 2020, a Simplificação e as Sinergias com os Fundos Estruturais Financiamento Europeu para a Ciência e a Inovação”, Reitoria da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 19 de Abril 2013
141. “Crescer para além da Inovação”, Parlamento Europeu, Bruxelas, 23 de Abril 2013
142. “The real driver´s behind the 2010/2011 Food Crises in sub-Saharan Africa”, Parlamento Europeu, Bruxelas, 23 de Abril 2013
143. “O Horizonte 2020”, IPO, Lisboa, 9 de Maio 2013
144. “O Futuro da Investigação da Metrologia Europeia”, Parlamento Europeu, Bruxelas, 15 de Maio 2013
145. “Diagnóstico do Sistema de Investigação e Inovação: Desafios, Forças e Fraquezas rumo a 2020”, Fundação Champalimaud, Lisboa, 13 de Maio 2013.
146. “EUREKA: Apoiar a Inovação”, Parlamento Europeu, Bruxelas, 16 de Maio 2013
147. “A investigação e as PPP na área da saúde no âmbito do Horizonte 2020”, Parlamento Europeu, Bruxelas, 16 de Maio 2013
148. “O Ensino Superior em Portugal”, Escola Superior de Desporto de Rio Maior do Instituto Politécnico de Santarém, Santarém, 24 de Maio 2013

149. “Manter a liderança Europeia na área da Física das Partículas”, Parlamento Europeu, Bruxelas, 29 de Maio 2013
150. “O Valor da Investigação Básica”, Parlamento Europeu, Bruxelas, 29 de Maio 2013
151. “Widening excellence: how to avoid a two-speed Europe in the service competitiveness and employment”, Parlamento Europeu, Bruxelas, 30 de Maio 2013
152. “Como encorajar a criação de spin-outs”, Parlamento Europeu, Bruxelas, 4 de Junho 2013
153. “Conhecimento do Meio Marinho 2020: Cartografia dos fundos marinhos para a promoção de uma pesca sustentável”, Parlamento Europeu, Bruxelas, 5 de Junho 2013
154. “O Climate Parliament e a Acção Parlamentar para as Energias Renováveis”, Parlamento Europeu, Bruxelas, 15 de Junho 2013
155. “Navegando para o Futuro IV e Conferência EurOCEAN 2014 - discurso de abertura”, Parlamento Europeu, Bruxelas, 20 de Junho 2013
156. “Conhecimento, Inovação e Crescimento Económico”, LNEC, Lisboa, 21 de Junho 2013
157. “Under which jurisdiction(s) are European citizens online”, Parlamento Europeu, Bruxelas, 21 de Junho 2013
158. “Atomium - Culture: Bringing Europe to the Forefront”, Parlamento Europeu, Estrasburgo, 2 de Julho 2013
159. “A Europa da Ciência e da Competitividade”, FNAC, Coimbra, 12 de Julho 2013
160. “Cooperação transatlântica em matéria de propriedade intelectual e as oportunidades para harmonizar as políticas EU-US de patentes e comércio”, Washington DC, 16 de Julho 2013
161. “Agenda transatlântica para o crescimento e o emprego”, Centro de Estudos Europeus CES, Instituto Internacional Republicano IRI e Instituto Hudson, Washington DC, 18 de Julho 2013
162. “As políticas europeias de alteração climática”, Parlamento Europeu, Bruxelas, 4 de Setembro 2013
163. “Ensino Superior, Ciência e Inovação”, sessão promovida pelo Dr. António Almeida Henriques, Viseu, 6 de Setembro 2013
164. “Inovação no Sector Público”, BEPA Bureau of European Policy Advisers, Comissão Europeia, Bruxelas, 9 de Setembro 2013
165. “Re-conectar a Política Europeia de Energia e os desafios da Energia Europeia”, Parlamento Europeu, Bruxelas, 10 de Setembro 2013
166. “Aligning the research agenda with patient needs”, Parlamento Europeu, Bruxelas, 10 de Setembro 2013
167. “Eficiência energética e energia verde”, Parlamento Europeu, Bruxelas, 11 de Setembro 2013

168. “O Programa Horizonte 2020”, Instituto de Tecnologia Karlsruhe, Alemanha, 12 de Setembro 2013
169. “Horizonte 2020 - O que é? O que podemos fazer?”, IPO, Porto, 13 de Setembro 2013
170. “A política europeia de investigação: Investir em investigação – uma saída para a crise?”, Sociedade Max Planck, Bruxelas, 16 de Setembro 2013
171. “Patentes na Europa: o que é que vem a seguir?”, Parlamento Europeu, Bruxelas, 17 de Setembro 2013
172. “Maximizar o potencial da Economia Digital”, Parlamento Europeu, Bruxelas, 17 de Setembro 2013
173. “O papel das Universidades em matéria de inovação e de desenvolvimento económico”, Centro de Estudos de Políticas Europeias CEPS, Bruxelas, 18 de Setembro 2013
174. “O Diálogo entre Ciência, Tecnologia e Sociedade no âmbito da Energia e as Alterações Climáticas”, Parlamento Europeu, Bruxelas, 19 de Setembro 2013
175. “O Programa Horizonte 2020”, Parlamento Europeu, Bruxelas, 24 de Setembro 2013
176. “Promover as mulheres empreendedoras em tempos de crise”, Parlamento Europeu, Bruxelas, 25 de Setembro 2013
177. “Liderança Industrial e interdisciplinaridade”, Copenhagen Business School CBS, Copenhaga, 27 de Setembro 2013
178. “Inovações médicas ao serviço dos pacientes”, Parlamento Europeu, Bruxelas, 1 de Outubro 2013
179. “Stairway to excellence”, Parlamento Europeu, Bruxelas, 2 de Outubro 2013
180. “Iniciativas Tecnológicas Conjuntas”, Parlamento Europeu, Bruxelas, 2 de Outubro 2013
181. “Conhecimento, Inovação e Crescimento Económico”, Gabinete do Parlamento Europeu em Portugal, CCB, Lisboa, 4 de Outubro 2013
182. “O futuro do ensino superior politécnico no contexto europeu”, Instituto Politécnico de Setúbal, Setúbal, 11 de Outubro 2013
183. “O papel da radiologia na medicina personalizada – Como assegurar a melhor prevenção e o melhor tratamento?”, Parlamento Europeu, Bruxelas, 15 de Outubro 2013
184. “O futuro da distribuição da Energia na Europa”, Conselho da Europa, Estrasburgo, 15 de Outubro 2013
185. “Saúde e género (s): políticas de cooperação para a investigação”, Escola Superior de Enfermagem de Coimbra ESEnfC, 19 de Outubro 2013

186. "O Horizonte 2020 e as perspectivas para Portugal", Laboratório Nacional de Energia e Geologia - LNEG, Lisboa, 25 de Outubro 2013
187. "A promoção das oportunidades para os jovens no contexto europeu", Agência Nacional Juventude em Acção, Pombal, 25 de Outubro 2013
188. "South for Growth", Gabinetes do Parlamento Europeu na Grécia, Chipre, Itália, Irlanda, Portugal e Espanha, Atenas, 4 de Novembro 2013
189. "Meta Vinculativa para as Energias Renováveis-Discussão do pacote 2030", Grupo EUFORES, Parlamento Europeu, Bruxelas, 5 de Novembro 2013
190. "Os objectivos e os desafios do orçamento europeu da investigação para os próximos anos", Parlamento Europeu, Bruxelas, 7 de Novembro 2013
191. "O capital de qualidade e excelência da escola de enfermagem de Coimbra", Escola Superior de Enfermagem de Coimbra, Coimbra, 8 de Novembro 2013
192. "From Lab to Market: Horizon 2020 - and how the EU can advance innovation", Parlamento Europeu, Bruxelas, 12 de Novembro 2013
193. "Conhecimento, Inovação e Crescimento Económico", UGT, Centro de Formação Sindical e Aperfeiçoamento Profissional CEFOSAP, Lisboa, 15 de Novembro 2013
194. "A estratégia europeia 2020 para o crescimento e as estratégias nacionais/regionais de investigação e inovação para a especialização inteligente", Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa, Lisboa, 28 de Novembro 2013
195. "Financiamento às políticas energéticas e de sustentabilidade para o período 2014-2020", RNAE Associação de Agências de Energia em parceria com a ENA Agência de Energia e Ambiente da Arrábida, Palmela, 29 de Novembro 2013
196. "A importância do programa H2020 para a União Europeia e para Portugal", Centro Cultural de Belém CCB, Lisboa, 13 de Dezembro 2013
197. "Public Private Partnerships PPPs under Horizon 2020 on Factories of the Future, Energy Efficient Buildings, Green Vehicles and Sustainable Process Industry", Charlemagne Building, Comissão Europeia, Bruxelas, 17 de Dezembro 2013
198. "Ciência, Europa e Futuro", Fundação Francisco Manuel dos Santos, Lisboa, 24 de Janeiro 2014
199. "Os Programas Espaciais Europeus", edifício Charlemagne da Comissão Europeia, Bruxelas, 29 de Janeiro 2014
200. "O futuro do ensino superior, ciência e inovação no contexto europeu", UTAD, Vila Real de Trás-os-Montes, 22 Março 2014

## E) ARTIGOS EM JORNAIS E REVISTAS DE DIVULGAÇÃO

1. “A Cimeira de Copenhaga - uma nova ordem mundial”, in Expresso, 31 de Dezembro 2009
2. “Investir no futuro: Bambini bonds”, in Diário de Notícias, 5 de Fevereiro 2010
3. “OE e o reforço na confiança”, in Diário Económico, 13 de Fevereiro 2010
4. “Energias Renováveis e Turismo Sustentável: Europa mais próxima do Alentejo e do Algarve”, in Barlavento online, 4 de Março de 2010
5. “Paulo Rangel: coragem e consistência”, in Diário de Notícias, 24 de Março 2010
6. “Igreja Católica inspira nova relação com o ambiente”, in Público, 28 de Abril 2010
7. “Alentejo pode liderar sociedade de baixo carbono”, in Diário do Alentejo, 7 de Maio 2010
8. “Orçamento dá Prioridade à Juventude, Ciência e Inovação”, in Diário de Notícias, 5 de Junho de 2010
9. “Urge simplificar o acesso aos fundos”, in Diário Económico, 22 de Junho 2010
10. “Nos 25 anos da ESAB”, in Diário do Alentejo, 25 de Junho de 2010
11. “Apoios europeus à ciência e inovação em debate”, in Público, 20 de Julho de 2010
12. “Agência Europeia de Segurança Marítima deve alargar competências”, in Diário de Notícias, 22 de Julho de 2010
13. “Os fundos estruturais e o emprego”, in Diário do Alentejo, 23 de Julho 2010
14. “Um ano no Parlamento Europeu”, in Diário do Alentejo, 6 de Agosto
15. “As cidades e as alterações climáticas”, in Diário do Alentejo, 20 de Agosto 2010
16. “A Juventude e o Primeiro Emprego”, in Diário do Alentejo, 3 de Setembro 2010
17. “Simplification, Simplification, Simplification”, in The Parliament Magazine, 20 de Setembro 2010
18. “O Orçamento Europeu do pós-crise”, in Diário do Alentejo, 1 de Outubro 2010
19. “Timor Leste, oito anos de independência”, in Diário do Alentejo, 15 de Outubro 2010
20. “Para quando eleições justas e livres na Birmânia?”, in Diário de Notícias, 23 de Outubro 2010
21. “A Birmânia na encruzilhada”, in Diário do Alentejo, 29 de Outubro 2010
22. “Para uma Agência de Segurança Marítima com novas competências”, in Diário do Alentejo, 12 de Novembro 2010
23. “Sakineh Ashtiani sobreviveu”, in Margem Sul, 16 de Novembro 2010

24. “Urge simplificar o acesso aos fundos europeus no pós-crise”, in Diário Económico, 22 de Novembro 2010
25. “Trust and simplify”, in Times Higher Education Magazine, 25 de Novembro 2010
26. “A democracia é possível na Birmânia”, in Diário de Notícias, 27 de Novembro 2010
27. “Simplify, simplify!”, in The Parliament Magazine, 29 de Novembro 2010
28. “Expectativas para a COP16”, in Diário do Alentejo, 10 de Dezembro 2010
29. “A Conferência de Cancún”, in Margem Sul, 11 de Dezembro 2010
30. “Uma nova oportunidade na luta pelo clima”, in Diário de Notícias, 28 de Dezembro 2010
31. “A saga dos activistas residentes”, in Diário do Alentejo, 31 de Dezembro de 2010
32. “Liberdade de escolha na saúde”, in Diário do Alentejo, 14 de Janeiro de 2011
33. “Ano Novo auspicioso para o clima”, in Expresso, 15 de Janeiro de 2011
34. “Por uma Europa da Saúde”, in Diário de Notícias, 26 de Janeiro 2011
35. “No limiar da terceira revolução industrial”, in Diário do Alentejo, 18 de Fevereiro 2011
36. “No limiar da terceira revolução industrial”, in Diário de Notícias, 24 de Fevereiro 2011
37. “Europa deve liderar energia limpa”, in Diário do Alentejo, 25 de Março 2011
38. “No limiar da terceira revolução industrial”, in Margem Sul, 6 de abril 2011
39. “Orçamento Europeu com acrescida flexibilidade”, in Margem Sul, 6 de Abril 2011
40. “Orçamento Europeu abraça Estratégia 2020 e privilegia flexibilidade”, in Diário do Alentejo, 8 de Abril 2011
41. “A importância do orçamento europeu para a região do Alentejo”, in Diário do Alentejo, 17 de Maio 2011
42. “Uma oportunidade para o crescimento”, in Diário de Notícias, 20 de Maio 2011
43. “Como dinamizar o crescimento”, in Margem Sul, 27 de Maio 2011
44. “Orçamento e o Algarve”, in O Algarve, 10 de Junho 2011
45. “O Financiamento do Ensino Superior e o Algarve”, in O Algarve, 16 de Junho 2011
46. “Crucial moment for Europe’s scientific community”, in Public Service Europe, 17 de Junho 2011

47. “Um financiamento do Ensino Superior justo e equilibrado”, in Margem Sul, 21 de Junho 2011
48. “Ensino Superior - o desafio do financiamento”, in Diário do Alentejo, 21 de Junho 2011
49. “The future EU Research and innovation programmes”, in Science and Business, 11 de Julho 2011
50. “O futuro orçamento europeu para a ciência e inovação”, in O Algarve, 14 de Julho 2011
51. “Um orçamento corajoso e inovador”, in Diário de Notícias, 26 de Julho 2011
52. “Parlamento Europeu propõe o reforço da ciência e da inovação”, in Diário do Alentejo, 27 de Julho 2011
53. “Um Plano Marshall para relançar a economia europeia”, in O Algarve, 12 de Agosto 2011
54. “Ciência e inovação europeias reforçadas”, in Margem Sul, 28 de Agosto 2011
55. “Plano Marshall Europeu”, in Diário de Notícias, 6 de Setembro 2011
56. “Um plano europeu para o crescimento da economia”, in Diário do Alentejo, 9 de Setembro 2011
57. “O futuro orçamento europeu para a ciência e inovação”, in O Algarve, 16 de Setembro 2011
58. “Recordar o passado para ganhar o futuro”, in O Algarve, 1 de Outubro 2011
59. “A saída da Crise”, in O Algarve, 14 de Outubro 2011
60. “Finalmente um Plano Marshall europeu”, in Diário de Notícias 27 de Outubro 2011
61. “Ciência e inovação geram crescimento”, in Diário do Alentejo, 28 de Outubro 2011
62. “Parcerias tecnológicas”, in Diário Económico, 2 de Novembro 2011
63. “Europa tem novo plano Marshall”, in Diário do Alentejo, 4 de Novembro 2011
64. “Estratégia Europeia para o clima prevalece”, in Diário de Notícias, 12 de Dezembro 2011
65. “O significado da Plataforma de Durban”, Agência Lusa, 12 de Dezembro 2011
66. “Durban”, in O Algarve, 23 de Dezembro 2011
67. “A verdadeira Primavera de Argel”, in Diário de Notícias, 16 de Janeiro 2012
68. “A difícil primavera argelina”, in Diário do Alentejo, 27 de Janeiro 2012
69. “A Primavera de Argel I”, in O Algarve, 27 de Janeiro 2012
70. “A Primavera de Argel II”, in O Algarve, 3 de Fevereiro 2012
71. “Financiamento europeu pode dinamizar a economia”, in Diário do Alentejo, 3 de Março 2012

72. "Urge reprogramar, simplificar e executar o QREN", in O Algarve, 3 de Março 2012
73. "União Europeia a uma só voz para a Energia", in Água e Ambiente, 4 de Março 2012
74. "Recordar o passado para ganhar o futuro", in Diário de Notícias, 15 de Março 2012
75. "Women in Science", in The Parliament Magazine, 27 de Março 2012
76. "Estratégia da União Europeia para a Energia e as Alterações Climáticas", in Planeta Azul, 29 de Março 2012
77. "Inovação, Competitividade, Crise e Europa 2020", in Eixo Atlântico Newsletter, 20 de Junho 2012
78. "O Futuro da Ciência", in PUBLICO, 23 de Julho 2012
79. "A estratégia europeia para a energia e o clima", in Jornal I, 31 de Julho 2012
80. "Economia de Baixo Carbono", in Planeta Azul, 30 de Agosto 2012
81. "Horizonte 2020", in Revista Climatização, 3 de Setembro 2012
82. "Horizonte 2020", in Revista Água e Ambiente, 19 de Setembro 2012
83. "Um orçamento Europeu para o crescimento e o emprego", in Diário de Notícias, 3 de Dezembro 2012
84. "COP18: Uma ponte para o futuro", in Diário de Notícias, 12 de Dezembro 2012
85. "Parceria UE-Cabo Verde", in revista GLOBO, 12 de Fevereiro 2013
86. "Algarve: Região em Transição", in Semanário O Algarve, 14 de Fevereiro 2013
87. "O Alentejo e o novo Quadro Estratégico Europeu", in Diário do Alentejo, 14 de Fevereiro 2013
88. "O novo Quadro Estratégico Europeu", in Diário de Notícias, 18 de Fevereiro 2013
89. "The Challenges Faced by Research and Innovation in Europe", in EPLO, 12 de Abril 2013
90. "Horizonte 2020", in Revista Edifício e Energia, 20 de Abril 2013
91. "Horizonte 2020", in Alentejo em linha, 3 de Junho 2013
92. "A importância do novo quadro comunitário 2014-2020 para Portugal", in Espaço Global, 11 de Junho 2013
93. "Horizonte 2020", in Diário de Notícias, 28 de Junho 2013
94. "Horizon 2020", in Pan European Networks, 30 de Agosto 2013
95. "Estado da União: o elogio do crescimento", in Diário de Notícias, 12 de Setembro 2013

96. “Stairway to Excellence”, in The European Files, 15 de Setembro 2013
97. “Horizonte 2020: um desafio e uma oportunidade”, in Diário de Notícias, 12 de Dezembro 2013
98. “A posição única do Alentejo”, in Jornal de Negócios, 19 de Dezembro 2013
99. “EU Space Policy - A Driver for Growth”, in The Parliament Magazine, 21 de Janeiro 2014
100. “Governo apoia ciência na transição entre quadros europeus”, in Diário de Notícias, 28 de Fevereiro 2014
101. “Research and innovation in Europe for better international industrial competitiveness”, in European Files Magazine, Fevereiro 2014
102. “Mudanças no ensino e na investigação em Portugal”, in Revista Técnico - Valores Próprios, número especial dedicado aos 40 anos do 25 de Abril no Técnico, Fevereiro 2014
103. “Portugal no centro da Europa”, Clube Europeu do Agrupamento de Escolas de Vilela, em Paredes, Fevereiro 2014
104. “Horizonte 2020 - o futuro da ciência e da inovação na Europa”, in Newsletter da PARSUK - Portuguese Association of Researchers and Students in the UK, Março 2014
105. “Boosting Energy Research and Innovation in Europe”, in European Energy Innovation, Spring 2014

106. “Entrevista a Maria da Graça Carvalho”, in revista Vida! Magazine, Março 2014

107. “Entrevista a Maria da Graça Carvalho”, in revista MEMO, publicação da ESEnFC, Março 2014

## PUBLICAÇÕES ACADÉMICAS

### A) CAPÍTULOS DE LIVROS

11. Le Grand, J., Carvalho, M.G., “Investing in Youth: Bambini Bonds” in Empowering people, driving change: Social innovation in the European Union, BEPA-Bureau of European Policy Advisers, European Commission, 2011
2. Carvalho, M.G., “O Papel das Instituições do Ensino Superior e a Relação com as Empresas na Investigação Científica e Tecnológica na Área da Energia” in Opções Energéticas para Portugal - Produção Sustentável e Consumo Eficiente, Grupo Lidel, 2011
3. Carvalho, M.G., “Ciência e Inovação no Espaço Europeu” in Políticas Públicas em Portugal, ISC-TE-IUL, 2012
4. Carvalho, M.G., “Prefácio do livro Inovação para a Mudança” de António Lúcio Baptista, Bruxelas, 2013

### B) REVISTAS INTERNACIONAIS

1. Zdena Zsigraiova, Gilberto Tavares, Viriato Semiao, Maria da Graça Carvalho. “Integrated waste-to-energy conversion and waste transport

- tation within island communities”, *Energy*, Vol. 34, pp.623-635, 2009
2. Martins, R., Krajacic, G., Alves, L., Azevedo, J.T. and Carvalho, M.G. - “Energy Storage in Islands, Modelling Porto Santo Hydrogen System”, *Chemical Engineering Transactions*, No. 18, pp. 367-372, 2009
  3. Tavares, G., Zsigraiova, Z., Semião, V.S. and Carvalho, M.G. - “Optimisation of MSW Collection Routes for Minimum Fuel Consumption Using 3D GIS Modelling”, *Waste Management*, Vol. 29, No. 3, pp.1176-1185, 2009
  4. Zsigraiova, Z., Tavares, G., Semião, V.S. and Carvalho, M.G. - “Integrated Waste-to-energy Conversion and Waste Transportation within Island Communities”, *Elsevier*, Vol. 34, No. 5, pp. 623-635, 2009
  5. Krajacic, G, Duic, N. and Carvalho, M.G. - “H2RES, Energy Planning Tool for Island Energy - The Case of the Island of Mljet”. *International Journal of Hydrogen Energy*, Vol. 34, No. 5, pp. 7015-7026, 2009
  6. M. G. Carvalho, M. Bonifácio, P. Dechamps, “Building a Low Carbon Society”, *Energy*, Vol. 36, Iss.4, pp.1842-1847, 2011
  7. Tavares, G., Zsigraiova, Z., Semião, V.S. and Carvalho, M.G. - “Monitoring, Fault Detection and Operation Prediction of MSW Incinerators Using Multivariate Statistical Methods”, *Waste Management*, Vol.31, pp. 1635-1644, 2011
  8. Krajacic, G, Duic, N. and Carvalho, M.G. - “How to Achieve a 100% RES Electricity Supply for Portugal?”. *Applied Energy*, Vol. 88, pp. 508-517, 2011
  9. Rifkin J., Carvalho, M.G., Consoli, A., Bonifacio, M. “Leading the Way to the Third Industrial Revolution”. *European Energy Review*, pp. 4-18, 2011
  10. G. Krajacic, N. Duic, M.G. Carvalho (2011). “How to achieve a 100% RES electricity supply for Portugal”. *Applied Energy*, Vol. 88, pp. 508-517, February 2011
  11. G. Krajacic, N. Duic, A.G. Tsikalakis, E. Zoulias, G. Caralis, E. Panteri, M.G. Carvalho. “Feed-in tariffs for promotion of energy storage technologies”. *Energy Policy*, vol. 39, issue 3, pp. 1410-1425, March 2011
  12. Carvalho, M.G., Matteo, B. and Dechamps, P. “Building a low carbon society”. Presented at the 5th Dubrovnik Conference on Sustainable Development of Energy, Water and Environment Systems, Dubrovnik, Croatia, Sep 30-Oct 03, 2009. *Energy*, Volume 36, Special Issue no. 4, pp. 1842-1847, April 2011
  13. G. Tavares, Z. Zsigraiova, V. Semião and M.G. Carvalho. “Monitoring fault detection and operation prediction of MSW incinerators using multivariate statistical methods”. *Waste Management*, Vol. 31, pp. 1635-1644, July 2011
  14. Carvalho, M.G., “EU energy and climate change strategy”. *Energy*, Vol. 40, Issue1, pp. 19-22, April 2012

15. Carvalho, M.G. and, Geoghegan-Quinn, M. "Reducing red tape research", in SCIENCE, 17 de Julho 2012
16. Carvalho, M.G. "Los programas europeos para la innovación y la participación de las empresas". Nueva revista de política, cultura y arte. Novembro 2012.
17. Garcia, J., Cerdeira, R., Tavares, N., Coelho, L. M. R., Kumar, P., Carvalho, M. G. "Influence of virtual changes in building configurations of a real street canyon on the dispersion of PM10". UCLIM Urban Climate Journal, Elsevier, 2013
18. Carvalho, MG, Duarte, A., Coelho, J., Costa, M. "Numerical simulation of a reversed flow small-scale Combustor". Fuel Processing Technology Journal. Elsevier. pp. 126-137, 2013
19. Garcia, J., Cerdeira, R., Tavares, N., Coelho, L. M. R., Carvalho, M. G.. "Evaluation of exhaust and non-exhaust traffic contribution to PM10 concentration in a busy street". Submetido para publicação ao International Journal of Environment and Pollution (IJEP) em Junho de 2013
20. Garcia, J., Cerdeira, R., Tavares, N., Coelho, L. M. R., Carvalho, M. G. "Analisis of Pedestrian Short-term Exposure Based in an Integrated System". Sumetido para publicação no Sustainable Development & Planning Journal. Novembro 2013

## **C) LIÇÕES CONVIDADAS EM CONFERÊNCIAS**

1. Carvalho, M.G.- "Building a Low Carbon Society". 5th Dubrovnik Conference on Sustainable Development of Energy, Water and Environment Systems, Dubrovnik, Croácia, 30 Setembro-3 Outubro 2009
2. Carvalho, M.G.- "EU Energy and Climate Change Strategy". ECOS2011 - 24th International Conference on Efficiency, Cost, Optimization, Simulation and Environmental Impact of Energy Systems. Novy Sad, Servia de 3 a 7 de Julho 2011
3. Carvalho, M.G.- "Discurso de abertura", SDEWES VIII Conferência on the sustainable development of energy, water and environment systems, Dubrovnik, 23 de Setembro 2013

## **D) CONGRESSOS E SIMPOSIA INTERNACIONAIS**

1. Garcia, J., Cerdeira, R., Tavares, N., Coelho, L. M. R., Carvalho, M. G. Study of children exposure to Particulate Matter in indoor air in school. VII Mediterranean Congress of Air Conditioning (CLIMAMED), 3-4 October 2013, Istanbul, Turquia
2. Garcia, J.M., Teodoro, F., Cerdeira, R., Coelho, L.M.R., Carvalho, M.G., Developing a methodology to predict PM10 outdoor urban concentrations using GLM. Aceite para apresentação oral e publicação nos proceedings, 22nd International Conference on Modelling, Monitoring and Management of Air Pollution, 7 - 9 July, 2014, Opatija, Croatia

# **ANEXO D**

**Eventos coordenados pela Deputada  
Maria da Graça carvalho**



Tuesday 16 March 2011 at 15.00 hrs  
European Parliament, Brussels - Room A5E-3

# Friends of EIT

European Institute of Innovation and Technology

hosted by **Maria de Graça Carvalho MEP**  
**Androulla Vassiliou**, European Commissioner for Education,  
Culture, Multilingualism and Youth

Monday 21 March 2011 from 17.30 to 19.30 hrs  
European Parliament, Brussels - Room JAN 6Q1

MEETING ON  
**EUROPEAN EDUCATION, HEALTH,  
STRUCTURAL FUNDS AND CULTURE**  
Hosted by **Maria da Graça Carvalho MEP** (EPP Group)

[www.gracacarvalho.eu](http://www.gracacarvalho.eu)

Wednesday 2 March 2011 at 13.00 hrs  
in the Members Salon, European Parliament

European Parliament lunch debate on  
**Strategy for energy infrastructures in Europe**

Maria da Graça Carvalho MEP (EPP Group)

Rui Cartaxo, President of the REN - Redes Energéticas Nacionais, S.GPS, S.A.  
(REN is National Energy Grid in Portugal)

The objective of the lunch is to discuss the Strategy,  
funding and regulation Environment of European Energy Infrastructure

MEETING ON  
**EUROPEAN AFFAIRS**

Hosted by **Maria da Graça Carvalho MEP**

Thursday 14 April 2011 from 15.00 to 17.30 hrs  
European Parliament, Brussels - Room A3F3B3

Tuesday 3 May 2011 from 13.00 to 14.30 hrs  
European Parliament, Paul Henri Spaak Building, Room P7C050

**The Future of Social Science  
and Humanities Funding in Europe**

Hosted by **Maria da Graça Carvalho MEP**, ITRE Committee

**Patricia Bulling**, Member of Cabinet of Commissioner Mălin Georghian-Quinn, European Commission  
**Pr Erika Fischer-Lichte**, ERC Panel Chair / Freie Universität Berlin  
**Pr Laine Beegs**, Rapporteur of the FP7 Interim Evaluation Expert Group/Professional research Fellow at LSE  
**Dra. Charlotte Fiala**, Head, EU Liaison Office of Freie Universität Berlin

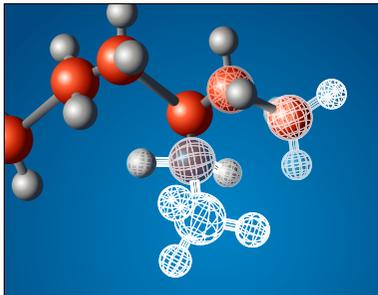
Special Conference

Thursday 30 June 2011 from 14.00 to 17.00 hrs - European Parliament, Brussels, Room A3E2

**The EIT  
What is its Future?**

Hosted by  
**Maria da Graça Carvalho MEP**

**Ronald de Bruijn** Director EIT  
**Xavier Prats Mornet** Director DG Education and Culture  
**Luis Rueda Langa** Director DG Education and Culture  
**Jiri Burianek** Director DG C, R, Competitiveness, Industry, Research & Innovation Policy  
**Alexander Van Gabsin** Chairman elect EIT  
**John Reynolds** Vice President of EIT Africa Network  
**Karin Markides** President & CEO Chalmers University of Technology  
**Emel Önerim** Director S&P Research Programme, IZM  
**Mary Keller** CEO Climate-IC and Intellectual Capital Institute



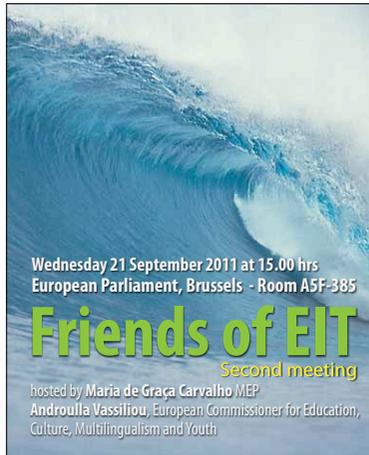
Wednesday 15 June 2011 from 16.30 to 18.30 hrs - European Parliament, Brussels, Room Jozef Antalfi 6Q1

**Research of excellence at the European Parliament**  
- a day with IMM

Hosted by **Maria da Graça Carvalho MEP**

J. Leão Antunes, President of the Instituto de Medicina Molecular (IMM)  
M. Carmo Fonseca, Executive Director of the IMM  
M. Pinto Gago, Managing Director, IMM  
M. Vindegar, Science Funding Coordinator, IMM  
M. Mota, Head of the Malaria Unit, IMM  
B. Silva Santos, Head of the Molecular Immunology Unit of IMM

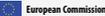


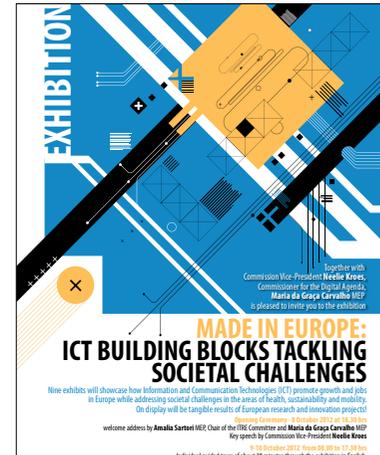


Wednesday 21 September 2011 at 15.00 hrs  
European Parliament, Brussels - Room ASF-385

**Friends of EIT**  
Second meeting

hosted by **Maria de Graça Carvalho MEP**  
**Androulla Vassiliou**, European Commissioner for Education,  
Culture, Multilingualism and Youth



**EXHIBITION**

Together with  
Commission Vice-President **Medja Kravtch**,  
Commissioner for the Digital Agenda,  
**Maria da Graça Carvalho MEP**  
is pleased to invite you to this exhibition

**MADE IN EUROPE:  
ICT BUILDING BLOCKS TACKLING  
SOCIAL CHALLENGES**

Nine exhibits will showcase how Information and Communication Technologies (ICT) promote growth and jobs  
in Europe while addressing societal challenges in the areas of health, sustainability and mobility.  
On display will be tangible results of European research and innovation projects!

Opening Ceremony: 9 October 2012 at 18.00 hrs  
welcome address by **Anna Maria Santen MEP**, Chair of the ITRE Committee and **Maria da Graça Carvalho MEP**  
Key speech by Commissioner for Innovation & Research **Josée**

9-10 October 2012, Room 08.00 to 17.30 hrs  
Individual guided tours of about 30 minutes through the exhibition in English  
In the individual guided tours, we would like to present the exhibits and projects to you and your staff.  
First and foremost, however, we would like to answer your personal questions, inspired by your practical interests  
and learn about what you think should be given special attention in the future development of ICT building blocks  
tackling economic and societal challenges.

"Distribution area" ASP 3rd floor from 8 to 10 October European Parliament, Brussels

**EMPOWERING  
ENERGY SAVINGS  
WITH SMART  
TECHNOLOGIES**

Hosted by  
**Maria da Graça Carvalho MEP**  
and **COGEN Europe**

Monday 19 December 2011 at 19.00 hrs  
in Member Salon  
European Parliament in Brussels



Dinner - Debate





Wednesday 22 February 2012  
from 09.00 to 10.30 hrs  
ROOM: JAN 6Q1  
European Parliament,  
Brussels,

Meet the EIT Award winners  
**European Entrepreneurs  
Europe's future**

Hosted by  
**Maria da Graça Carvalho MEP**  
and EIT




Tuesday 7 February 2012 at 19.45 hrs  
**Private Members' salons of the European Parliament's  
Altiero Spinelli building**



**The contribution of  
Project Management  
to public spending efficiency  
in Europe**

Parliamentary Dinner hosted by  
MEP **Maria Da Graça Carvalho**  
and co-hosted by  
**Mark Langley**  
President and CEO of PMI






Wednesday 11 April 2012 at 13.00 hrs in the Members Salon, European Parliament

## ENERGY INFRASTRUCTURES IN EUROPE

Maria da Graça Carvalho and António Correia de Campos MEPs jointly with Rui Cartaxo, President of REN - Redes Energéticas Nacionais SGPS, S.A. (REN is the Portuguese Transmission System Operator for electricity and gas)



REN  
Redes Energéticas Nacionais



Porto: 11 de Maio de 2012 das 17h00 às 19h00  
Auditório: FEUP - Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto

Maria da Graça Carvalho organiza

Seminário sobre o  
**Programa Específico de Execução do Horizonte 2020**  
**Programa-Quadro Europeu de Investigação e Inovação (2014-2020)**

O Seminário contará com a presença do Secretário de Estado do Empreendedorismo, Competitividade e Inovação, Carlos Nuno Oliveira e com o Director da FEUP - Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, Sebastião Feyo de Azevedo

Grupo PPE



Wednesday 30 May 2012 from 12.30 to 14.00 hrs  
European Parliament, Brussels - Room A7F387

## OUR BLUE FUTURE

Towards a MarineIC in the European Institute of Innovation and Technology

hosted by MEPs Maria da Graça Carvalho and Maria do Céu Patrão Neves

with the participation of  
Ricardo Sérgio Santos, Provost for the Integration of Sea Affairs, University of the Azores and President, IMAR - Instituto do Mar  
Marisa Matias MEP & Rapporteur, Decision on the ET's SIA  
Ioannis A. Tsoulakas MEP & Shadow rapporteur, ET Regulation  
Karin Lochte, Chair, KDM - The German Marine Research Consortium and Director Alfred Wegener Institute for Polar and Marine Research  
Hervé Moulinier, President, Pôle Mer Bretagne & Director of Technical Strategy, Thales Group



# FUTURE of EUROPEAN RESEARCH

## THE ROLE OF UNIVERSITIES IN HORIZON 2020

Hosted by Maria da Graça Carvalho MEP and CLUSTER

Date: 18 June 2012  
Time: Dinner-Debate 19.30 hrs  
Venue: Member's Salon  
European Parliament, Brussels



PORTO: 2 de Julho de 2010 das 15.00 às 17.30  
Sala das Assembleias Gerais do Palácio da Bolsa

LISBOA: 9 de Julho de 2010 das 15.00 às 17.30  
Salão Nobre do Instituto Superior Técnico

Maria da Graça Carvalho organiza

## Seminário sobre os Programas Europeus de Ciência e Inovação

Mais detalhes sobre o relatório e contribuições de Universidades, Indústria e Centros de Investigação, podem ser consultados no site: [www.gracacarvalho.eu](http://www.gracacarvalho.eu)

Maria da Graça Carvalho é Deputada ao Parlamento Europeu e membro efectivo na Comissão Indústria, Investigação e Energia, membro suplente da Comissão dos Organismos, membro suplente na Comissão Especial sobre os Recursos Organizacionais da UE e Co-Presidente da Comissão do Desenvolvimento Económico das Franquias e do Comércio da Assembleia Parlamentar Portuguesa ACP-UE.

Para mais informações contactar [marialgraca.carvalho@europarl.europa.eu](mailto:marialgraca.carvalho@europarl.europa.eu)

Grupo PPE [www.gracacarvalho.eu](http://www.gracacarvalho.eu)



Wednesday 19 October from 08.00 to 09.30 hrs

Maria da Graça Carvalho MEP and Health Cluster Portugal

Invite you to a business breakfast

## The Future of Health and Life Science Research in Europe - a Portuguese Perspective

Venue: European Parliament, Members' Restaurant

Health Cluster-Portugal (HCP) has as its main objective the promotion and implementation of initiatives and activities leading to the creation of a national cluster for competitiveness, innovation and technology, with an international outlook and, as such, taking into account high standards of quality and professionalism, to promote and foster cooperation between companies, organisations, universities and public entities, with a view to increasing business volume, exports and qualified employment, in the economic areas related to health and the improvement of healthcare.

Wednesday 28 November 2012  
from 12.30 to 14.45 hrs  
ASP o G Salon,  
European Parliament  
Brussels

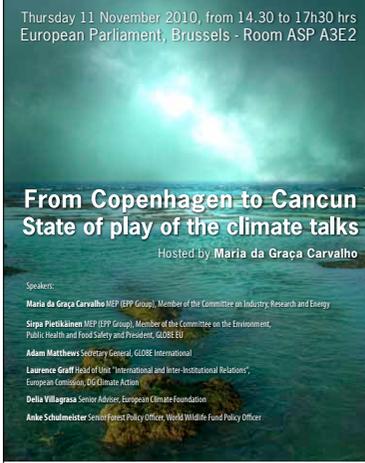


Maria da Graça Carvalho MEP  
in association with Shell  
is delighted to invite you to a LUNCH DEBATE on:  
**Advanced and better biofuels  
Getting the policies right**

Speakers will include:  
Luís Scofone, VP for Alternative Energies, Shell  
Anselm Giering, Energy Analyst, Renewable Energy Division, International Energy Agency  
Andrew Britton, Senior Manager, Climate Change and Sustainability Services, Ernst & Young




Thursday 11 November 2010, from 14.30 to 17h30 hrs  
European Parliament, Brussels - Room ASP A3E2

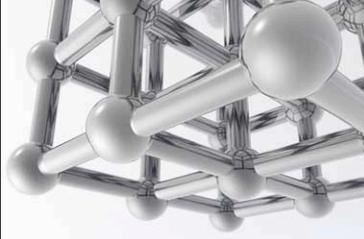


**From Copenhagen to Cancun  
State of play of the climate talks**  
Hosted by Maria da Graça Carvalho

Speakers:

- Maria da Graça Carvalho MEP (EPP Group), Member of the Committee on Industry, Research and Energy
- Sirpa Pietikäinen MEP (EPP Group), Member of the Committee on the Environment, Public Health and Food Safety and President, GLOBE EU
- Adam Matthews Secretary General, GLOBE International
- Laurence Graff Head of Unit 'International and Inter-Institutional Relations', European Commission, DG Climate Action
- Delia Villagrana Senior Advisor, European Climate Foundation
- Anke Schalmsteiner Senior Forest Policy Officer, World Wildlife Fund Policy Officer





Monday 4 March 2013 from 17.00 to 18.30 hrs  
Room A5G-1 - European Parliament, Brussels  
Seminar on  
**Strategic Partnership  
in Research and Education**  
Opening by Maria da Graça Carvalho MEP  
with the Council of Rectors of Portuguese Universities

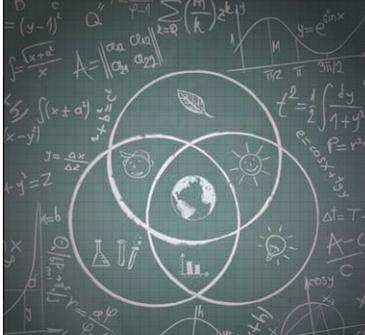





Towards the creation of a high-tech building industry  
Turning energy efficiency into a sustainable business  
Research & Innovation Roadmap 2014-2020  
hosted by Maria da Graça Carvalho MEP

Tuesday 23 April 2013 from 18.00 to 19.15 hrs  
Room JRN 6Q1 European Parliament, Brussels



Facts & Figures for Energy  
**Energy Systems: A World of Equilibrium**  
Opening by Maria da Graça Carvalho MEP and Françoise Grossetête MEP

SEMINAR | Wednesday 5 June 2013 from 18.30 to 20.15 hrs  
Room JAN 6Q1 - European Parliament - Brussels





3 - 7 June 2013 - Couloir Cheval, European Parliament, Brussels  
**Discover the stories behind wind energy**  
Hosted by Fiona Hall, Jo Leinen and Maria da Graça Carvalho MEPs  
EWEA would like to invite you for an evening reception on 5 June 2013 from 18.00 hrs  
in the European Parliament, Couloir Cheval, to admire the photographs, discover the stories  
behind wind energy and enjoy some drinks and food.




Maria da Graça Carvalho MEP and the Group of Friends of Cape Verde

## The Music of Cape Verde

Nancy Ueta "the finest voice in Cape Verde" among the new generation  
Monday 30 September from 17:30 to 19:15 hrs

ESPACE VÉHICULE MENJANI  
European Parliament, Brussels

EPP Group

Tuesday 9 July 2013 from 12.30 to 14.30 hrs  
Members' Restaurant, European Parliament, Brussels

Lunch debate

## The forest-based sector's vision for growth A renewed Strategic Research and Innovation Agenda for 2020

Hosted by Maria da Graça Carvalho MEP (ITRE Committee)  
in association with The Forest-based Sector Technology Platform

RSVP: maria.dagracia.carvalho@europarl.europa.eu or jkainine.ringman-beck@forestplatform.org

13 November 2013 at 12.30 hrs in the European Parliament Members' Salon

## TUBERCULOSIS IN EUROPE ELIMINATING THE MODERN THREAT

Lunch debate with the European Respiratory Society  
Hosted by Maria da Graça Carvalho MEP

To register please visit [www.ersnet.org/tuberculosisineurope](http://www.ersnet.org/tuberculosisineurope)  
or contact [tanja.elnem@ersnet.org](mailto:tanja.elnem@ersnet.org)

19 February 2014 from 15.00 to 18.00 hrs - Room JAN 602 - European Parliament, Brussels

## HORIZON 2020 AND THE EIT

New tools for transforming Southern Europe and the Mediterranean area  
in regions of Innovation and Research Excellence

Hearing hosted by MEPs Ioannis A. Tsoukalas and Maria Da Graça Carvalho

Interpretation: FR, EN, GR, ES, IT

EPP Group

Please confirm your attendance via email:  
[melanie.lorenz@epi.europa.eu](mailto:melanie.lorenz@epi.europa.eu)

Wednesday 6 June 2012 from 15.00 to 18.30 hrs  
Room JAN 602 - European Parliament - Brussels

## Hearing on the HORIZON 2020

EU Framework Programmes for Research and Innovation  
hosted by MEPs Maria da Graça Carvalho & Christian Ehler

Interpretation: DE, EN, FR

EPP Group

If you do not have a pass that allows entry to the Parliament, you will need to provide your personal details (name, surname, nationality, EPP group membership) by 29 May 2012 to [EP@Bureau/CD/CD/epi@europarl.europa.eu](mailto:EP@Bureau/CD/CD/epi@europarl.europa.eu)

13 November 2013 from 14.30 hrs to 16.30 hrs - Room AAF 384 - European Parliament

## ATLANTIC OCEAN RESEARCH ALLIANCE

Hosted by Maria da Graça Carvalho MEP

Opening by Robert-Jan Smits, Director-General DG Research and Innovation, EC  
Lowri Evans, Director-General, DG for Maritime Affairs and Fisheries, EC



The TB PAN NET Research consortium  
invites you to a  
**Final stakeholder meeting**  
**TB PAN NET network:**  
**Fighting MDR tuberculosis in Europe**  
hosted by **Maria Da Graça Carvalho MEP**

1st April 2014 from 14.00 to 15.00 hrs  
Room JAN 6Q1 - European Parliament  
Brussels



# ANEXO E

Galeria de imagens



*Visita Escola Secundária D. Dinis*



*Na COP15, Copenhaga*



*Na COP15 em Copenhaga com a: os eurodeputados Françoise Grossetete, Karl-Heinz Florenz, Pilar del Castillo, Romana Jordan e a Assessora do PPE Amarylli Gersony*



*Grupo de visitantes portugueses do sector do Ensino Superior e Ciência.*



*Na COP 16, em Cancun, com a Eurodeputada portuguesa Marisa Matias*



*Com Yves Leterne Primeiro-Ministro da Bélgica e com o eurodeputados Ria Oomen-Ruijten e Paul Rubig*



*Num debate com Poul Nyrup Ramussen, Presidente do Partido Socialista Europeu e ex-primeiro ministro da Dinamarca*



*Com o Reitor da UTL Prof. Fernando Ramôa Ribeiro, o Presidente do IST Prof. António Cruz Serra e o Reitor da Universidade de Lisboa Prof. António de Sampaio da Nóvoa*



*Com o ministro Belga Benoit Cerexhe e Clara de la Torre Directora DG Ciência e Inovação.*



*Com José Manuel Soria, Ministro da Indústria, Energia e Turismo de Espanha, João Cunha e Silva Vice-Presidente do Governo Regional da Madeira e o eurodeputado espanhol Gabriel Mato no Funchal*



*Com e Alvaro Uribe Ex-Presidente de Colômbia na reunião do PPE em Budapeste*



*Com a Vice-Presidente da Comissão Europeia Comissária Europeia para a Agenda Digital Neelie Kroes*



*Com o Presidente da Comissão ITRE Herbert Reul; Presidente do Parlamento Europeu, Jerzy Buzek; e Vice-Presidente da Comissão Europeia e Comissária Europeia para a Agenda Digital Neelie Kroes*



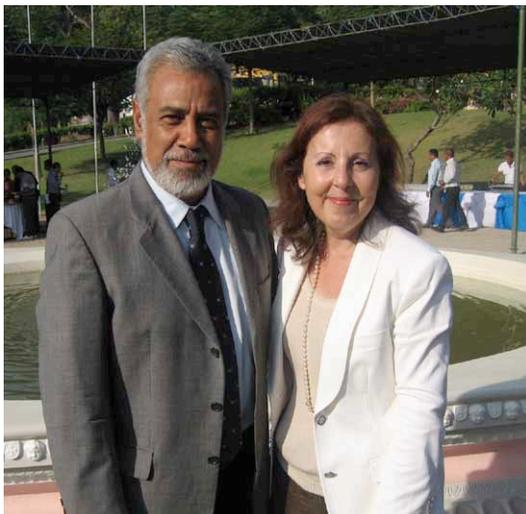
*Durante a inauguração da exposição "Science beyond Fiction: Future Emerging Technologies" organizada por Maria da Graça Carvalho no Parlamento Europeu em Estrasburgo*



*Com o eurodeputado José Manuel Fernandes, D.Vitalino Canas, Bispo de Beja, D. Jorge Ortiga, Arcebispo de Braga no Parlamento Europeu.*



*Encontro com o Presidente da República de Timor Leste, José Ramos Horta em Díli.*



*Encontro com o Primeiro Ministro da República de Timor Leste, Xanana Gusmão em Díli.*



*Com o Rei Philippe da Bélgica a Vice-Presidente da Comissão Europeia e Comissária para a Agenda Digital Neelie Kroes e a eurodeputada Daciana Sarbu.*



*Com a eurodeputada alemã do PPE Ingeborg Graessle*



*Com um grupo de antigos Dirigentes associativos em Bruxelas*



*Com o eurodeputado holandês do PPE Lambert van Nistelrooij e o eurodeputado francês Jean-Pierre Audy Chefe da Delegação Francesa do PPE*



*Com o Presidente da agência internacional de Energia Nobuo Tanaka*



*Com o vice-Presidente da Comissão Europeia e responsável pela Indústria António Tajani*



*Com Prof. Heinrich Flegel, Director de Investigação da Daimler; José Manuel Mendonça INESC; Francesco Jovane Politecnico de Milano; Massim Mattucci EFFRA Chairman; ; George Chryssolouris University of Patras; Herbert Von Bose EC; Javier Eguren Manufacture ETP; José Carlos Caldeira INESC; Frank Knecht EFFRA e Ricardo Bueno TECNALIA.*



*Com o eurodeputado Diogo Feio numa das sessões plenárias do Parlamento Europeu em Estrasburgo*



*Com o Presidente do Parlamento Europeu Jerzy Buzek e as eurodeputadas Ilda Figueiredo e Teresa Jimenez-Becerril nas comemorações do 100 aniversário do dia internacional da Mulher.*



*Com a Dra. Manuela Ferreira Leite no Parlamento Europeu.*



*Encontro com o Presidente da Comissão Europeia no âmbito da visita de um grupo de mulheres do PSD ao Parlamento Europeu.*



*Com Willen De Ruyter, Director da EMSA, Theresa Crossley, Leendert Bal na visita Agência Europeia da Segurança Marítima EMSA, Lisboa*



*Com Pedro Passos Coelho e Carlos Moedas durante a campanha das eleições legislativas de Junho 2011*



*No Climate Parliament Forum, com Rudolf Strohmeier e Nicholas Dunlop.*



*Com a eurodeputada grega Rodi Kratsa*



*Maria da Graça Carvalho com o eurodeputado espanhol Íñigo Mendez de Vigo.*



*Com os eurodeputados espanhóis Francisco Millán Mon e Salvador Garriga*



*Com o Presidente da Comissão Europeia José Manuel Durão Barroso e os eurodeputados Vittorio Prodi e Graham Watson.*



*Com Presidente da Comissão Europeia José Manuel Durão Barroso e os eurodeputados Mário David, Paulo Rangel, Nuno Teixeira, Carlos Coelho, Maria do Ceu Patrão Neves, José Manuel Fernandes e Regina Bastos.*



*Seminário que organizei no PE com João Lobo Antunes, Maria do Carmo Fonseca, Maria Mota, Bruno Silva Santos, Margarida Trindade e Margarida Pinto Gago.*



*Sessão de encerramento da Universidade de Verão de 2011 em Castelo de Vide*



*Encontro com o Primeiro Ministro da Argélia, Ahmed Ouyahia em Argel.*



*Com o Presidente da Comissão Europeia, Durão Barroso e Jeremy Rifkin.*



*Debate sobre o futuro da Política Energetica na Europa organizado pela Friends of Europe.*



*Na Conferência do Clima COP17 em Durban com a Ministra do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território Assunção Cristas*



*Na Conferência do Clima COP17 em Durban com Lena Ek, Ministra do Ambiente da Suécia, Pilar del Castillo, eurodeputada e a Prof. Pris da London School of Economics*



*Com o Presidente da Câmara de Évora, José Ernesto d'Oliveira*



*com o Reitor da Universidade de Évora, Carlos Alberto dos Santos Braumann*



*Com o Reitor da Universidade dos Açores, Jorge Medeiros e a eurodeputada Maria do Céu Patrão Neves.*



*Com o Ministro de Ciência, Inovação e Ensino Superior da Dinamarca, Morten Ostergaard em Copenhaga.*



*Encontro com o Ministro da Educação, Ensino Superior e Ciência da Itália, Francesco Profumo*



*Com William E. Kennard, embaixador dos Estados Unidos de America junto da União Europeia.*



*Encontro com o Secretário de Estado da Noruega para a Ciência e Inovação, Kyrre Lekve.*



*Com o Prof. José Veiga Simão*



*Com o Ministro de Cultura de Cabo Verde, Mário Lúcio Sousa em Bruxelas*



*Com a Secretária de Estado da Ciência, Leonor Parreira e com a Presidente do Fundação Champalimaud, Leonor Beleza*



*Com os eurodeputados Graham Watson e Theodoros Skylakakis.*



*Encontro com o Primeiro Ministro de Cabo Verde José Maria Neves em Bruxelas.*



*Encontro com o Ministro da Saude da República de Chipre, Stavros Malas*



*Com Carlos Nuno Oliveira, Secretário de Estado do Empreendedorismo, Competitividade e Inovação e Sebastião Feyo de Azevedo Director da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto*



*Com Presidente do Instituto Superior Técnico, Arlindo Oliveira.*



*Com Guillermo Martínez-Casán Director do European Ideas Network do Partido Popular Europeu e Maria da Graça*



*Com Carlos Carreiras, Presidente do Instituto Sá Carneiro; Paulo Rangel, eurodeputado; Jaime Mayor Oreja Chefe da Delegação espanhola do PPE e Presidente do EIN*



*Com o Primeiro Ministro Pedro Passos Coelho*



*Com o Professor David Justino, Presidente do Conselho Nacional de Educação e Consultor do Presidente da República para os Assuntos Sociais.*



*Com as eurodeputadas Maria do Céu Patrão Neves, Regina Bastos e Berta Cabral candidata à Presidência do Governo Regional dos Açores*



*Entrada para audiência com o Papa Bento XVI no âmbito da reunião dos líderes do CDI Centrist Democrat International*



*Com o Presidente da GALP, Manuel Ferreira de Oliveira, e os eurodeputados Elisa Ferreira e Nuno Teixeira*



*Com a vice Presidente da Comissão Europeia, Neelie Kroes, a Presidente da Comissão ITRE Amalia Sartori e as eurodeputadas Pilar del Castillo e Edit Herczog*



*Com o Presidente da Assembleia Nacional de Cabo Verde Aristides Lima e o eurodeputado Filip Kaczmarek.*



*Visita à cidade do Cabo com a Comissária Europeia responsável pela Investigação, Inovação e Ciência, Máire Geoghegan-Quinn*



Com Tim Hunt, Prémio Nobel de Medicina 2001, a Presidente da Comissão ITRE Amélia Sartori e a Presidente do European Research Council, Helga Nowotny



Maria da Graça Carvalho na Universidade Técnica da Silesia com o Prof. Ryszard A. Bialecki



Com a Comissária Europeia para a ação climática Connie Hedegaard e o eurodeputado Karl-Heinz Florenz na COP 18 em Doha.



Com Secretário de Estado do Ensino Superior, Presidente do CRUP, Presidente da EUA, Reitor da Universidade de Aveiro, Reitor da Universidade da Beira Interior, Vice-Reitor da Universidade de Lisboa, Reitor Universidade de Braga e Reitor da Universidade de Porto



*Cerimónia do 27 aniversário do Instituto Politécnico de Lisboa IPL*



*Com a Presidente da Assembleia da República Portuguesa Assunção Esteves, os eurodeputados Nuno Teixeira e Nuno Melo e o Presidente da Câmara Municipal do Porto, Rui Rio, Universidade de Verão do PPE no Porto*



*Com o Director Geral do Joint Research Center, Dominique Ristori*



*Com Presidente da República de Cabo Verde Jorge Carlos Fonseca e a cantora cabo verdiana Nancy Vieira no Parlamento Europeu*



*Com o Presidente da República de Cabo Verde Jorge Carlos Fonseca, o Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros da República de Cabo Verde José Luís Rocha e a Embaixadora da República de Cabo Verde na Bélgica Maria Jesus Mascaranhas*



*Com a diretora geral da DG para assuntos marítimos e Pescas, Lowri Evans, Director-geral da DG Investigação e Inovação, Robert-Jan Smits, e o Eurodeputado Christian Ehler*



*Com a directora do FMI Christine Lagarde e a eurodeputada Anna Maria Corazza em Rangun.*



*Visita de estudantes do Ensino Secundário ao Parlamento Europeu*



*Evento Oficial de Lançamento do Horizonte 2020 em Portugal no Centro Cultural de Belem em Lisboa.*



*Com o representante do Mali durante a 21ª Sessão da Assembleia Parlamentar Paritária ACP-UE em Budapeste*



*Visita oficial do Presidente da República de Cabo Verde ao Parlamento Europeu.*

## AGRADECIMENTOS

O trabalho parlamentar apresentado neste livro não teria sido possível sem a dedicação, competência e profissionalismo demonstrados pelos membros do meu gabinete: Maria João Albernaz, Amélia Areias, Sol de la Guardia, Utimia Madaleno e Paulo Afonso.

O trabalho e revisão de textos em Português durante estes cinco anos feito pelo Manuel Loureiro constituíram uma preciosa ajuda, assim como a colaboração do John Hart que com humor e profissionalismo reviu os meus textos em Inglês.

Uma palavra de agradecimento também para o Alfredo Sousa de Jesus, conselheiro do PPE para o ITRE, que desde o primeiro momento esteve sempre presente, ajudando-me a traçar estratégias e a construir o meu caminho neste organismo que é o Parlamento Europeu.

Aos meus coordenadores do PPE, do ITRE, a Pilar de Castillo, no ITRE e Salvador Garriga Polledo, nos Orçamentos, por terem depositado confiança em mim e me terem atribuído relatórios de grande responsabilidade.

Aos meus colegas deputados Portugueses pela colaboração, e a amizade que demonstraram.

Aos funcionários do Parlamento Europeu, aos funcionários do PPE que tanto me ajudaram e comigo trabalharam de forma entusiástica.

Ao ministério da Educação e Ciência de Portugal,

ao Ministro, Nuno Crato, à Secretária de Estado da Ciência, Leonor Parreira, ao Presidente da Fundação para a Ciência e Tecnologia, Miguel Seabra, e ao coordenador do Gabinete de Promoção da Participação Portuguesa no Programa Quadro, Eduardo Maldonado, os meus agradecimentos por toda a colaboração e disponibilidade durante o meu trabalho parlamentar.

Para finalizar, uma palavra de profundo agradecimento às duas outras instituições Europeias, o Conselho Europeu e a Comissão Europeia. Com todos trabalhei em negociações difíceis, mantendo sempre um espírito construtivo, de interajuda, e sempre com o propósito comum de fazer mais e melhor pelo projecto europeu.

Agradeço à Presidência Dinamarquesa da UE, com especial ênfase ao Ministro da Investigação, da Inovação e do Ensino Superior, Morten Østergaard. Os meus agradecimentos também à Presidência Irlandesa, na pessoa do Ministro da Ciência e Inovação, Sean Sherlock. Com estas duas presidências trabalhei de uma forma muito próxima, o que me deu a oportunidade de estar presente em várias reuniões de alto nível como por exemplo no Conselho de Ministros da Competitividade.

Na Comissão Europeia, um agradecimento especial para o Presidente Durão Barroso, desde logo pela sua disponibilidade, pela partilha de informação e pela ajuda que sempre ofereceu aos deputados europeus para a concretização dos seus trabalhos.

Aos Comissários Europeus das minhas áreas de intervenção e às suas equipas: Maire Geoghegan-Quinn - Investigação, Inovação e Ciência; Androulla Vassiliou - Educação, Cultura, Multilinguismo e Juventude; Neelie Kroes - Agenda Digital; Antonio Tajani - Indústria e Empreendedorismo; Günther Oettinger - Energia; Connie Hedegaard - Acção Climática; Andris Pielbalgs - Desenvolvimento; Tonio Borg - Saúde; a todos eles o meu muito obrigada.

Os meus agradecimentos também se estendem a toda a equipa do Horizonte 2020, aos colegas relatores (Teresa Riera Madurel, Christian Ehler, Marisa Matias e Philippe Lamberts), aos técnicos, aos representantes da Comissão e do Conselho. O espírito de cooperação e laços de amizade que se criaram, tornaram o trabalho, que se prolongou por infindáveis reuniões, numa experiência agradável e enriquecedora. Uma menção especial ao director-geral Robert-Jan Smits e toda a sua equipa, pela cooperação aberta, construtiva, competente e pelo seu imenso saber. A todos o meu profundo reconhecimento.



Grupo **PPE**  
no Parlamento Europeu





[gracacarvalho.eu](http://gracacarvalho.eu)



MARIA  
DA GRAÇA  
CARVALHO

Maria da Graça Carvalho é Deputada do Parlamento Europeu, pelo Grupo do PPE, desde 14 de Julho de 2009. É membro efectivo na Comissão da Indústria, Investigação e da Energia, membro suplente na Comissão dos Orçamentos e membro suplente na Comissão Especial temporária sobre os Desafios Políticos e os Recursos Orçamentais para uma União Europeia Sustentável Após 2013.

É membro efectivo na Delegação à Assembleia Parlamentar Paritária ACP-UE (África, Caraíbas, Pacífico - União Europeia), co-Presidente da Comissão do Desenvolvimento Económico, Finanças e Comércio da Assembleia Parlamentar Paritária ACP-UE e membro suplente na Delegação à Assembleia Parlamentar da União para o Mediterrâneo. Em Novembro de 2011 recebeu o prémio de melhor deputado ao Parlamento Europeu 2011 na área da Investigação e Inovação.

De 1 de Abril de 2006 a 13 de Julho de 2009, foi Conselheira Principal do BEPA - Bureau of European Policy Advisers, um Departamento da Comissão Europeia que reporta directamente ao Presidente da Comissão Europeia. Foi Ministra da Ciência e do Ensino Superior do XV Governo Constitucional, Ministra da Ciência, Inovação e Ensino Superior do XVI Governo Constitucional. É Professora Catedrática no Departamento de Engenharia Mecânica do IST desde Junho de 1992. É membro "Conselheiro" da Ordem dos Engenheiros. Foi membro fundador da Academia de Engenharia. Desde Março 2009 é Sócio Correspondente da Academia das Ciências. Foi membro do Conselho Directivo e Presidente-Adjunto do Conselho Científico do Instituto Superior Técnico, membro do Conselho Nacional de Educação e do Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável. Foi condecorada pelo Presidente da República, Dr. Jorge Sampaio com o grau de Grande Oficial da Ordem de Instrução Pública. Foi condecorada com o Superior Grau de Grã-Cruz pela Chancelaria da Ordem Internacional do Mérito do Descobridor do Brasil.

Abril 2014